

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GESTÃO DE ORGANIZAÇÕES E SISTEMAS
PÚBLICOS

RAQUEL PUTI DE SOUZA

**Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE B3): uma análise do
questionário de ingresso no índice com vistas à evolução das
empresas nos critérios ambientais, sociais e econômicos.**

SÃO CARLOS -SP
2022

RAQUEL PUTI DE SOUZA

Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE B3): uma análise do questionário de ingresso no índice com vistas à evolução das empresas nos critérios ambientais, sociais e econômicos.

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Gestão de Organizações e Sistemas Públicos da Universidade Federal de São Carlos, como parte dos requisitos do curso de Mestrado Profissional, para obtenção do título de Mestre em Gestão de Organizações e Sistemas Públicos

Orientador: Prof. Dr. Andrei Aparecido de Albuquerque

São Carlos-SP

2022

ERRATA

SOBRENOME, Nome. **Título do trabalho:** subtítulo (se houver). Ano da defesa. n° de páginas. Natureza (Grau) - Departamento, Universidade, Cidade, ano de publicação.

Folha	Linha	Onde se lê	Leia-se
Indicar o n° da folha	Indicar o n° da linha	Indicar o erro	Indicar a correção

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS

Centro De Ciências Humanas E Educação
Programa De Pós-Graduação Em Gestão De Organizações E Sistemas Públicos

Folha de aprovação

Assinatura dos membros da comissão examinadora que avaliou e aprovou a Defesa de metrado da candidata Raquel Puti de Souza. Realizada em 19/01/2023.

Prof. Dr. Andrei Aparecido, de Albuquerque
UFSCAR

Profa. Dra. Denise Mendes da Silva
UFU

Prof. Dr. Herick Fernando Moralles
UFSCAR

Dedico a DEUS, que me permitiu mais este aprendizado. Aos meus pais Jânio e à Regina que transformam meus sonhos em realidade. A Daniel pela paciência e firmeza nos meus momentos de fraqueza, servindo de amparo nos momentos difíceis. Aos meus queridos irmãos, Virgínia e André, por me ensinarem a verdade sobre o amor e companheirismo. Sei que todos se orgulham de mim.

AGRADECIMENTOS

A Deus, minha gratidão eterna pela possibilidade de cursar um Mestrado em uma Universidade Pública, local que me apresentou caminhos diferentes, me provendo de oportunidades e crescimento.

Agradeço em especial às instruções essenciais que recebi do meu orientador - Professor Doutor Andrei Aparecido de Albuquerque - as quais possibilitaram o desenvolvimento deste trabalho e todo o tempo dedicado a me ajudar e compartilhar ideias com paciência, compreensão e ajuda.

Agradeço aos meus pais pelo amor e dedicação, que se empenharam e lutaram juntos comigo, sempre e muito, me apoiando incondicionalmente, sentiram-se orgulhosos e vibram em todos os momentos pelo meu sucesso.

Agradeço aos meus irmãos, Virgínia e André pelo amor, carinho, compreensão e ajuda em todos os momentos que precisei. Eles são irmãos exemplares.

Agradeço ao Daniel pela paciência, carinho, respeito e dedicação que sempre teve comigo em todos os momentos que precisei, transformando meus problemas em soluções. Agradeço e, sei que nossa convivência não pertence somente a esta jornada.

Agradeço aos meus amigos de turma e todos os outros que fazem parte dessa etapa, as amizades são eternas, os laços jamais serão esquecidos, principalmente daqueles que me apoiaram e ajudaram sempre, em tudo. A turma de 2019 do Mestrado em Organizações Públicas foi incrível, pois compartilhamos alegrias, ansiedades, esperanças, inseguranças e dificuldades. Sentirei saudades!

Enfim, agradeço a todos que de alguma forma colaboraram para a construção deste trabalho, uma etapa tão importante em minha vida.

O senhor... mire, veja: o mais importante e bonito, do mundo, é isto: que as pessoas não estão sempre iguais, ainda não foram terminadas - mas que elas vão sempre mudando. Afinam ou desafinam, verdade maior. É o que a vida me ensinou. Isso que me alegra montão.

(Guimarães Rosa)

RESUMO

Essa pesquisa teve como objetivo analisar qualitativamente as respostas das empresas ao questionário do ISE, tomando por base as dimensões ambiental, social e econômica, possibilitando uma maior compreensão da aplicação da sustentabilidade em suas atividades e comparando em quais critérios do referido questionário as entidades participantes do índice se empenharam mais. Observou-se que no período analisado de 2014 a 2021 nas respostas para o critério de desempenho na dimensão ambiental, social e econômico-financeira do questionário as empresas buscaram cumprir os requisitos solicitados no questionário. Porém, observou-se que há necessidade de uma maior evolução nos requisitos solicitados da dimensão social, pois somente duas empresas cumpriram 80% dos critérios solicitados. Isso fica demonstrado, também, nos aspectos relativos à área das políticas públicas governamentais, na medida em que elas representam a ampliação dos mecanismos e ferramentas criadas pelas próprias organizações. Esses mecanismos contribuem para que ocorram avanços concretos implantados em uma nova economia, equilibrando o patamar das práticas de Responsabilidade Social Empresarial com vistas a benefícios diretos e indiretos que permitem um melhor posicionamento no mercado no qual as organizações empresariais estão inseridas.

Palavras-Chave: sustentabilidade. índice de sustentabilidade empresarial. responsabilidade social.

ABSTRACT

This research aimed to qualitatively analyze the responses of companies to the ISE questionnaire, based on the environmental, social and economic dimensions, enabling a greater understanding of the application of sustainability in their activities and comparing which criteria of the aforementioned questionnaire the entities participating in the index worked harder. It was observed that in the analyzed period from 2014 to 2021, in the answers to the performance criterion in the environmental, social and economic-financial dimension of the questionnaire, the companies sought to fulfill the requirements requested in the questionnaire. However, it was observed that there is a need for further evolution in the requested requirements of the social dimension, as only two companies fulfilled 80% of the requested criteria. This is also demonstrated in aspects related to the area of government public policies, insofar as they represent the expansion of mechanisms and tools created by the organizations themselves. These mechanisms contribute to concrete advances implemented in a new economy, balancing the level of Corporate Social Responsibility practices with a view to direct and indirect benefits that allow a better positioning in the market in which business organizations are inserted.

KEYWORDS: sustainability. corporate sustainability index. social responsibility.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1- Ciclo Anual de Ingresso no ISE	56
Figura 2 - Análise Quantitativa B3	57
Figura 3 - Formas de participação B3	58
Figura 4 - Questionário ISE – B3.....	64

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Surgimento dos Índices de Sustentabilidade no mundo	48
Quadro 2- Dimensões do ISE	51
Quadro 3 - Questionário ISE B3 2021	53
Quadro 4- Número de artigos inseridos em cada fase da revisão por base de dados.....	59

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Dimensão Ambiental – Modelo de questionário para o período de 2014 a 2015	68
Tabela 2 – Dimensão Ambiental – Modelo de questionário para o período de 2016 a 2021	68
Tabela 3 – Dimensão Ambiental.....	69
Tabela 4 – Dimensão Ambiental – Modelo de questionário para o período de 2014 a 2021	71
Tabela 5 – Respostas Das Organizações Na Dimensão Econômico-Financeira	72
Tabela 6 – Dimensão Social – Período de 2014 a 2015.....	75
Tabela 7 – Dimensão Social – Período de 2016 a 2021.....	75
Tabela 8 – Respostas Das Organizações Na Dimensão Social.....	76

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	16
1.1 PROBLEMA DE PESQUISA	19
1.2 OBJETIVO GERAL	19
1.3 OBJETIVOS ESPECÍFICOS.....	19
1.4 JUSTIFICATIVA.....	20
1.5 ESTRUTURA DO TRABALHO.....	21
2 REFERENCIAL TEÓRICO.....	22
2.1 MEIO AMBIENTE <i>VERSUS</i> SOCIEDADE.....	22
2.1.1 Desempenho Ambiental.....	23
2.1.2 Desempenho Social.....	27
2.1.3 Desempenho Financeiro	31
2.2 RESPONSABILIDADE SOCIAL.....	36
2.3 INDICADORES DE SUSTENTABILIDADE.....	47
2.4 ISE E SUAS DIMENSÕES	50
2.4.1 Questionário do ISE.....	53
2.4.2 Formação do ISE: evolução e processo de formação das suas carteiras.....	54
2.5 DEBATE CONTEMPORÂNEO SOBRE O ISE	58
3 METODOLOGIA	60
3.1 TIPO DE PESQUISA	60
3.2 TÉCNICAS DE COLETA DE DADOS	61
3.3. DADOS UTILIZADOS	62
3.4 MÉTODO.....	63
4 RESULTADOS E DISCUSSÕES	67
4.1 ANÁLISE DAS RESPOSTAS AO QUESTIONÁRIO NA DIMENSÃO AMBIENTAL	67
4.2 ANÁLISE DAS RESPOSTAS AO QUESTIONÁRIO NA DIMENSÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA	71
4.3 ANÁLISE DAS RESPOSTAS AO QUESTIONÁRIO NA DIMENSÃO SOCIAL	74
4.4 COMPARAÇÃO ENTRE AS ORGANIZAÇÕES QUE BUSCARAM ATENDER AOS CRITÉRIOS DA DIMENSÃO AMBIENTAL, SOCIAL E ECONÔMICA DO ISE DE 2014 A 2021	78
CONSIDERAÇÕES FINAIS	80
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	83
APÊNDICES.....	96
APÊNDICE 1 - OBSERVAÇÕES DAS EMPRESAS DO ISE DO PERÍODO DE 2005 A 2013 ...	96
APÊNDICE 2 - OBSERVAÇÕES DAS EMPRESAS DO ISE DO PERÍODO DE 2014 A 2017 ...	97

APÊNDICE 3 – DESCRIÇÃO DOS ARTIGOS SELECIONADOS PARA O ESTUDO	98
APÊNDICE 4 - LEVANTAMENTO DAS EMPRESAS QUE PARTICIPARAM DO ISE DESDE O INÍCIO	104

1 INTRODUÇÃO

As transformações decorrentes do avanço tecnológico se intensificaram com o processo de globalização. A comunidade percebe-se em desenvolvimento e crescimento em diversos países, bem como as empresas e organizações (SILVA; CALLADO, 2017).

A globalização e seus processos geraram benefícios para a sociedade, dentre os quais pode-se citar a modernização das indústrias e os avanços nas condições trabalhistas. Contudo, esse desenvolvimento causou poluição, aquecimento global, catástrofes ambientais, exaurimentos dos recursos naturais, dentre outros prejuízos ao meio ambiente. (SILVA; CALLADO, 2017).

Isso pode ser explicado, dentre outras coisas, pelo impacto na quantidade de matéria e energia necessária para atender o estado atual de organização social, baseado no consumo, e hábitos insustentáveis. Resultando em disparidades sociais, mudanças climáticas e degradação ambiental. Ou seja, essa modernização causou disparidades econômicas e nos padrões de consumo das diversas populações globais, elevando de forma significativa as desigualdades sociais e intensificando a degradação ambiental (MARTINS; ROSSETTO; FERREIRA, 2010).

Esses distúrbios ambientais geraram cobranças por parte da sociedade, fazendo surgir movimentos focados em políticas sociais e econômicas, buscando mudanças proativas de combate ao desrespeito ambiental. Dentre outros exemplos, pode-se citar a primeira Conferência Mundial das Nações Unidas sobre Meio Ambiente, realizada em Estocolmo, em junho de 1972, que colocou a questão ambiental nas agendas oficiais mundiais (MARTINS, ROSSETTO; FERREIRA, 2010).

A atuação proativa inclui exigir novos hábitos da sociedade e das empresas em relação ao meio ambiente no qual estão inseridas, no sentido de que elas operem em sistemas produtivos de baixo impacto ambiental (MADORRAN; GARCIA, 2016). Os conceitos envolvidos em atividades de baixo impacto ambiental se associam às discussões relacionadas ao tema do Desenvolvimento Sustentável (DS), em que se almeja encontrar o equilíbrio entre diferentes esferas da sociedade envolvidas nos aspectos econômicos, sociais e ambientais (SILVA; CALLADO, 2017).

Tal equilíbrio passa pelo conceito de sustentabilidade, visto que a consciência moral evidencia que problemas ambientais não se restringem a territórios limitados (CRISTOFALO *et al.*, 2016). Converte para o mesmo foco Bellen (2004) ao analisar o tema, observando um

aumento da coerção ativa da antroposfera¹ sobre a ecosfera² que ocasiona os problemas ambientais oriundos de comportamentos e hábitos da sociedade incompatíveis com o processo de regeneração do meio ambiente.

Santis *et al.* (2016) também ratificam esse entendimento mencionando sobre as constantes marcas da humanidade, as quais desequilibram o meio ambiente e comprometem o desenvolvimento da sociedade no longo prazo, resultando em uma maior pressão da sociedade para que organizações e empresas desenvolvam e adotem práticas socialmente responsáveis, comprovando que seus interesses ultrapassam o ganho financeiro.

Nesse sentido, as organizações que buscam investir no desenvolvimento da sociedade transformam essa aplicação de recursos em algo competitivo, atuando com vistas à Responsabilidade Social Corporativa e aos Investimentos Socialmente Responsáveis (ISR) que são as práticas socialmente responsáveis e a sustentabilidade empresarial que não sejam somente considerar o lado financeiro das organizações, assim, ser socialmente responsável implica fazer correlações entre viabilidade econômica e ganhos socioambientais, os quais possuem como característica intrínseca os valores de equidade social como: ética, proteção do ambiente, melhoria nas condições sociais e boa governança corporativa (REVELLI; VIVIANI, 2015).

Dessa forma, buscam investimentos em sustentabilidade, como consequência, surgem carteiras apoiadas nesses mesmos investimentos, resultando na criação de índices de sustentabilidade nas bolsas de valores do mundo (CRISTOFALO *et al.*, 2016). Assim, as organizações que investem em práticas sociais e ambientais e aquelas que financiam essas atividades, demonstram cada vez mais a importância dos estudos de Responsabilidade Social Corporativa e das análises que relacionam Desempenho Financeiro com atuação em Área Social (CHARLO; MOYA; MUÑOZ, 2015).

Diante disto, nota-se que a consequência do aumento da preocupação nas organizações com a questão do meio ambiente gera os mais variados impactos e pode influenciar novos modos de gestão através da utilização de indicadores de sustentabilidade, bem como, pressionam a sociedade para o uso racional dos recursos naturais, aplicando conceitos sustentáveis no mercado global competitivo (SOBROSA NETO *et al.*, 2020).

Tal fato pode ser exemplificado pelo Índice de Sustentabilidade Empresarial — ISE, no Brasil, e pelo *Dow Jones Sustainability Index* (DJSI) na Bolsa de Valores de Nova York, nos

¹ Antroposfera: parte da terra em que vive o homem, feita e modificada pelos humanos.

² Ecosfera: é o sistema ecológico planetário fechado, na ecologia é uma porção de terra que compreende a biosfera e todos os fatores ecológicos que exercem influência nos organismos vivos nela existentes.

Estados Unidos. Ambos buscam fornecer um elo entre as empresas executoras dos princípios sustentáveis e os investidores, demonstrando, por meio desses índices, uma série de análises referentes à sustentabilidade (MARTINS; ROSSETTO; FERREIRA, 2010).

Segundo dados fornecidos pela B3³, o Índice de Sustentabilidade Empresarial da B3 (ISE B3, 2019) foi o 4.º índice de sustentabilidade criado no mundo, datado em 2005 (ISEB3, 2021). O ISE visava fornecer apoio aos investidores na tomada de decisão de investimento e contribuir para que as empresas adotassem as melhores práticas de sustentabilidade, visto que as práticas de ESG⁴ (Governança Ambiental, Social e Corporativa) contribuem para a perenidade dos negócios.

O ISE transformou-se em referência para investimentos na área social brasileira, retratando o retorno de uma carteira que tem em sua composição ações de empresas com um comportamento que promova bem-estar de todos envolvidos em suas operações e com boas práticas na gestão empresarial (ISE B3, 2021).

Conforme entendimento de Elkington (2012) existem indicadores que mensuram e traduzem que caminhar com o progresso ou sem ele pode ser associado a cada um dos pilares do *Triple Bottom Line* (TBL), sendo *Profit* (Lucro), *Planet* (Planeta), e *People* (Pessoas). São pilares para verificação de práticas sustentáveis e as organizações poderiam associar seus relatórios a esses itens ligados à sustentabilidade empresarial. Assim, o conceito de *Triple Bottom Line* refere-se, basicamente, à evolução e progresso econômico, com qualidade ambiental e progresso social, bem como a elaboração de métricas que nos permitam analisar e verificar a atuação das organizações empresariais nas esferas econômica, social e ambiental (LINS; WAJNBERG, 2007).

Diante disso, a presente pesquisa demonstrará se investimentos em sustentabilidade são de fato essenciais para as organizações, cujo objetivo não incluam somente o lucro, mas também o reconhecimento perante a sociedade de que sua imagem seja ligada à preservação e conservação do meio ambiente em seus vários aspectos como social, econômico e ambiental.

Diante o exposto nota-se que a consequência do envolvimento das empresas em instrumentos financeiros inter-relacionados com sustentabilidade demonstra a importância deles como incentivadores de boas práticas socioambientais nas organizações. Nesse sentido, esse envolvimento com a sustentabilidade corporativa torna-se um diferencial das companhias frente aos concorrentes e investidores.

³ Dados disponíveis no próprio site da B3, disponível em < https://www.b3.com.br/pt_br/>

⁴ ESG: Environmental, social, and corporate governance, termo que em tradução livre é “Governança Ambiental, Social e Corporativa”.

No Brasil o ISE da B3 faz essa análise e indica aos investidores quais organizações possuem as melhores práticas socioambientais. Isso é realizado conforme as Diretrizes do ISE (ISE B3, 2021) utilizando critérios, metodologia e indicadores analisados por meio de um questionário respondido por todas as empresas que ingressam no índice.

1.1 PROBLEMA DE PESQUISA

As empresas atenderam totalmente aos requisitos questionados pelo Índice de Sustentabilidade (ISE) da B3 no período de 2014 a 2021?

1.2 OBJETIVO GERAL

Analisar as respostas das empresas ao questionário do ISE, tomando por base os critérios de ambiental, social e econômico respondidos no questionário enviado às empresas que ingressaram no índice durante o período de 2005 a 2021.

1.3 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

O objetivo específico está focado em realizar análise qualitativa das respostas das empresas ao questionário do ISE, considerando que o presente estudo entende que observar a evolução nas respostas das organizações nos critérios do questionário relacionados aos aspectos ambientais, sociais e econômicos possibilitará uma maior compreensão da aplicação da sustentabilidade em suas atividades. Assim, para alcançar este objetivo geral foram estabelecidos os seguintes objetivos específicos para o trabalho:

- Levantar quais as empresas estão presentes no ISE desde seu surgimento até o ano de 2021;
- Analisar qualitativamente as respostas das empresas ao questionário do ISE, tomando por base as dimensões ambiental, social e econômica, possibilitando uma maior compreensão da aplicação da sustentabilidade em suas atividades e comparando em quais critérios do referido questionário as entidades participantes do índice se empenharam.

- Comparar as organizações que buscaram atender aos critérios das dimensões ambiental, social e econômica do ISE de 2014 a 2021.

1.4 JUSTIFICATIVA

As organizações empresariais estão inseridas e interligadas ao ecossistema global e necessitam de políticas de contenção de danos ambientais. A interligação dos sistemas econômicos, sociais e ambientais criam estratégias que englobam diversos grupos e interesses, dentre os quais pode se citar o Índice de Sustentabilidade Empresarial da Bolsa de Valores de São Paulo interpretado como uma ferramenta de análise comparativa da performance das Companhias sob o aspecto da sustentabilidade corporativa. Nesse contexto, o ISE pode ser visto como uma forma de demonstrar pontos de conexão entre iniciativas socialmente adequadas e desempenho empresarial, através do compromisso com algumas metas ambientais. Isto pode, como consequência, orientar o mercado na busca por investimentos sustentabilidade, transmitindo confiabilidade a todas as partes relacionadas com o tema.

No caso do índice de sustentabilidade empresarial pode-se afirmar que ele seja uma forma de incentivar as organizações a utilizarem das políticas públicas para que possam firmar compromissos com as mudanças necessárias impostas pelos acordos ambientais e metas de redução da poluição qual sejam aquelas exaradas na Conferência das Nações Unidas sobre as Mudanças Climáticas.

Diante disso pode se justificar que organizações já comprometidas com as mudanças intrínsecas ao mercado no qual estão inseridas causam ações estruturais cujas consequências resultam em modificações relevantes nos aspectos relativos aos perfis e padrões de produção, consumo e distribuição de renda.

Assim, o tema pode contribuir com a sociedade, uma vez que a adoção de políticas públicas representa a ampliação dos mecanismos e ferramentas criados pelas próprias organizações. Buscando promover avanços concretos implantados em uma nova economia, equilibrando o patamar das práticas de Responsabilidade Social Empresarial.

Enfim, pesquisas são necessárias para que sejam demonstrados caminhos a serem percorridos nas políticas públicas que preveem práticas voltadas ao desenvolvimento sustentável, produzindo resultados e o reconhecimento necessário para que o ciclo de investimentos e de desenvolvimento de ações positivas permaneça sempre em atividade.

1.5 ESTRUTURA DO TRABALHO

Neste capítulo 1, consta a introdução do trabalho com a apresentação do problema de pesquisa, justificativa e objetivos do presente estudo.

O capítulo 2, traz o referencial teórico conceituando sobre os temas de: Meio Ambiente versus Sociedade, preocupação ambiental, desenvolvimento sustentável, sustentabilidade, Responsabilidade Social corporativa, indicadores de sustentabilidade; ISE B3: características e dimensões, índices de sustentabilidade, ISE e suas dimensões, dimensão econômica, ambiental e social.

No capítulo 3, detalha-se a metodologia de pesquisa utilizada para chegar aos resultados da pesquisa.

O capítulo 4, demonstra-se a consolidação dos resultados encontrados, bem como, a discussão acerca dos temas, no capítulo 5, serão descritas as conclusões principais deste trabalho e por último as referências consultadas.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

O presente capítulo tem como foco prover a pesquisa de uma revisão conceitual que fundamente a justificativa e o objetivo, baseado nas dimensões do Índice de Sustentabilidade da B3 e seus critérios de desempenho ambiental, econômico e social.

2.1 MEIO AMBIENTE *VERSUS* SOCIEDADE

A relação da sociedade com o meio ambiente transformou-se após a Revolução Industrial, visto que as consequências desse processo geraram desequilíbrios ambientais nos anos que sucederam a era da máquina a vapor. Antes desse período até meados do século 19 a raça humana mantinha relativa harmonia com o meio ambiente. Esse crescimento econômico trouxe uma evolução rápida da humanidade, porém baseado em uso insustentável de recursos não renováveis. Isso ganhou força com os processos de globalização e conseqüentemente acarretará graves crises ambientais que abalam estruturalmente as vias de evolução da sociedade por meio do modelo hegemônico de exploração.

Sobre o tema, Barnosky *et al.* (2012) tratam sobre sistemas biológicos/ecológicos que se transformam abruptamente de forma irreversível quando são forçados a ultrapassar limites de que o ecossistema global possui. Nesse contexto, os autores ainda mencionam que, em escala global, busca-se detectar os primeiros indícios ambientais que alertam sobre períodos de transições críticos, nos quais a sociedade identifica o exaurimento dos recursos, bem como as mudanças biológicas ocasionadas pelos impactos ambientais.

Isso possibilita a identificação de quais recursos biológicos estão sujeitos a transformações rápidas e imprevisíveis, orientando a ação humana sobre a necessidade de uma adequação na exploração do meio ambiente, visando antecipar catástrofes ambientais para orientar o futuro do ecossistema global e das sociedades humanas.

Coelho *et al.* (2013) também expõem sobre a grande quantidade de habitantes no planeta que necessitam da exploração ambiental para produção de alimentos. Assim sendo, a revolução tecnológica do campo ocasionou o crescimento da produção de alimentos com a mecanização da produção e uso de fertilizantes e agrotóxicos, resultando em uma maior degradação ambiental. Dessa forma, o crescimento da produção de alimentos e bens industrializados resultaram em uma maior exploração de recursos ambientais, bem como uma maior degradação ambiental, principalmente nos países em desenvolvimento (considerados os fornecedores de

matéria-prima para fabricantes de países desenvolvidos) que exploram suas riquezas naturais desde os primórdios da colonização.

Coelho *et al.* (2013), enfatizam que em 2010 mais da metade de todas as exportações geradas no Brasil são classificadas como produtos primários e de baixo valor agregado, dentre os quais pode se citar petróleo, minério de ferro, produtos agrícolas e agropecuários. Dessa maneira, esse processo de exploração dos recursos naturais advindos dos países de economia primária aprofunda a crise ambiental que é evidenciada pela alteração realizada pelo homem nos ecossistemas aquáticos e terrestres.

As políticas ambientais não estão focadas na jornada de transformação dos pilares do capitalismo e isso está conduzindo o ecossistema global ao esgotamento (COELHO *et al.*, 2013) concluindo então que os métodos de conservação estão avançando para manter a viabilidade dos ecossistemas e transformar os princípios da ecoeficiência. Porém não há como preservar o meio ambiente e prosseguir com um modelo de sistema econômico focado no hiperconsumo, já que há limites para o crescimento, qual seja, o exaurimento dos recursos ambientais.

Constata-se que os ganhos do avanço tecnológico e científico são indubitáveis diante dos inúmeros benefícios proporcionados à humanidade, porém essa evolução não é distribuída com equidade e a crise ambiental resulta num modo de vida insustentável (COELHO *et al.*, 2013). Nesse contexto, como consequência, a grande maioria da população mundial não tem acesso ao desenvolvimento gerado pela ciência.

A globalização (responsável por conduzir a universalização do consumo e o modo de vida capitalista) contribuiu para o aumento da marginalização dos menos favorecidos pelas benesses da evolução tecnológica, intensificando-se dessa forma a crise ambiental e social, visto que uma política ambiental viável deve ser capaz de garantir a sustentabilidade ecológica e social da humanidade na terra (COELHO *et al.*, 2013).

2.1.1 Desempenho Ambiental

A globalização contribuiu para o aumento da marginalização dos menos favorecidos pelas benesses da evolução tecnológica, intensificando-se dessa forma a crise ambiental e social, visto que uma política ambiental viável deve ser capaz de garantir a sustentabilidade ecológica e social da humanidade na Terra (COELHO *et al.*, 2013).

Isso pode ser visto desde a Revolução Industrial, que estava focada em crescimento econômico e desprezou o meio ambiente, iniciando, assim, um processo agudizado de degradação ambiental. Essa degradação ocasionou o aumento da preocupação com o

ecossistema mundial, conduzindo a comunidade científica a buscar soluções, bem como formas de remediar e retardar as catástrofes ambientais (POTT; ESTRELLA, 2017).

Nesse sentido, a questão ambiental teve sua primeira vitória no ano de 1956 com a aprovação da Lei do Ar Puro na Inglaterra e em diversos países da Europa, iniciando dessa maneira o monitoramento e regulamentação da qualidade do ar (GOLDEMBERG; BARBOSA, 2004). Nesse contexto, dentre as várias convenções sobre meio ambiente vale destacar a ocorrida em 1972 na qual o Clube de Roma publicou "The Limits of Growth" [Os limites do Crescimento] alertando para problemas cruciais tais como: energia, saneamento, poluição, saúde, ambiente e crescimento populacional. O tom de alerta estava direcionado à sociedade global e seu papel para rever o modelo econômico praticado (MAGRINI, 2001).

Em 1972 a primeira “Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano”, realizada na Suécia, teve como pauta a busca soluções para os problemas ambientais em plena Guerra Fria, demonstrando a necessidade de uma ação conjunta entre os diversos países atingidos para a busca de soluções (DIAS, Santos, 2017). Tal convenção inspirada na publicação do Clube de Roma, e conhecida como Conferência de Estocolmo, tornou-se o eixo principal no processo de internacionalização das discussões sobre os temas ecológicos. A Convenção de Estocolmo buscou um novo tipo de desenvolvimento, ou seja, o “Eco desenvolvimento” cujo objetivo era conciliar o crescimento econômico aliado à prudência ecológica com a justiça social, garantindo uma ampliação da consciência da sociedade sobre os danos ao meio ambiente (DIAS, Santos, 2017).

Anos depois, em 1985, ocorreu a Convenção de Viena na Áustria que buscou meios de proteção para a camada de Ozônio. Naquela ocasião foi gerado o Protocolo de Montreal concluído em 1987, estabelecendo a redução progressiva de fabricação e consumo de produtos nocivos à camada de ozônio, sendo este, o único documento até hoje a ter adesão universal, ou seja, de todos os 197 países do mundo (MMA, 2021).

Isso foi suficiente para que ainda em 1987, a Comissão Mundial do Meio Ambiente publicasse o relatório “Nosso Futuro Comum”, denominado e conhecido como ‘Relatório de Brundtland’, o qual determinava a necessidade de uma conferência global para estabelecer uma ligação com o meio ambiente, assim criou-se a expressão ‘Desenvolvimento Sustentável’, complementando os conceitos introduzidos pela Conferência de Estocolmo (POTT; ESTRELLA, 2017).

Em 1992, ocorreu a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e o Desenvolvimento, denominada Rio-92 ou ‘Cúpula da Terra’, que tratou sobre as questões ambientais de maneira transparente e publicou vários documentos, como por exemplo a

‘Agenda 21’ que é conceituada como um processo de planejamento participativo que objetivou conciliar métodos de proteção ambiental, justiça social e eficiência econômica. (POTT; ESTRELLA, 2017).

Considerando que a agenda 21 é um documento em que vários países assumem um compromisso de alinhamento do desenvolvimento socioeconômico e a preservação ambiental, incluindo estratégias, planos e políticas aplicadas a cada localidade. A ideia central da Agenda 21 é agir localmente, porém sem desconsiderar os aspectos globais. Nesse sentido, Barnosky *et al.* (2012) tratam sobre sistemas biológicos/ecológicos que se transformam abruptamente de forma irreversível quando são forçados a ultrapassar limites de que o ecossistema global possui. Nesse contexto, os autores ainda mencionam que, em escala global, busca-se detectar os primeiros indícios ambientais que alertam sobre períodos de transições críticas, nos quais a sociedade identifica o exaurimento dos recursos, bem como as mudanças biológicas ocasionadas pelos impactos ambientais.

Isso possibilita a identificação de quais recursos biológicos estão sujeitos a transformações rápidas e imprevisíveis, orientando a ação humana sobre a necessidade de uma adequação na exploração do meio ambiente, visando antecipar catástrofes ambientais para orientar o futuro do ecossistema global e das sociedades humanas.

Coelho *et al.* (2013) também expõem sobre a grande quantidade de habitantes no planeta que necessitam da exploração ambiental para produção de alimentos. Assim sendo, a revolução tecnológica do campo ocasionou o crescimento da produção de alimentos com a mecanização da produção e uso de fertilizantes e agrotóxicos, resultando em uma maior degradação ambiental. Sendo assim, o crescimento da produção de alimentos e bens industrializados resultaram em uma maior exploração de recursos ambientais, bem como uma maior degradação ambiental, principalmente nos países em desenvolvimento (considerados os fornecedores de matéria prima para fabricantes de países desenvolvidos) que exploram suas riquezas naturais desde os primórdios da colonização.

Ainda, os autores enfatizam que em 2010 mais da metade de todas as exportações geradas no Brasil são classificadas como produtos primários e de baixo valor agregado, dentre os quais pode se citar petróleo, minério de ferro, produtos agrícolas e agropecuários. Dessa maneira, esse processo de exploração dos recursos naturais advindos dos países de economia primária aprofunda a crise ambiental que é evidenciada pela alteração realizada pelo homem nos ecossistemas aquáticos e terrestres.

As políticas ambientais não estão focadas na jornada de transformação dos pilares do capitalismo e isso está conduzindo o ecossistema global ao esgotamento (COELHO *et al.*, 2013)

concluindo então que os métodos de conservação estão avançando para manter a viabilidade dos ecossistemas e transformar os princípios da ecoeficiência. Porém não há como preservar o meio ambiente e prosseguir com um modelo de sistema econômico focado no hiperconsumo, já que há limites para o crescimento, qual seja, o exaurimento dos recursos ambientais.

Constata-se que os ganhos do avanço tecnológico e científico são indubitáveis diante dos inúmeros benefícios proporcionados à humanidade, porém essa evolução não é distribuída com equidade e a crise ambiental resulta num modo de vida insustentável (COELHO *et al.*, 2013). Nesse contexto, a grande maioria da população mundial não tem acesso ao desenvolvimento gerado pela ciência.

Assim, a Agenda 21, veio como forma de auxílio para os governos e a sociedade buscarem soluções, bem como estabelecerem um padrão de mudanças no novo modelo de desenvolvimento que tenha como viga central a sustentabilidade, focando no Triple Bottom Line, desenvolvimento focado em crescimento econômico, ambiental e social de John Elkington (2012).

Oliveira (2019) afirma que o desenvolvimento sustentável pode ser alcançado com o estabelecimento de políticas públicas ambientais. O autor ainda reitera que a Agenda 21, apesar de pouco utilizada no cenário nacional, contribui para demonstrar a necessidade de mudanças e suas implementações, já que pode ser definida como uma estratégia processual que planeja e analisa a situação de uma determinada região, e dessa forma possibilita a implantação de um projeto para um futuro sustentável (OLIVEIRA, 2019). Após esta série de conferências mundiais, várias transformações ocorreram no final do século XXI ocasionando uma lentidão nas negociações por parte dos governantes de todos os países.

Por exemplo, a Rio+10, fórum de discussão das Nações Unidas, realizada em Johannesburgo, entre os dias 26 de agosto e 4 de setembro de 2002, na África do Sul, não trouxe novidades nos acordos firmados e limitou-se a ratificar a importância das políticas públicas voltadas para que se melhorassem a distribuição de água e o saneamento básico para populações carentes (POTT; ESTRELLA, 2017).

Pott e Estrella (2017) afirmam que após a Rio-92, apesar de planos e acordos para redução da perda de biodiversidade até 2010, alguns setores da economia passaram a enxergar os princípios de proteção ambiental e desenvolvimento sustentável como um impedimento para a evolução e crescimento econômico. Nesse contexto, realizou a Rio+20, conferência realizada entre os dias 13 e 22 de junho de 2012 no Rio de Janeiro, na qual se estabeleceu três pilares, quais sejam: econômico, social e ambiental, que se trata de uma reafirmação para sustentar a

economia verde, buscando erradicar a pobreza, e preservar o acordo entre os países para que mantivessem os objetivos do desenvolvimento sustentável (PNUD, 2020).

2.1.2 Desempenho Social

Segundo World Wide Fund for Nature - WWF Brasil (2021), o significado de desenvolvimento sustentável, conforme já comentamos anteriormente, representa a evolução capaz de suprir as necessidades da geração atual sem comprometimento das futuras, não esgotando os recursos para o futuro. A WWF Brasil (2021) ratifica a informação de que a comunidade internacional recepciona a ideia de que desenvolvimento socioeconômico e o meio ambiente (conservação ambiental) podem ser gerenciados de uma maneira mutuamente benéfica.

Bellen (2004) menciona que a ação humana acelera os processos biológicos da Terra constatados por meio das catástrofes ambientais ocorridas em tempos recentes, como os incêndios em diversas partes do globo, o efeito estufa, a redução da camada de ozônio, conseqüentemente o aumento do aquecimento global, derretimento das calotas polares, enchentes, tsunamis, terremotos, extinção de espécies animais, diminuição de recursos hídricos e energéticos.

Chaves e Castello (2013), Carvalho *et al.* (2015) e Oliveira (2007) convergem para a mesma ideia de que urge a necessidade de um paralelo entre crescimento e desenvolvimento, a medida em que evoluir economicamente não representa igualdade e justiça social, visto que isso não mensura a qualidade de vida da população, mas o acúmulo de riqueza reservada a pequena porcentagem dos indivíduos da sociedade.

Carvalho *et al.* (2015) mencionam que o desenvolvimento tem como objetivo principal distribuir as riquezas geradas, visando melhorar a qualidade de vida da sociedade como um todo, porém buscando preservar o ecossistema do planeta. O enriquecimento do tema surge da mesma maneira quando Chaves e Castello (2013) afirmam que há a necessidade de se encadear diferentes agentes sociais, visto que as ações, planos e instituições devem atuar de forma conjunta em diferentes partes do globo.

Os autores concluem que a questão do desenvolvimento sustentável é complexa, pois apesar de se alcançar um certo grau de desenvolvimento, nunca se chegará à sustentabilidade, já que essa exige dinâmica e inovação. Logo, a sustentabilidade (que se busca no futuro) faz referência ao lugar almejado, e o desenvolvimento (traçado no presente) e refere-se a maneira

como se pretende chegar ao nível sustentável. Enfim, deve se atentar para o fato de que o desenvolvimento sustentável é o processo pelo qual se chega à sustentabilidade.

Carvalho *et al.* (2015) contribuem com o tema afirmando que o desenvolvimento sustentável se preocupa em gerar riqueza, porém deve partilhar esse ganho de valor com toda a sociedade e sem prejudicar o ecossistema do planeta. Segundo esse autor, a proposta do desenvolvimento sustentável é tornar possível o equilíbrio entre evolução tecnológica e meio ambiente, bem como alcançar os diferentes estratos sociais de um país ao almejar equidade e justiça social.

O Relatório de Brundtland (1987) esclarece que a essência do desenvolvimento sustentável é um encadeamento de ações com o objetivo de transformar a exploração de recursos, a direção dos investimentos, a orientação do desenvolvimento tecnológico e a mudança institucional buscando harmonizar e reforçar o potencial presente e futuro para que se atendam as necessidades e aspirações humanas. Tanto isso é verdade que Elkington (2012, p. 52) afirma que:

De forma simples esse é o novo paradigma dos negócios do século 21. O desenvolvimento sustentável é proposto pelos governos e líderes corporativos como solução para uma grande gama de problemas que agora estão começando a fazer parte da pauta internacional. Esses problemas vão do aquecimento do planeta, camada de ozônio e colapso da pesca oceânica até problemas sociais como a morte de 37.000 crianças por dia, com idade inferior a 5 anos (sendo a maior parte delas por causa de doenças cujos tratamentos não são tão caros) e a morte de 585.000 gestantes e mães a cada ano. O primeiro relatório das Nações Unidas, Global Environmental Outlook, publicado em 1996, mencionou que o mundo ainda não possui 'o senso de urgência é necessário' que é preciso para se afastar do "precipício ambiental".

Enfim, Carvalho *et al.* (2015) concluem que os debates sobre o tema da sustentabilidade nascem da necessidade de se notar que a interação entre humanidade e natureza deve ser baseada em um crescimento econômico aliado ao progresso social. Há que se tratar das consequências de um modelo capitalista que explora os recursos naturais visando lucro, pois esse modelo econômico se finda juntamente com os recursos naturais explorados de forma desordenada.

Nesse contexto, Carvalho *et al.* (2015) afirmam sob uma perspectiva relativa ao documento de Brundtland que a denominação de desenvolvimento sustentável tem como objetivo buscar respostas para o acirramento e a globalização da crise ambiental no mundo, resultando em um consenso de que desenvolvimento sustentável busca atender as necessidades da sociedade no presente sem comprometer a capacidade futura das próximas gerações.

Os caminhos da sustentabilidade podem ser mais bem compreendidos quando se percorre os conceitos de desenvolvimento sustentável, conforme destaca Sartori *et al.* (2014) que aborda sobre o crescente interesse em sustentabilidade e abordagens estratégicas para que se tenha uma produção mais limpa com controle de poluição e “eco-eficiente”, trabalhando a Responsabilidade Social com consumo sustentável. Dessa forma, o conceito de sustentabilidade para Sartori *et al.* (2014) significa a capacidade da sociedade em seus diversos aspectos resistir ou se adaptar à mudança endógena ou exógena por tempo indeterminado, e inclui o desenvolvimento sustentável como um caminho a ser percorrido para que a mudança ocorra de forma intencional com as melhorias necessárias para manter ou aumentar o atributo do sistema, respondendo às necessidades da população atual. Assim, conclui que desenvolvimento sustentável é o trajeto necessário a ser percorrido para que se chegue à sustentabilidade.

Trata-se de compreender o conceito de sustentabilidade e sua relação com o meio ambiente fato que foi descrito pela Comissão Mundial sobre o meio Ambiente e Desenvolvimento, denominada Comissão de Brundtland responsável pela elaboração do Relatório Nosso Futuro Comum no qual deve se satisfazer os objetivos sociais, ambientais e econômicos de toda a sociedade em expansão (DIAS, Aparecido, 2007).

Nesse contexto, as tratativas sobre a sustentabilidade tornam se mais exploradas com o trabalho do economista inglês John Elkington, consultor da empresa britânica Sustain Ability, cujo modelo Triple Bottom Line dimensiona a sustentabilidade em três aspectos: ambiental, econômico e social (LOURENÇO; CARVALHO, 2013). Elkington obteve bastante em êxito em propor o modelo de Triple Bottom Line, visto que ele consegue trabalhar sobre três aspectos de uma organização, considerando uma posição de prosperidade econômica, qualidade ambiental e justiça social, caso ocorra algum desequilíbrio a evolução de todos não será sustentável (ELKINGTON, 2012).

Sob o prisma social pode se citar a inter-relação com o meio ambiente que resulta na justiça ambiental, na qual cabe o encargo de tratar com equidade todas as intra e intergerações, refletindo na busca por investimentos em educação (ELKINGTON, 2012). Ademais, o referido autor menciona sobre a intersecção dos aspectos econômicos e sociais, os quais são responsáveis pela ética na sociedade empresarial aplicada a sua forma de se relacionar com os stakeholders, respeitando e agindo com equidade nas transações econômicas (ELKINGTON, 2012).

Utilizar o Triple Bottom Line como ferramenta se torna essencial, visto que deve mensurar a postura das organizações diante dos aspectos que envolvem a sustentabilidade, tanto pelo ótica interna, naqueles momentos em que as organizações analisam sua postura sustentável

na medida em que buscam mantê-la ou corrigi-la, quanto pelo ambiente externo, no qual se mostra focado nas análises subjetivas de diferentes stakeholders, enfatizando a importância das três dimensões da sustentabilidade: ambiental, econômica e social (LOURENÇO; CARVALHO, 2013).

Nesse contexto, Elkington (2012, p.107) afirma que ao percorrer o caminho para chegar a ser sustentável constata-se várias dificuldades e entraves para os executivos, visto que “Hoje, se pensa em termos de um dos três pilares, com enfoque na prosperidade econômica, na qualidade ambiental e no elemento ao qual as empresas preferiram fazer vistas grossas- na justiça social”. O relatório de 1987 enfatiza isso e menciona a necessidade da equidade social para a agenda da sustentabilidade, porém grande parte das organizações adotaram e se flexibilizaram com a agenda na Eco92 sem saber da grande ideia do desenvolvimento sustentável que chegaria com a Carta criada naquele ano (ELKINGTON, 2012).

Há que se concordar com o fato de que os conceitos que envolvem o Triple Bottom Line almejam gerar nas organizações e na sociedade um consenso sobre a urgência de não se observar somente os aspectos materiais, mas também a questão econômica e social. Elkington (2012) afirma que o desafio é desenvolver uma economia global sustentável, incluindo a possibilidade de o planeta sustentá-la por prazo indeterminável. Isso não se trata apenas de um problema econômico e ambiental, tanto em suas origens quanto em sua natureza, mas as corporações são as únicas entidades providas de recursos e tecnologia para que se alcance a sustentabilidade global (ELKINGTON, 2012). Porém, segundo Lourenço e Carvalho (2013), esse desafio que organizações e sociedade almejam concretizar, torna possível analisar o desejo de buscar a equidade entre as três dimensões da sustentabilidade.

A sociedade possui uma tendência histórica de ser fortemente interligada com suas funções e processos dominantes organizados em torno de redes de relacionamento (CASTELLS, 1999). Há que se considerar o fato de que essas redes fazem parte da nova forma de operações, resultados, processos produtivos, experiências, poder e cultura (CASTELLS, 1999). Nesse contexto de uma sociedade interconectada, Luz (2013) menciona que as organizações sempre serão chamadas a responder pela responsabilização perante a sociedade, sejam entidades públicas ou privadas, com ou sem fins lucrativos, tanto no nível macro quanto no nível micro de suas operações, elas serão afetadas pela adoção dos princípios de sustentabilidade.

Conforme Artiach *et al.* (2010) e o Relatório da Comissão Mundial das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento (1987), a sustentabilidade empresarial pode ser tratada como uma estratégia de negócios e aplicação de recursos focados em utilizar boas

práticas, visando atender e equilibrar as necessidades das partes interessadas atuais e futuras. Tal fato envolve demonstrar resultados competitivos em um curto espaço de tempo, enquanto almeja alcançar a proteção e aumento dos recursos humanos e naturais para o futuro (ARTIACH *et al.*, 2010). Concluem que o desempenho da empresa sustentável é auferido na incorporação de fatores econômicos, ambientais, sociais e de governança em suas atividades, bem como do impacto que elas exercem sobre a sociedade (ARTIACH *et al.*; 2010).

Diante do exposto pode se concluir que Lourenço e Carvalho (2013) explicam que o Triple Bottom Line se constitui em um meio de se obter a sustentabilidade de forma coordenada operando com eficiência econômica, equidade social e preservação ambiental. Já para Elkington (2012) os pilares econômico, social e ambiental se condensam entre si e podem gerar intersecções como a eco eficiência que representa os aspectos econômicos e ambientais, utilizando equipamentos ecologicamente corretos, resultando em redução da custos e da degradação ambiental.

Há que se concordar com o fato de que desempenho ambiental, econômico e social são investimentos necessários as organizações na medida em que os ganhos e/ou desempenho no ISE representam um grande reconhecimento da sociedade em forma de lucro.

2.1.3 Desempenho Financeiro

O desempenho econômico e financeiro das organizações é avaliado e analisado pelos administradores no processo de tomada de decisões, já que visa buscar o ajuste entre o ambiente interno e externo da entidade, considerando a competitividade empresarial (WERNKE; LEMBECK, 2004).

Segundo Elkington (2012) ampliar a competitividade no ambiente externo influencia as organizações, visto que estas em detrimento daquelas, devem se adequar ao mercado e ao desenvolvimento de atividades ligadas a questões ambientais. Dessa forma, o referido autor menciona que os investidores buscam organizações enquadradas nas atividades de sustentabilidade e desenvolvimento sustentável, considerando assim o tripé com as práticas financeiras, sociais e ambientais em equilíbrio, ou seja, não basta ter apenas êxito em uma área, o sucesso está em desenvolver às três.

Há que se concordar com que o desempenho financeiro é influenciado positivamente com o bom desempenho socioambiental das empresas. Nesse contexto, Carroll e Shabana (2010) menciona haver um apoio crescente entre acadêmicos e profissionais e no caso de

Responsabilidade Social Corporativa (RSC) ocorre um impacto positivo no desempenho financeiro da entidade. Os autores enfatizam que a relação entre RSC e o desempenho financeiro da empresa possui variáveis de mediação e contingências situacionais, logo nem sempre isso ocorre de maneira favorável à Corporação.

Dessa forma Carroll e Shabana (2010) concluem que as empresas necessitam de entender os diferentes aspectos da RSC e suas características para haver a convergência dos objetivos econômicos da empresa e os objetivos sociais da sociedade. Enfim, os autores afirmam que as organizações conseguem exercer atividades de RSC com o apoio de seus stakeholders, bem como tratar dos casos de negócios que envolvem RSC com argumentos racionais sob uma perspectiva econômica, financeira e corporativa. Os autores sustentam que as empresas ligadas em atividades de Responsabilidade Social Empresarial são recompensadas pelo mercado tanto sob os aspectos econômicos quanto financeiros. Nesse contexto uma visão ampla da responsabilidade social corporativa possibilita um crescimento da vantagem competitiva da organização, criando relacionamentos vantajosos para todos os envolvidos nas atividades empresariais (CARROLL; SHABANA, 2010). Assim Carroll e Shabana (2010) ratificam a ideia de que reconhecer a complexidade da relação responsabilidade social corporativa e desempenho financeiro resulta em aceitação de que “Os benefícios da RSE não são homogêneos e as iniciativas eficazes de RSE não são genéricas.” (CARROLL; SHABANA, 2010, p. 185).:

Chen, Ong e Hsu. (2016) concluem que a proteção ambiental aplicada às práticas corporativas se tornou crescente no momento atual e que grande parte das empresas reconheceu a sustentabilidade como meta, garantindo seu desempenho de sustentabilidade para serem mais competitivas, logo a sustentabilidade requer o alinhamento do desempenho econômico-financeiro com desempenho ambiental e social.

Nesse contexto, a sociedade, na busca pelo lucro resultante da exploração dos recursos naturais e desenvolvimento tecnológico trouxe como uma de suas consequências a produção de bens e serviços, que contribuíram para melhorar significativamente a qualidade de vida de bilhões de pessoas (MARTINE; ALVES, 2015).

Segundo Coelho *et al.* (2013), a evolução da humanidade está fortemente ligada às definições de produção em escala e suas diretrizes políticas contribuíram para esta ocorrência. O desenvolvimento tecnológico possibilitou melhorias na qualidade de vida e longevidade da população mundial indicam que esse progresso da sociedade se iniciou de forma lenta, com ênfase no pós-guerra em que houve um crescimento mais incisivo e exponencial, aliado à ação humana na busca pelos ganhos proporcionados pelo sistema capitalista (MARTINE; ALVES, 2015).

Bansal (2005) ratifica o conceito de que as entidades devem assentir e responsabilizar-se pelo compromisso corporativo com o desenvolvimento sustentável quer seja pela coação atuante do ambiente institucional, ou pelo fato de que a aplicação do desenvolvimento sustentável corporativo promove o desempenho dessas organizações sob os aspectos focados na visão baseada em recursos, como pode-se citar a reputação da entidade quando esta é considerada um recurso relevante.

Assim, quando a reputação da organização envolve com os conceitos de recursos relevantes, Bansal (2005) menciona que o desenvolvimento e o acesso de recurso podem ser gerados pelas práticas de Desenvolvimento Sustentável Corporativo.

As organizações empresariais que queiram ser sustentáveis devem implantar modelos de sustentabilidade que as diferencie das demais companhias não integrantes do Índice de Sustentabilidade da Bovespa, conforme afirma Rufino *et al.* (2014) sobre a implantação de padrões de sustentabilidade para que ocorra a diferenciação positiva das empresas em relação a suas concorrentes não sustentáveis. Isso, segundo o autor induz as entidades na busca por um valor adicional, além do lucro auferido no curto prazo, preocupando-se com os impactos das atividades empresariais no meio ambiente e na comunidade na qual estão inseridas. As empresas estão procurando com isso, assegurar que suas atividades não tenham um final estabelecido pela escassez de recursos ambientais, assegurando assim a continuidade de suas operações no médio e longo prazo promovendo a sustentabilidade socioambiental.

A sustentabilidade aliada a performance financeira passa pela consideração de que o resultado econômico não deve ser analisado de maneira isolada, pois de acordo com Rufino *et al.* (2014) a gestão organizacional deve considerar as dimensões ambientais e sociais, visto que a organização empresarial se insere em um contexto de competição, no qual a sociedade global vivencia mudanças no modo de agir e pensar sobre o poder das ações desenvolvidas pelas entidades. Rufino *et al.* (2014) complementam mencionando que ao realizar práticas sustentáveis e de respeito socioambiental as empresas almejam garantir o respeito e confiança dos seus consumidores, bem como dos produtos e serviços por ela desenvolvidos, e que podem trazer resultados favoráveis aos lucros e ganhos dessas organizações, evidenciando o empenho em ser sustentável.

Assim sendo, nota-se que a sustentabilidade necessita de investimentos para sua aplicação, visto que processos de produção usam de habilidades tecnológicas para efetivar o desenvolvimento sustentável. Conforme Santis *et al.* (2016), a estratégia da Responsabilidade Social Corporativa implica transmutar de um posicionamento focado em reduzir danos para um lugar no qual haja busca em criar benefícios para as empresas e corporações, assim pode-se

compreender que a Responsabilidade Social Corporativa está voltada para a reputação da empresa e se liga ao aspecto gerencial do negócio, por outro lado a criação de valor corporativo se fixa a uma posição competitiva e de lucro para a atividade empresarial.

Por fim, Santis *et al.* (2016), complementa acerca do tema, mencionando que a quantidade de investidores que observam o potencial das entidades para atender aos requisitos da sustentabilidade corporativa aumentam a cada dia. Da mesma maneira, confirma ainda, o fato de que os investidores pagam maiores valores nas ações de empresas que trabalham com atividades relacionadas à sustentabilidade. Isso enfatiza a geração de valor agregado realizado por investir em práticas sustentáveis.

Como já visto, as organizações necessitam de resultados bons para se tornarem competitivas, porém no cenário atual de intensa degradação ambiental faz se necessário preocupar-se com o meio ambiente. Artiach *et al.* (2010), mencionam que a sustentabilidade empresarial deve fornecer resultados competitivos em um curto espaço de tempo, bem como deve se ater a preservação ambiental e a sustentabilidade dos recursos naturais para o futuro.

Nesse contexto, segundo Sousa e Zucco (2016) as ações das empresas passaram a ser auferidas por meio de normas e índices, dentre os quais pode se citar ISO 14000 (International Organization for Standardization), relatórios de impactos ambientais (EIA/RIMA), balanços sociais e Global Reporting Initiative, entre outras ações. Sousa e Zucco (2016) afirmam que todas essas ações são consequências do Relatório de Brundtland (1987) cujo objetivo era o desenvolvimento sustentável da carta Nosso Futuro Comum. Enfim, Elkington (2012) ainda afirma a necessidade de se elaborarem métricas para avaliar as práticas sociais, ambientais e econômicas das organizações (Triple Bottom Line), ratificando a ideia o autor afirma que por muitas vezes, não seremos capazes de afirmar se uma empresa ou indústria é ‘sustentável’, mas poderemos nos desenvolver cada vez mais em termos de nossas habilidades em avaliar se ela está deslocando no sentido certo ou não. O conceito dos três pilares claramente complica as situações. Um ponto a ser sugerido é que uma empresa sustentável é aquela que, “ao final do período contábil, foi capaz de manter a biosfera na mesma situação em que se encontrava no início”, mas quando incluimos as dimensões social e ética da sustentabilidade, a gama de questões relacionadas à sustentabilidade e os impactos aumentam drasticamente. Isso não significa que não devemos tentar caminhar nessa direção, mas simplesmente que devemos ser muito cuidadosos com os estímulos dos benefícios e com o andamento do progresso. De fato, muito do progresso de médio prazo tende a ser considerado pelas linhas dos pilares econômico e ambiental, apesar de a taxa de progresso na contabilidade, auditoria e acompanhamento social

sugerirem que ao menos um conjunto de indicadores deva estar disponível daqui a alguns anos (ELKINGTON, 2012, p. 134).

A geração de lucro numa empresa sustentável deve considerar também seus funcionários e colaboradores na medida em melhorias nos processos de gestão internos a entidade influenciam os resultados (DINIZ; CALLADO, 2018). A sustentabilidade empresarial resulta em benefícios aos acionistas da organização, visto que os investimentos de uma organização para tornar se sustentável geram valor (SOUSA; ZUCCO, 2016).

Entretanto, segundo Kemerich, Ritter e Borba (2014) a sustentabilidade é considerada um processo por meio do qual ocorre o aperfeiçoamento constante e a transformação estrutural da entidade que deve conseguir a participação ativa de todos os envolvidos, bem como considerar suas diferentes dimensões social, econômica e ambiental. Deve se atentar para o fato de que as organizações constroem um modelo de desenvolvimento sustentável, o qual deve ser alicerçado em bases que possibilitem a harmonia com a capacidade de exploração dos ambientes naturais, realizando buscas e pesquisas por meio do levantamento de dados e informações que representem as diversas dimensões relacionadas ao processo produtivo, incluindo a compreensão dos sistemas ambientais nos quais as entidades estão inseridas (KEMERICH; RITTER; BORBA, 2014). Logo, pode se compreender que há a necessidade de investimentos por parte de cada organização sobre a forma de explorar o meio ambiente para que isso não resulte em danos para as futuras gerações.

Nesse contexto, Diniz e Callado (2017) expõem que a sustentabilidade só consegue criar valor para as organizações quando utilizada na prática em conjunto com estratégias que envolvam questões internas e englobem as referidas diferentes dimensões. Logo, Diniz e Callado (2017) concluem que a sustentabilidade empresarial focada na conservação é “um padrão em que existe um interesse por equilibrar questões econômicas, sociais e ambientais, todas colocadas em um mesmo patamar de importância”.

Kemerich, Ritter e Borba (2014) afirmam que para auxiliar nas avaliações da sustentabilidade ambiental são criados indicadores cujo papel principal é servir de ferramenta de avaliação dos resultados obtidos pelas metas de sustentabilidade. Isso contribui para que os stakeholders analisem e acompanhem os processos decisórios da entidade (KEMERICH; RITTER; BORBA, 2014). O conceito de indicador está relacionado a um parâmetro ou função com a capacidade de descrever um fenômeno ocorrido no ambiente em que está inserido, ou seja, um indicador atua representando uma realidade na qual um conjunto de dados e parâmetros devem ser mensurados (KEMERICH; RITTER; BORBA, 2014). Logo, os autores concluem

que o indicador fornece informações para o planejamento, implantação e acompanhamento das políticas ambientais focadas no uso racional dos recursos naturais.

2.2 RESPONSABILIDADE SOCIAL

A World Commission on Environment and Development (1987), com o documento *Our Common Future* (Nosso Futuro Comum) ou, como é bastante conhecido, Relatório Brundtland, apresentou um novo olhar sobre o desenvolvimento, definindo-o como o processo que “satisfaz as necessidades presentes, sem comprometer a capacidade das gerações futuras de suprir suas próprias necessidades”.

É a partir daí que o conceito de desenvolvimento sustentável passa a ficar conhecido. Elaborado pela Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, o Relatório Brundtland aponta para a incompatibilidade entre desenvolvimento sustentável e os padrões de produção e consumo, trazendo à tona mais uma vez a necessidade de uma nova relação “ser humano-meio ambiente”.

Ao mesmo tempo, esse modelo não sugere a estagnação do crescimento econômico, mas sim essa conciliação com as questões ambientais e sociais. O documento enfatizou problemas ambientais, como o aquecimento global e a destruição da camada de ozônio (conceitos novos para a época), e expressou preocupação em relação ao fato de a velocidade das mudanças estar excedendo a capacidade das disciplinas científicas e de nossas habilidades de avaliar e propor soluções.

Rajeev, Pati e Padhi (2017), apresenta o artigo intitulado: “Evolução da sustentabilidade na gestão da cadeia de abastecimento: uma revisão da literatura”, em que analisaram que o consumo pressionou a produção industrial e suas cadeias de abastecimento, e essa demanda resultou em impactos negativos sobre o meio ambiente e a sociedade.

Dessa forma, as taxas crescentes de poluição e calamidades ambientais causadas pela produção industrial têm incentivado vários especialistas da indústria a trabalharem em questões de Produção e Consumo Sustentáveis no contexto da Gestão da Cadeia de Abastecimento Sustentável. Os autores buscam compreender a evolução do tema sustentabilidade, analisando 1.068 artigos filtrados de 2000 a 2015, destacando o desenvolvimento e a importância do corpo de conhecimento.

O estudo propõe uma estrutura conceitual para classificar vários fatores ao longo dos pilares do *triple bottom line* de questões de sustentabilidade no contexto das cadeias de abastecimento. Assim, concluíram que os estudos envolvendo *triple bottom line* são escassos,

logo, é necessário focar em estudos específicos do setor, já que há problemas relacionados com os setores que são poluidores graves, especialmente aqueles em economias emergentes os quais estão sem solução. Observa-se desta maneira que os estudos que abordam as questões sociais são escassos, sendo necessário mais foco na mensuração dos impactos sociais ao longo da cadeia de suprimentos.

Aguinis e Glavas (2012) afirmam que ações de Responsabilidade Social Corporativa reativas e proativas provocam reflexos internos e externos, dentre os quais pode se citar os resultados de ações e políticas. Da mesma maneira, convergem sobre isso Aguilera-Caracuel, Hurtado-Torres; Aragón-Correa (2012) em um estudo sobre uma empresa exportadora e suas práticas internacionais cujo resultado demonstrou que a organização tem a capacidade de aprender buscando ativamente o conhecimento em mercados internacionais, bem como “com diferentes perfis ambientais”, convergindo para um conhecimento mais gratificante do que simplesmente exportar por um longo período de tempo.

Nesse contexto, depreende-se que reflexos externos, como a busca por práticas internacionais de Responsabilidade Social Corporativa, têm como consequência ampliar as divulgações sobre o tema. Dessa mesma maneira concluem Ali, Frynas e Mahmood (2017) de que divulgações sobre a Responsabilidade Social Corporativa (RSC) são consideradas muito importantes para a rede de relacionamentos externos da entidade como acionistas, credores e investidores.

Nesse sentido, Melo e Garrido Morgado (2012) encontram como resultado que as cinco dimensões da RSE têm um impacto significativo na reputação corporativa e esse impacto é moderado pela indústria de empresa. As dimensões mais salientes foram a diversidade da força de trabalho foi positivamente relevante para oito das nove indústrias; e o problema de produto com um impacto positivo em cinco setores e negativo em três.

Bansal (2003) realizou uma pesquisa prática com duas organizações no período de 1 ano, observando o fluxo de problemas ambientais naturais, constatando que os fatores que influenciaram o escopo, a escala e a velocidade da resposta organizacional aos problemas são as preocupações individuais e valores organizacionais. Dessa forma, as questões individuais e a folga excessiva de recursos moderarão a relação entre esses efeitos diretos e o escopo, escala e velocidade da resposta organizacional.

Analogamente, Bansal (2003) identifica as condições que levam as organizações a terem uma alta capacidade de resposta ecológica corporativa, de forma qualitativa os pesquisadores investigam as motivações e fatores contextuais que resultam em responsabilidade ecológica corporativa, aplicando uma indução analítica, aplicada a dados coletados de 53 empresas no

Reino Unido e no Japão, a qual resultou em três motivações: competitividade, legitimação e responsabilidade ecológica, influenciadas pela coesão do campo, relevância da questão e preocupação individual.

Ademais, comprovando os conceitos de Bansal (2003), tem-se Vilanova, Lozano e Arenas (2009) que exploram a natureza da relação entre Responsabilidade Social Corporativa (RSC) e competitividade. Inicia-se com a visão comum de que a competitividade das empresas é definida pelo mercado. Ou seja, a questão de quais são os fatores críticos de competitividade observando-se como as empresas e analistas financeiros descrevem e avaliam uma empresa.

Como conclusão, argumentamos que a RSE e a competitividade se relacionam por meio de um ciclo de aprendizagem e inovação, onde os valores corporativos, as políticas e práticas são permanentemente definidas e redefinidas. Assim, propomos que a aprendizagem ocorra na medida em que a RSE esteja inserida nos processos de negócios, e que, uma vez integrada, gere práticas inovadoras e, por fim, competitividade. No final do artigo, estabelecemos que a RSE na prática consiste em gerenciar os paradoxos inerentes gerados pela tensão entre a RSE e as políticas de negócios (VILANOVA, LOZANO E ARENAS, 2009).

Complementando o tema da vantagem competitiva o trabalho de Rosen (2001) tratado em um simpósio sobre estratégia ambiental e vantagem competitiva chama atenção para uma grande transição que ocorre nos negócios de gestão corporativa ambiental. As premissas de que os negócios vão contra o meio ambiente e de que os gerentes de gestão acreditavam que a proteção ambiental era algo periférico, ou pior, uma grande ameaça para o desafio de maximizar a vantagem corporativa no mercado global cada vez mais competitivo.

O conceito antigo de desempenho ambiental de uma organização era uma questão de conformidade legislativa ou regulatória, incluindo custos e complicações econômicas e jurídicas para que empresas obtivessem resultados financeiros. Atualmente, o conjunto de premissas tem um novo caminho. Uma nova geração de gerentes de ponta está começando a reconhecer que desempenho ambiental superior pode conferir vantagem competitiva e percebem que é do interesse estratégico de sua empresa instituir sistemas de gestão ambiental que os ajudem a reduzir o desperdício e gerenciar o risco ambiental de forma eficaz, porque isso aumenta a eficiência, redução de custos e proteção contra passivos ambientais (ROSEN, 2001).

O foco atual está em constatar um interesse estratégico das organizações que aproveitam as oportunidades de negócios para transformar problemas ambientais em oportunidades estratégicas os gestores que são mais adiante nesta curva de aprendizado estão repensando os modelos de negócios tradicionais, não apenas a função de Meio Ambiente, Saúde e Segurança.

Além disso, eles são inventando novos modelos que fundem a sustentabilidade ambiental em estratégias e sistemas organizacionais, financeiros, de produção, de design e de marketing (BANSAL, 2003).

O autor conclui que os artigos deste simpósio deixam clara a transição, com base na conformidade com a gestão ambiental corporativa estratégica que ainda está em seus estágios iniciais. A nova abordagem promete grandes benefícios do ponto de vista de vantagem competitiva corporativa, bem como de proteção ambiental. Contudo, não é algo rápido ou simples de implementar. Mudando para a nova abordagem envolve a reforma da cultura corporativa, bem como mudanças mais práticas como colocar sistemas de gestão ambiental em vigor e estabelecer o custo total contábil, analisar o ciclo de vida ambiental e o design de programas ambientais e, em seguida, aprimorá-los continuamente (BANSAL, 2003).

Portanto, ao se considerar a estratégia de negócios que incorporam os conceitos de Responsabilidade Social Empresarial como um diferencial competitivo pode se observar que isso causa reflexos nos produtos, processos e serviços constantes na organização, o que os transforma em únicos e exclusivos, bem como superiores aos dos concorrentes conforme ideias de Bansal (2003).

Complementando o tema, o trabalho de Lundgren e Zhou (2017) tem por objetivo analisar as três dimensões do desempenho da empresa: produtividade, eficiência energética e desempenho ambiental, tendo como foco a gestão ambiental. O desenvolvimento do artigo é baseado no investimento para redução do impacto ambiental, que não traz apenas benefícios para a sociedade, mas também para as empresas, especialmente no estímulo para uso eficiente da energia. Como método, foi utilizada análise de dados para avaliar o desempenho de determinada empresa, a fim de comprovar que gestão ambiental e produtividade empresarial estão integrados, levando à conclusão do desenvolvimento de uma estratégia de Responsabilidade Social corporativa.

González-Benito J. e González-Benito O. (2005) realizaram um estudo similar em uma amostra de 186 empresas industriais, analisando a relação entre proatividade ambiental e o desempenho empresarial. González-Benito J. e González-Benito O. (2005) provaram de diferentes dimensões e medidas de desempenho, que não há uma resposta única para a questão acerca dos efeitos positivos da proatividade ambiental no desempenho dos negócios, destacando que essa relação deve ser desagregada em relações mais específicas e concretas.

A questão do desempenho organizacional também é o foco do estudo de Maletič, M., Maletič, D. e Gomišček, B. (2018) no artigo: O papel dos fatores de contingência na relação entre as práticas de sustentabilidade e o desempenho organizacional. Com ele, buscaram

compreender o papel dos fatores de contingência (ou seja, orientação de longo prazo, competitividade e incerteza) na relação entre as práticas de sustentabilidade (exploração da sustentabilidade e exploração da sustentabilidade) e o desempenho organizacional. Os autores utilizaram dados de organizações europeias com análise de regressão para obter uma visão sobre a relação entre as práticas de sustentabilidade e o desempenho organizacional.

Em geral, os resultados apoiam a visão contingencial da relação entre as práticas de sustentabilidade e o desempenho, em vez de se basear na visão "universal" das práticas de sustentabilidade. Particularmente, os resultados mostram que em contextos ambientais moderados (competitividade moderada e incerteza) as práticas de exploração da sustentabilidade parecem ser um predito predominante do desempenho organizacional.

Os referidos autores perceberam que práticas de exploração da sustentabilidade são o predito mais importante do desempenho da inovação, especialmente quando as organizações se deparam com altos níveis de competitividade, incerteza e orientação de longo prazo. Porém, há que se analisar o fato de que as práticas de exploração da sustentabilidade parecem dominar na explicação dos efeitos no desempenho de qualidade. Nesse sentido, podemos argumentar que organizações com características semelhantes (capacidades, desempenho e atividade) podem desenvolver abordagens diferentes e customizadas para gerenciar a interface entre negócios e o ambiente natural.

Há que se considerar o fato de que o Global Reporting Initiative (2015) responde pela elaboração das diretrizes para as organizações que desejam elaborar Relatórios de Sustentabilidade. O objetivo do Global Reporting Initiative (2015) é contribuir com aquelas empresas que desejam transformar suas operações em mais sustentáveis, bem como nas expectativas de que a continuidade da lucratividade deve seguir de mãos dadas com a justiça social e a proteção ao meio ambiente.

Dessa forma, relatórios de sustentabilidade ajudam as entidades na definição de metas, medindo o desempenho e gerenciando mudanças, sendo que um relatório de sustentabilidade transmite divulgações sobre os impactos de uma organização - sejam eles positivos ou negativos - no meio ambiente, na sociedade e na economia.

Ao contribuir com a transformação da informação sobre sustentabilidade, o Global Reporting Initiative (2015) torna o processo de compreensão e divulgação das informações sustentáveis mais palpável, na medida em que transforma dados intangíveis em quesitos concretos. Tal fato converge para a questão de comparação do desempenho das organizações que investem em sustentabilidade, pois os dados concretos auxiliam na compreensão e gestão dos efeitos do desenvolvimento sustentável nas corporações, bem como nas atividades e

estratégias de ação para os gestores, permitindo que as informações contidas nos relatórios de sustentabilidade sejam disponibilizadas e comparáveis, fornecendo às partes interessadas informações aprimoradas para embasar suas decisões.

Enfim, as diretrizes para os relatórios de Global Reporting Initiative. (2015) padronizam as informações dos relatórios de sustentabilidade e com isso pode-se realizar comparações entre os diferentes tipos de abordagem sustentável como governança e desempenho, com seus impactos ambientais, sociais e econômicos das associações. As Diretrizes são úteis na preparação de qualquer tipo de documento que requeira tal divulgação.

No Global Reporting Initiative (2015) são desenvolvidas diretrizes com a seleção de um processo global de múltiplas partes, as quais envolvem representantes de negócios, trabalho, sociedade civil e mercados financeiros, bem como auditores e especialistas em várias áreas, em estreito diálogo com reguladores e agências governamentais em vários países.

Diferentemente do Global Reporting Initiative (2015), o Instituto Ethos possui indicadores que auxiliam as organizações na obtenção de um autodiagnóstico da gestão empresarial voltada para a sustentabilidade social empresarial. A aplicabilidade desse dispositivo de avaliação ocorre por meio de um questionário online que possibilita a obtenção de relatórios cuja função é contribuir com o planejamento e a gestão das metas com o objetivo de avançar na temática sustentável.

Logo, pode-se dizer que os indicadores Ethos são utilizados para avaliar e quantificar a sustentabilidade e Responsabilidade Social nos negócios, contribuindo e auxiliando na formulação de estratégias, políticas e processos. O Instituto Ethos deixa claro que seus relatórios mencionam medidas de desempenho em sustentabilidade e Responsabilidade Social, mas eles não têm o foco de mensurar o desempenho das organizações e nem as reconhecer como sustentáveis ou responsáveis.

Segundo o Ethos, os indicadores possuem quatro dimensões: visão e estratégia, governança e gestão, social e ambiental. Tais indicadores foram desenvolvidos com objetivo de apoiar a gestão da organização com aplicações e funcionalidades que permitem total flexibilidade em sua aplicação pelas empresas e a geração de relatórios mais próximos da realidade empresarial, que apoiam efetivamente a gestão, com mecanismos para planejamento, compartilhamento de dados com as partes interessadas e desenvolvimento da sustentabilidade nas cadeias de valor.

Em conformidade com esse relatório no contexto internacional De Chiara e Spena, (2011), ao apresentar as estratégias de Responsabilidade Social empresarial e seus impactos nas atividades de organizações multinacionais, tem como foco os aspectos que envolvem as áreas

de recursos humanos, fornecedores e comunidade. Os referidos autores destacam a grande influência que uma multinacional representa para uma comunidade como agente moral, apontando diferentes componentes do respeito a um sistema de gestão da sustentabilidade.

Assim, os autores buscaram no artigo identificar a importância da função da entidade multinacional como agente moral, identificando diferentes componentes do respeito a um sistema de gestão da sustentabilidade. De Chiara e Spina (2011) relatam o comportamento das multinacionais nas bases de Responsabilidade Social, focados em retratar a importância que isso tem para as partes interessadas, comprovam que a Responsabilidade Social empresarial tornou-se um quesito comparativo que forma a base da distribuição internacional das atividades multinacionais, exigindo um novo ponto de vista teórico e uma nova postura comportamental das Empresas Multinacionais. De Chiara e Spina (2011) concluem que no contexto de negócios sustentáveis as organizações estão buscando negócios sustentáveis e responsáveis, já que trabalhadores, fornecedores e comunidades buscam uma postura mais ética e responsável em relação ao meio ambiente sustentável, assim ocorre a reconceitualização da estratégia multinacional de acordo com os princípios de Responsabilidade Social Corporativa.

Hutchins e Sutherland (2008) tratam das medidas de sustentabilidade social e suas aplicações nas cadeias de valor, reconhecendo a interdependência entre os sistemas ecológico, social e econômico, sendo os três pilares da sustentabilidade, e que a Responsabilidade Social Corporativa (CSR) defende o comportamento ético com relação a esses sistemas. Os autores concluem que as interações entre os sistemas existem e podem ser comprovadas por meio de métricas e indicadores de sustentabilidade social e responsabilidade, enfatizando que qualquer decisão individual e unilateral afetam os indicadores nacionais de sustentabilidade, apontando, portanto, para uma ainda maior responsabilidade das organizações.

Tais interações entre os sistemas podem ser comprovadas na pesquisa de Knorringa e Nadvi. (2016), com o artigo que explora a interseção entre três processos associados à globalização. Primeiro, a ascensão de economias emergentes como China, Brasil e Índia, as chamadas 'Potências em Ascensão', e seu potencial para definir os contornos da globalização, arranjos de produção globais e governança global no século XXI. Em segundo lugar, a importância das metas de Responsabilidade Social Corporativa (RSC) na formação de regras de comércio global e práticas industriais. Terceiro, a importância dos aglomerados de pequenas empresas como locais críticos de competitividade industrial.

Nesse contexto, esses três processos foram estudados separadamente e os autores abordaram a lacuna comparando dados secundários sobre Responsabilidade Social empresarial e clusters no Brasil, China e Índia. Analisando esses clusters e percebendo como se engajam

com metas de Responsabilidade Social Corporativa relacionada com padrões trabalhistas, sociais e ambientais. O estudo deu maior enfoque no contexto institucional formal e informal, denominado 'contrato social', ao explicar experiências e práticas divergentes observadas nesses países, delineando uma agenda de pesquisa para explorar as consequências locais e globais da relação entre os clusters da Rising Power e os padrões internacionais de trabalho e ambientais.

Ademais Qi *et al* (2014) revisitaram a relação entre desempenho ambiental e financeiro na indústria chinesa, debatendo a relação entre desempenho ambiental empresarial ou industrial e o desempenho financeiro. Os autores argumentam que a performance ambiental tem efeito positivo na performance financeira e que a falta de recursos modera a relação entre esses desempenhos. Os autores analisaram o conjunto de dados das empresas industriais chinesas e obtiveram como resultados que uma melhora no desempenho ambiental influencia significativamente o desempenho financeiro e que a folga de recursos desempenha um papel significativo na ligação entre eles. No entanto, não encontramos nenhum efeito moderador significativo da munificência industrial no link.

Dunning (2009) complementa o tema apresentando que os objetivos e estruturas das organizações operam sob o modelo de globalização, o qual tem como base livre comércio, altos níveis de crescimento econômico e produção voltada para a exportação. A globalização, segundo Dunning (2009), faz com que as empresas busquem firmar um compromisso que integre seus sistemas de gestão que inclui a visão, valores, políticas, estratégias, indicadores de desempenho, relatórios, prestação de contas e avaliação de os executivos; mas, acima de tudo, incentiva o comprometimento, a responsabilidade e participação de todos os envolvidos nas atividades que influenciam o bem-estar Social.

O artigo encerra o tema mencionando que a Responsabilidade Social exige uma gestão estratégica, que deve ser um gerador de vantagem competitiva e relacionada a todos os membros de uma empresa, obtendo como resultado um processo de gerenciamento desenhado, conduzido e monitorado pelos gestores.

Complementando esse enfoque do tema Davis (1973) argumenta que as organizações exercem poder social sobre o mundo contemporâneo e isso faz com que assumam compromissos na área de Responsabilidade Social. Assim, pode-se concluir que as organizações possuem obrigações sociais e devem agir em defesa do bem comum, pois quando a sociedade progride a empresa se beneficia.

Tanto isso é verdade que Sharma (2000) no seu estudo examinou as ligações entre interpretações gerenciais das questões ambientais e a escolha corporativa da estratégia ambiental entre 99 empresas da indústria canadense de petróleo e gás. As estratégias ambientais

que vão desde conformidade com regulamentos e práticas padrão da indústria, por um lado, até ações voluntárias de preservação ambiental, por outro, estão associadas a interpretações gerenciais de questões ambientais como ameaças ou oportunidades.

Porém, em tempos de crise as organizações devem agir de forma a garantir a continuidade dos negócios e as obrigações sociais deixam de ser o foco do momento. Tanto isso é verdade que Fehre *et al* (2016) trabalham no artigo desafiando o compromisso corporativo com a Responsabilidade Social Corporativa e a forma como os CEOs estão tratando do tema em tempos de crise financeira global.

Os autores buscam pesquisar os pilares da Responsabilidade Social quais sejam sociais, meio ambiente, economia e governança tendo como hipóteses de pesquisa a teoria dos acionistas e partes interessadas, utilizando cartas dos CEOs de empresas alemãs. Tal fato resultou na constatação de que os CEOs das organizações não se preocupam muito com a Responsabilidade Social Empresarial em tempos de crise: “especialmente sobre questões sociais e de governança, indicando que a RSE não está totalmente incorporada na estratégia corporativa e que, em tempos de crise, outros aspectos ganham mais importância na agenda da administração”.

Porém, os referidos autores concluem que Responsabilidade Social Empresarial é um item estratégico que aumenta a confiança no vínculo entre a empresa e a sociedade.

Porter e Kramer (2006) propõem uma maneira fundamentalmente nova de olhar para a relação entre negócios e sociedade, que não trata o crescimento corporativo e o bem-estar social como um jogo de soma zero. Porter e Kramer (2006) introduzem uma estrutura que as empresas individuais podem usar para identificar as consequências sociais de suas ações, descobrir oportunidades de benefício para a sociedade e para si próprios, fortalecendo o contexto competitivo em que atuam; para determinar quais iniciativas de RSE eles devem abordar e encontrar as maneiras mais eficazes de fazê-las.

Perceber a Responsabilidade Social como uma oportunidade e não como controle de danos ou uma campanha de relações públicas requer um pensamento dramaticamente diferente - uma mentalidade, alertam os autores, que se tornará cada vez mais importante para o sucesso competitivo (PORTER E KRAMER, 2006).

Sob o mesmo ponto de vista no quesito governança corporativa, Husted e Souza-Filho (2016) analisam como o desempenho corporativo ambiental, social e de governança (ESG) é afetado pelos de projetos de sustentabilidade, como projetos colaborativos, internos ou terceirizados.

Husted e Souza Filho (2016) tiveram como foco principal responder ao seguinte questionamento: qual a ligação ou relação entre Responsabilidade Social empresarial e a competitividade das empresas multinacionais nas cadeias de valor global? Os referidos autores buscaram responder à pergunta por meio de um modelo teórico que analisou as práticas de Responsabilidade Social empresarial nas multinacionais brasileiras, considerando que essas organizações exercem um papel importante como influenciadoras de práticas sustentáveis.

Tal fato destaca a dimensão social da questão sob o ponto de vista dos stakeholders, considerando que as multinacionais brasileiras desenvolvem modelos de governança corporativa com diferentes partes interessadas, o qual otimiza a difusão da prática sustentável. Husted e Souza-Filho (2016) concluem que o modelo proposto por eles pode fornecer insights sobre as principais dimensões de governança, bem como os resultados podem ser úteis para gestores e legisladores ao elaborarem suas políticas públicas. Por fim, os autores concluem afirmando que, apesar das limitações do estudo, servirão como base para que empresas considerem a utilização das colaborações, a fim de gerar o maior impacto no desempenho de ESG.

Turker. (2009) em seu estudo sobre auferir a Responsabilidade Social Corporativa em escala, baseando-se em uma estrutura conceitual proposta de Responsabilidade Social Corporativa (CSR), desenvolve uma escala por meio de um processo de desenvolvimento de escala sistemático. No estudo, a análise fatorial exploratória foi conduzida para determinar a estrutura fatorial subjacente da escala. Os dados foram coletados de 269 profissionais de negócios que trabalham na Turquia. Os resultados da análise forneceram uma estrutura quadridimensional de CSR, incluindo CSR para partes interessadas sociais e não sociais, funcionários, clientes e governo.

Assim, como exemplo de aplicação prática a UNDP (2013) menciona a Natura Cosméticos como uma empresa que investe em prática sociais como a ação de valorização de mulheres no México. Nesse contexto, a Natura Cosméticos do Brasil, uma das maiores empresas de cosméticos da América Latina, se comprometeu a fornecer novos treinamentos de habilidades para representantes de vendas de baixa renda no México como parte de seu compromisso com o Business Call to Action (BCtA), uma iniciativa global de combate à pobreza apoiada pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD).

A Natura espera integrar todos os seus cerca de 74.300 consultores de beleza em um programa de treinamento profissionalizante voltado para a otimização e atualização de habilidades profissionais e autodesenvolvimento nos próximos três anos, disse a empresa. Espera-se que os módulos de treinamento, elaborados pela Natura, aumentem a produtividade

e o potencial de ganhos, com o ensino de habilidades essenciais para o negócio e o autoconhecimento.

Alguns dos treinamentos oferecidos incluem planejamento estratégico, vendas diretas, conhecimentos de informática, atendimento ao cliente, contabilidade e gerenciamento de projetos. Há também um foco na criação de autoconsciência e em ajudar os consultores a se tornarem agentes de mudança em suas próprias comunidades.

Cerca de 98% das consultoras de beleza da Natura no México agora são mulheres sem educação formal ou experiência anterior de trabalho. A Natura, com foco na sustentabilidade, espera capacitar seus assessores com habilidades empreendedoras que os atendam bem no futuro.

A Natura emprega 7.000 funcionários e mais de 1,5 milhão de consultores de beleza em todo o mundo, com 110 funcionários e 74.275 consultores de beleza somente no México, em dezembro de 2012. Este importante compromisso representa um novo modelo de venda direta multinível que engloba o empreendedorismo e a Responsabilidade Social. Os consultores Natura têm a oportunidade de desenvolver competências e habilidades para melhorar o relacionamento com eles próprios, com a comunidade e com o todo, afirmou o presidente da Natura, Alessandro Carlucci.

Além disso, Zadek (2004), no estudo sobre o caminho para a responsabilidade corporativa, trata sobre um estudo de caso da Nike que na década de 1990, os manifestantes protestaram contra as condições de exploração em alguns de seus fornecedores no exterior e fizeram da Nike a garota-propaganda global da irresponsabilidade ética corporativa.

Neste artigo, Simon Zadek, CEO do instituto britânico Accountability, descreve a rota acidentada que a Nike percorreu para chegar a um lugar ético melhor, que cultive e defenda práticas de negócios responsáveis. As organizações aprendem de maneiras únicas, afirma Zadek, mas eles inevitavelmente passam por cinco estágios de responsabilidade corporativa, da defensiva "*Não é nossa culpa*" à conformidade "*Faremos apenas o que for necessário*" à gerencial "*É o negócio*" à estratégica "*É nos dá uma vantagem competitiva*" e, finalmente, civil "*Precisamos ter certeza de que todos fazem isso*".

À medida que ele descreve essa evolução, Zadek oferece percepções valiosas para executivos que lutam com o desafio de gerenciar práticas de negócios responsáveis. Além de apenas colocar suas próprias casas em ordem, o autor argumenta que as empresas precisam ficar a par das ideias em evolução do público sobre as funções e responsabilidades corporativas. Organizações que fazem as duas coisas se engajarão no que ele chama de "aprendizado civil".

2.3 INDICADORES DE SUSTENTABILIDADE

Como já visto, as organizações necessitam de resultados bons para se tornarem competitivas, porém no cenário atual de intensa degradação ambiental faz-se necessário preocupar-se com o meio ambiente. Artiach *et al.* (2010), mencionam que a sustentabilidade empresarial deve fornecer resultados competitivos em um curto espaço de tempo, bem como deve se ater à preservação ambiental e a sustentabilidade dos recursos naturais para o futuro.

Nesse contexto, segundo Sousa e Zucco (2016) as ações das empresas passaram a ser auferidas por meio de normas e índices, dentre os quais pode-se citar ISO 14000 (International Organization for Standardization), relatórios de impactos ambientais (EIA/RIMA), balanços sociais e Global Reporting Initiative, entre outras ações. Sousa e Zucco (2016) afirmam que todas essas ações são consequências do Relatório de Brundtland (1987) cujo objetivo era o desenvolvimento sustentável da carta *Nosso Futuro Comum*.

A geração de lucro numa empresa sustentável deve considerar também seus funcionários e colaboradores na medida em que melhorias nos processos de gestão internos a entidade influenciam os resultados (DINIZ; CALLADO, 2018). A sustentabilidade empresarial resulta em benefícios aos acionistas da organização, visto que os investimentos de uma organização para tornar-se sustentável geram valor (SOUSA; ZUCCO, 2016).

Entretanto, segundo Kemerich; Ritter; Borba (2014) a sustentabilidade é considerada um processo por meio do qual ocorre o aperfeiçoamento constante e a transformação estrutural da entidade que deve conseguir a participação ativa de todos os envolvidos, bem como considerar suas diferentes dimensões social, econômica e ambiental. Deve-se atentar para o fato de que as organizações constroem um modelo de desenvolvimento sustentável, o qual deve ser alicerçado em bases que possibilitem a harmonia com a capacidade de exploração dos ambientes naturais, realizando buscas e pesquisas por meio do levantamento de dados e informações que representem as diversas dimensões relacionadas ao processo produtivo, incluindo a compreensão dos sistemas ambientais nos quais as entidades estão inseridas (KEMERICH; RITTER; BORBA, 2014). Logo, pode-se compreender que há a necessidade de investimentos por parte de cada organização sobre a forma de explorar o meio ambiente para que isso não resulte em danos para as futuras gerações.

Nesse contexto, Diniz e Callado (2017) expõem que a sustentabilidade só consegue criar valor para as organizações quando utilizada na prática em conjunto com estratégias que envolvam questões internas e englobem as referidas diferentes dimensões. Logo, Diniz e

Callado (2017) concluem que a sustentabilidade empresarial focada na conservação é “um padrão em que existe um interesse por equilibrar questões econômicas, sociais e ambientais, todas colocadas em um mesmo patamar de importância”.

Kemerich *et al* (2014) afirmam que para auxiliar nas avaliações da sustentabilidade ambiental são criados indicadores cujo papel principal é servir de ferramenta de avaliação dos resultados obtidos pelas metas de sustentabilidade. Isso contribui para que os stakeholders analisem e acompanhem os processos decisórios da entidade (KEMERICH *et al.*, 2014). O conceito de indicador está relacionado a um parâmetro ou função com a capacidade de descrever um fenômeno ocorrido no ambiente em que está inserido, ou seja, um indicador atua representando uma realidade na qual um conjunto de dados e parâmetros devem ser mensurados (KEMERICH *et al.*, 2014). Logo, os autores concluem que o indicador fornece informações para o planejamento, implantação e acompanhamento das políticas ambientais focadas no uso racional dos recursos naturais.

Conforme mencionam Gibaut e Dias Filho (2016), faz se necessário mensurar e comparar os níveis de adequação das empresas com os quesitos de Sustentabilidade Empresarial, bem como as aspirações e vontades dos Stakeholders em verificar se as empresas mais sustentáveis cumprem com as obrigações de ser sustentável, assim os índices de sustentabilidade passaram a ser vistos como uma solução eficiente para tratar o caso.

Nesse contexto, segundo Garcia e Orsatto (2013) são criados fundos de investimentos sociais e com eles os indicadores de desempenho desses fundos, evidenciando quais empresas estão comprometidas com a responsabilidade socioambiental. Os referidos autores destacam ainda que com a criação dos índices de sustentabilidade os stakeholders são orientados na tomada de decisões sobre o grau de responsabilidade socioambiental das empresas listadas no mercado de capitais.

Conforme quadro abaixo inspirado no artigo de Garcia e Orsato (2013):

Quadro 1 – Surgimento dos Índices de Sustentabilidade no mundo

Surgimento dos Índices de Sustentabilidade no mundo					
	1990	1999	2001	2002	2005
ÍNDICE	1ºÍNDICE Domini 400 Social Index (criado por Kinder, Lydenberg, Domini and Co.)	Bolsa de Valores de Nova York apresentou o Dow Jones Sustainability Index (DJSI)	FTSE4good de Londres	Socially Responsible Index (SRI), de Johannesburgo	Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) da BM;FBovespa, a Bolsa de Valores de São Paulo

Fonte: Adaptado pela autora de Garcia e Orsato (2013, p. 135)

Considerado como o principal indicador de sustentabilidade no Brasil o ISE foi elaborado por meio de uma iniciativa conjunta do Ministério do Meio Ambiente, Fundação Getúlio Vargas (FGV) e o Instituto Ethos (B3). O índice de sustentabilidade empresarial (ISE) relaciona-se com boas práticas de sustentabilidade, posicionamento e investimento financeiro.

Dessa forma, o principal objetivo do ISE é:

O objetivo do **Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE B3)** é ser o indicador do desempenho médio das cotações dos ativos de empresas selecionadas pelo seu reconhecido comprometimento com a sustentabilidade empresarial. Apoiando os investidores na tomada de decisão de investimento e induzindo as empresas a adotarem as melhores práticas de sustentabilidade, uma vez que as práticas ESG (Ambiental, Social e de Governança Corporativa, na sigla em inglês) contribuem para a perenidade dos negócios. (ISE, B3, 2021)

Tal iniciativa de criação do ISE inspirada e estruturada em conjunto com outras entidades como o índice Dow Jones de Nova York, tem como foco ser um parâmetro para boas práticas de sustentabilidade e Responsabilidade Social Corporativa, bem como Sustentabilidade Empresarial (TEIXEIRA; NOSSA; FUNCHAL, 2011). Assim os referidos autores afirmam que no contexto da sustentabilidade o ISE é utilizado como forma de sinalizar o mercado de que as organizações são comprometidas com as práticas de Responsabilidade Social corporativa. A B3 (2021) ainda confirma tratar se de um índice que segue padrão internacional de elaboração conforme os principais índices de sustentabilidade do mundo (Dow Jones Sustainability Index – DJSI, Domini Social Index, FTSE4Good, índice de sustentabilidade da Bolsa de Johannesburgo etc.) dentro da dimensão “*triple bottom line*”.

Nesse sentido, a B3 (202) ratifica que o ISE foi uma iniciativa pioneira na América Latina e “com financiamento inicial pela International Finance Corporation (IFC), braço financeiro do Banco Mundial”. Dessa forma, processos e procedimentos de gestão do índice conta com o apoio técnico da ABC Associados, asseguaração de terceira parte da KPMG e parceria para o monitoramento de mídia pela RepRisk (B3, 2021). Conforme B3: “A mais recente carteira do **ISE B3** foi anunciada em 01 de dezembro de 2020 e vigora no período de 04 de janeiro de 2021 a 30 de dezembro de 2021”. Ademais, cabe ainda mencionar que o ISE B3 pode ser denominado como forte referência em opções de investimentos socialmente responsáveis no Brasil, destacando se com sua evolução e desempenho acima dos índices demonstrados pela B3 e como condutor de boas práticas empresariais (B3).

2.4 ISE E SUAS DIMENSÕES

Conforme Santis *et al.* (2016), o conceito de índice refere-se a demonstrações de desempenho dos capitais aplicados no mercado financeiro, visto que é considerado um indicador de atuação dos valores de um mercado específico num adequado instante de um período com suas tendências econômicas gerais.

O conceito de Índice de Sustentabilidade Empresarial relaciona-se diretamente com o fato de que adotar práticas socialmente responsáveis e sustentáveis transforma as entidades em potencial objeto de geração de valor preocupado com impactos ambientais. Santis *et al.* (2016) afirma que os índices foram criados não só para demonstrar o desempenho das organizações de forma geral, mas enfatizar as características dos investidores responsáveis.

Rufino *et al.* (2014) complementam o tema ao mencionar que investir em organizações, que geram e desenvolvem atividades sustentáveis, é uma tendência global, pois as empresas com sustentabilidade estão focadas e preparadas para enfrentar riscos econômicos, sociais e ambientais.

Nesse contexto, conforme a metodologia do ISE - Índice de Sustentabilidade Empresarial (2020) o objetivo é demonstrar o retorno das ações de entidades empresariais que possuem comprometimento com práticas de sustentabilidade e Responsabilidade Social, bem como promover boas práticas nas relações negociais da B3.

Rufino *et al.* (2014) expõem que para avaliar a sustentabilidade das organizações o conselho deliberativo do ISE -Índice de Sustentabilidade Empresarial buscou na Fundação Getúlio Vargas em seu Centro de Estudos em Sustentabilidade, a elaboração de um questionário a ser respondido pelas empresas que quisessem integrar a carteira de referido índice.

Nesse sentido o regulamento do índice de responsabilidade empresarial (2020) menciona que o ISE B3 (2021, p.1) pode ser denominado como uma ferramenta de “análise comparativa da performance das empresas listadas na B3 sob o aspecto da sustentabilidade corporativa, baseada em eficiência econômica, equilíbrio ambiental, justiça social e governança corporativa”. Isso amplia a compreensão de quem realmente buscar ser sustentável, na medida em que empresas e grupos comprometidos com a sustentabilidade são diferenciados por seus níveis de qualidade, compromisso com o desenvolvimento sustentável, equidade, transparência, prestação de contas, natureza do produto, além do desempenho empresarial nas dimensões econômico-financeira, social, ambiental (ISE B3, 2021).

Rufino *et al.* (2014) concluem que o conceito de sustentabilidade se relaciona

diretamente com o resultado económico-financeiro da entidade, uma vez que a abordagem de negócios proposta pelo ISE promove simultaneamente a Responsabilidade Social, a redução da exploração dos recursos naturais, preservação ambiental para futuras gerações e considera a rentabilidade económico-financeira do empreendimento.

Nesse contexto, a B3 (2021) informa que no processo de seleção das organizações que compõe a carteira do ISE até a versão de 2020 elas necessitavam responder a um questionário composto por 5 dimensões que avaliavam os diferentes aspectos da sustentabilidade, dentre as quais pode se citar conforme quadro abaixo:

Quadro 2 – Dimensões do ISE

DIMENSÕES DO ISE				
Dimensão Geral	Dimensão Natureza do Produto	Dimensão Governança Corporativa	Dimensões Econômico-Financeira, Ambiental e Social	Dimensão Mudança do Clima
Compromissos com o desenvolvimento sustentável, alinhamento às boas práticas de sustentabilidade, transparência das informações corporativas e práticas de combate à corrupção.	Impactos pessoais e difusos dos produtos e serviços oferecidos pelas empresas, adoção do princípio da precaução e disponibilização de informações ao consumidor.	Relacionamento entre sócios, estrutura e gestão do Conselho de Administração, processos de auditoria e fiscalização, práticas relacionadas à conduta e conflito de interesses	Políticas corporativas, gestão, desempenho e cumprimento legal.	Política corporativa, gestão, desempenho e nível de abertura das informações sobre o tema.

Fonte: Elaborado pela autora com base no ISE (B3)

Ainda conforme B3 (2021) essa metodologia atribuía uma mesma pessoa para cada uma das sete dimensões do questionário que é subdividida em critérios conforme a citação acima, demonstrando que o peso de cada critério é definido pela relevância do tema no contexto atual, bem como pela gestão e desempenho organizacional. Logo, há que se considerar também que além de responder o questionário a entidade passa por uma análise dos documentos apresentados e tais informações são enviadas para o Conselho Deliberativo do ISE. A gestão técnica deste processo é conduzida pela B3, com apoio técnico da ABC Associados e asseguuração da KPMG.

Investir em organizações sustentáveis gera valor para os acionistas, conforme afirmam Marcondes e Bacarji (2010), essas entidades encontram-se mais preparadas para suportar os riscos econômicos, sociais e ambientais. Os autores mencionam que as empresas do ISE incorporam a sustentabilidade de forma autêntica e são muito reconhecidas por isso.

Segundo Di Augustini *et al.* (2015), a dimensão ambiental do ISE se destaca pela sua relevância, visto que representa 62% do total de pesos necessários para incluir a organização no índice pelo seu Conselho Deliberativo, assim, destaca a grande importância dela em relação as demais dimensões. Tanto isso é verdade que, conforme Metodologia do ISE (2022) a B3 atribui pesos para cada dimensão e pondera os critérios conforme o contexto da gestão e as demandas da sociedade.

Os autores ratificam informando que as organizações empregam seus valores nas despesas com salários, deixando de lado os investimentos em meio ambiente, tendo em vista que a contribuição ambiental do meio ambiente para a organização é baixa, justificando dessa forma que o valor de mercado “não pode ser empregado para determinar a real riqueza recebida do meio ambiente”.

Nesse contexto, o referido autor resume a questão mencionando que nos momentos em que os recursos ambientais são abundantes, não se faz necessário muito investimento para sua exploração, já que os custos são menores e os preços subestimados em relação à contribuição para o sistema econômico. Há que se concordar com que recursos escassos geram preços elevados, e isso prova que os preços de mercado são desproporcionais em relação à contribuição dada à economia pelos recursos do meio ambiente.

Bertolini, Rojo e Lezana (2012) concluem que dentre as variadas opções de investimento, notar o valor das ações e das organizações é muito importante para os investidores tomarem suas decisões. Tais decisões são influenciadas por fatores como liquidez, retorno e risco, mensurados com informações objetivas e subjetivas, provenientes da bolsa de valores e de outras fontes. Assim, constata-se que essa percepção de valor pelo mercado é também

influenciada pelo meio ambiente, resultando em interferências na rentabilidade e na sobrevivência das empresas.

2.4.1 Questionário do ISE

No processo seletivo para ingressar no índice de sustentabilidade as empresas respondem a um questionário que conforme ISE (B3, p.5) está estruturado em quatro níveis: dimensões, temas, tópicos e perguntas. A tabela abaixo apresenta um panorama dos dois primeiros níveis:

Quadro 3 - Questionário ISE B3 2021

QUESTIONÁRIO ISE B3 2021 - DISTRIBUIÇÃO DOS TEMAS POR DIMENSÃO		
DIMENSÕES	TEMAS	APLICAÇÃO
Capital Humano		
	1 Práticas trabalhistas	Geral
	2 Saúde e segurança do trabalhador	Geral
	3 Engajamento, diversidade e inclusão dos funcionários	Geral
Governança Corporativa e Alta Gestão		
	1 Fundamentos de gestão da sustentabilidade empresarial	Geral
	2 Gestão de riscos	Geral
	3 Práticas de governança corporativa	Geral
	4 Ética nos negócios	Geral
	5 Manutenção do ambiente competitivo	Geral
	6 Gestão dos ambientes legal e regulatório	Geral
Modelo de Negócio e Inovação		
	1 Resiliência do modelo de negócio	Geral
	2 Design de produto e gestão do ciclo de vida	Específico
	3 Eficiência no suprimento e uso de materiais	Específico
	4 Gestão da cadeia de fornecimento	Específico
	5 Finanças sustentáveis	Específico
Capital Social		
	1 Direitos humanos e relações com a comunidade	Geral
	2 Investimento social privado e cidadania corporativa	Geral
	3 Acessibilidade técnica e econômica	Específico
	4 Qualidade e segurança do produto	Específico
	5 Práticas de venda e rotulagem de produtos	Específico
	6 Bem-estar do cliente	Específico
	7 Privacidade do cliente	Específico
	8 Segurança de dados	Geral
Meio Ambiente		
	1 Políticas e Práticas de Gestão Ambiental	Geral
	2 Impactos ecológicos	Específico
	3 Gerenciamento de energia	Específico
	4 Gestão de água e efluentes líquidos	Específico
	5 Gestão de resíduos e materiais perigosos	Específico
Mudança no Clima (não há perguntas no questionário)		
	1 Dimensão avaliada por meio do Score CDP-Clima	Geral

Fonte: Diretrizes do ISE na B3⁵

⁵ Fonte: Diretrizes do ISE na B3⁵, páginas 5 e 6

<<https://www.b3.com.br/data/files/F6/B2/FB/2C/6B6AA71096B63AA7AC094EA8/Diretrizes%20do%20ISE.pdf>>

Sabe se que as dimensões e temas do novo questionário tiveram por base Sustainability Accounting Standards Board (SASB), com os devidos ajustes para refletir as necessidades do ISE B3 (ISE, 2021, p. 6)

Nesse contexto, cada organizações terá respostas correspondentes com suas respectivas atividades, ou seja, o questionário se estrutura conforme o tema e a atividade a ser analisada ou mensurada (ISE, 2021, p. 6), assim são usadas como referenciais as ferramentas publicadas pela Global Reporting Initiative (GRI) e pelo Sistema B, além do histórico de aplicação do próprio questionário ISE B3 e das contribuições recebidas por meio de amplas consultas públicas (ISE, 2021, p. 6).

O questionário aborda diferentes temas e cada tema são classificados conforme o setor de atividade do qual a empresa pertence, logo os temas podem ser de dois tipos: gerais (no qual todos os ramos de atividade empresarial fornecem informações) e específicos (quais sejam aqueles nos quais as entidades respondem questões relacionadas diretamente a suas atividades).

Ademais, conforme as diretrizes do ISE (B3, 2021, p7) para se ter um questionário mais apurado dentro de um tema geral ou específico, somente deverão ser respondidas por empresas de alguns setores, no qual estão indicadas no contexto de cada questionário temático. Logo, as organizações que ingressam na seleção para participar do índice como como holdings não operacionais, independentemente de seu setor, respondem apenas a três temas da dimensão Governança Corporativa e Alta Gestão: Práticas de governança corporativa; Ética nos negócios e Manutenção do ambiente competitivo (ISE, B3, p.7).

2.4.2 Formação do ISE: evolução e processo de formação das suas carteiras

Segundo Biderman, Mozoni e Brito (2006) os investimentos socialmente responsáveis foram introduzidos no Brasil em janeiro de 2001 quando o Unibanco lançou um serviço de pesquisa para fundos verdes, contendo informações ambientais e sociais de empresas listadas na Bovespa (Bolsa de Valores de São Paulo naquela época) com foco nos investimentos no exterior. Após o Unibanco, o Banco Real ABN Amro lançou os Fundos Ethical FIA e em 2004 o banco Itaú criou o Itaú Excelência Social focado em desempenho e responsabilidade social corporativa.

Nesse contexto, Marcondes e Bacarji (2010) menciona que o Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) B3 foi o quarto índice de ações criado no mundo cujo objetivo é apresentar o desempenho de mercado em uma carteira na qual as empresas integrantes adotem princípios de gestão sustentável. Considerando que o primeiro índice criado foi o Dow Jones Sustainability Indexes- Nova Iorque (DJSI), criado em 1999, já o segundo foi o FTSE4Good, de Londres, criado em 2001; e o terceiro, lançado em 2003, foi o JSE, de Joanesburgo, África do Sul (MARCONDES; BACARJI, 2010). Assim segundo Marcondes e Bacarji (2010, p.19):

Em 1.º de dezembro de 2005, o Brasil entrou para esse grupo de pioneiros ao apresentar, em São Paulo, a sua primeira carteira teórica do Índice de Sustentabilidade Empresarial, que reuniu 34 ações de 28 empresas avaliadas como as mais avançadas na implementação de práticas de sustentabilidade empresarial no país. Dessa forma, no final de 2003 já era possível dizer que os alicerces do ISE estavam lançados. Seria um índice que mediria o retorno de uma carteira de ações de empresas em operação no Brasil, posicionadas entre as mais líquidas negociadas na BOVESPA, que se submeteriam voluntariamente a uma avaliação de desempenho feita a partir da resposta a um questionário estruturado em quatro dimensões: Econômico-Financeira, Governança corporativa, responsabilidade Social e Ambiental. Essa configuração levou a uma discussão dentro do grupo sobre o nome do Índice, que até então vinha sendo chamado de Índice de responsabilidade Social.

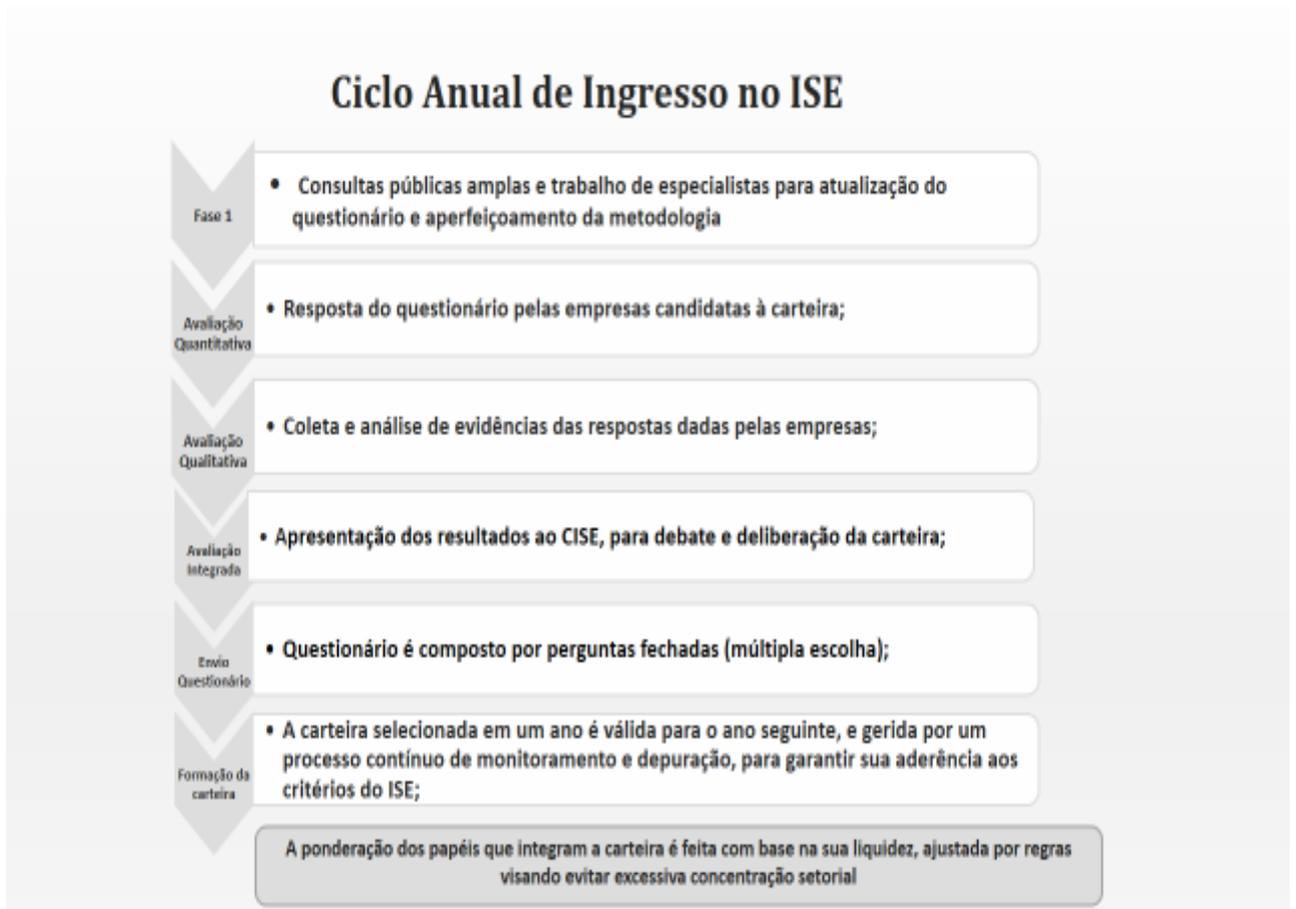
Nesse contexto, o ISE é um índice que mensura o retorno médio de uma carteira de ações pertencentes a empresas de capital aberto com as melhores práticas de sustentabilidade (ISE, 2019). Tais empresas são selecionadas por meio de uma carteira teórica de ações negociadas na B3 e que foram escolhidas por adotarem práticas diferentes em relação as demais empresas as quais não utilizam de estratégias e políticas sustentáveis (ISE, 2019). O índice de sustentabilidade da B3 tem como premissa transmitir informações que demonstrem a evolução da sociedade para modos de produção e consumo mais sustentáveis, na medida em que ocorrem mudanças nos ambientes de negócios das organizações comprovando a tendência em se obter bons resultados, baixo risco e maior competitividade àquelas que adotam meios sustentáveis de produção (ISE, 2019).

Considerando tais premissas a metodologia do ISE B3 não busca mensurar a sustentabilidade das organizações, mas utilizar o questionário de ingresso no índice como uma forma de compará-las (ISE, 2019). Buscando estimular a adoção de práticas sustentáveis o ISE B3 torna se mais uma ferramenta para avaliação de investidores e sua identificação com o tema do desenvolvimento sustentável, verificando se há vantagem nesses investimentos. Nesse contexto, a metodologia do ISE B3 tem como objetivo selecionar as organizações alinhadas com as ideias desse tipo de investimento, suprimindo os investidores com informações úteis, alinhadas aos critérios que utiliza e transparente aos critérios de sustentabilidade empresarial

(ISE, 2019). Focado nas sete dimensões do ISE quais sejam: Social, Ambiental, Econômico-Financeira, Governança Corporativa, Natureza do Produto, Mudança no Clima e Geral; E considerando que cada uma dessas dimensões são divididas em critérios “(tipicamente, política, gestão, desempenho e cumprimento legal, mas com outras possibilidades, conforme a dimensão)”(ISE, 2019, p.17); Sendo que cada critério é dividido em indicadores (72 ao todo), e os indicadores formados por perguntas focadas em 35 temas da sustentabilidade empresarial (ISE, 2019).

A metodologia do ISE B3 compreende em convidar as empresas que atendem ao critério de liquidez da bolsa para participarem do processo seletivo do índice no qual ingressarão no próximo ano, tornando-se um referencial de benchmarking e base para produtos de investimento (ETF e produtos próprios de instituições financeiras). Logo, conforme ISE B3 (2019, p.20):

Figura 1- Ciclo Anual de Ingresso no ISE



Fonte: Elaborado pela autora, 2023

Nesse contexto há que se destacar a análise quantitativa realizada por meio das respostas das organizações aos questionários, conforme exemplifica a figura do quadro abaixo:

Figura 2 – Análise Quantitativa B3

Análise Quantitativa

Faixas de desempenho normalizadas (“Z”)



- Baseia-se no desempenho da empresa no questionário
- É considerado o desempenho total e por dimensão
 - São utilizadas as variáveis normalizadas: Z_{total} e Z_{dim}
 - As variáveis normalizadas são calculadas a partir da média e do desvio-padrão do conjunto de empresas participantes (amostra)

$$Z_{\text{dim}} = \frac{(D_{\text{dim}} - \bar{D}_{\text{dim}})}{s_{\text{dim}}}$$

Z_{total} é a soma dos Z_{dim} e s_{dim} é o desvio-padrão desta amostra

$$s_N = \sqrt{\frac{1}{N} \sum_{i=1}^N (D_i - \bar{D})^2}$$

Em outras palavras, a variável “Z” indica a distância entre o desempenho de cada empresa e o desempenho médio de todas elas, tendo como unidade o desvio-padrão.

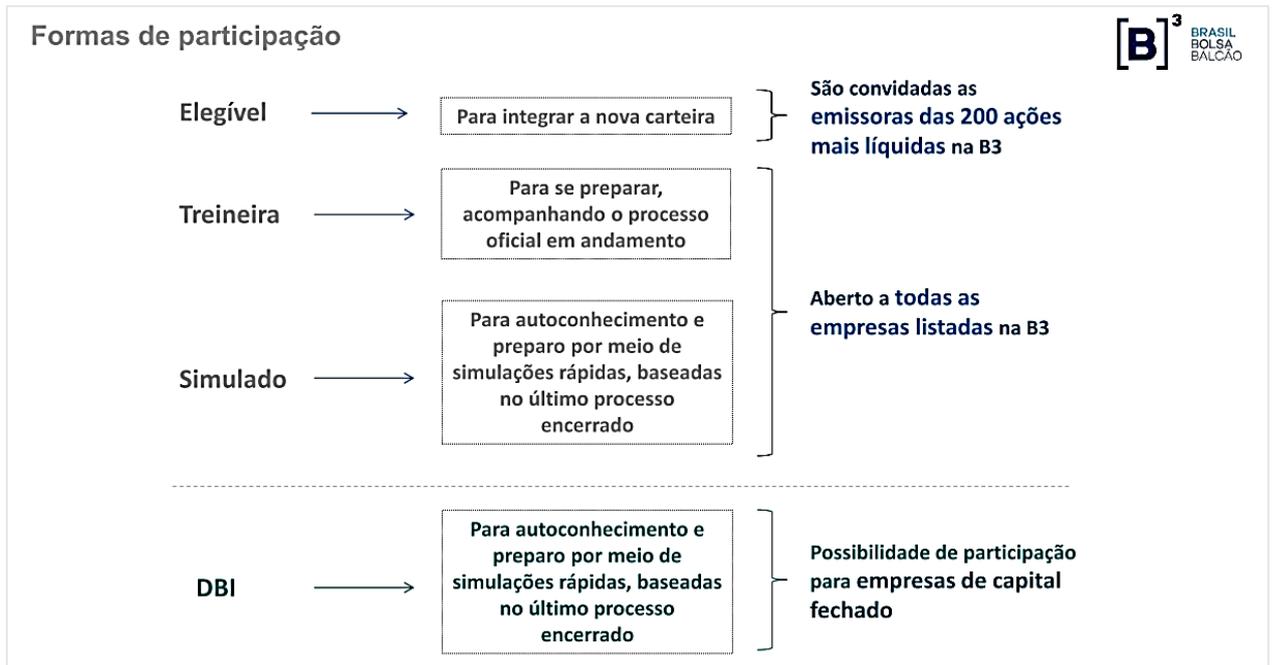
Com isso, é possível comparar as posições das empresas nas diferentes dimensões, mesmo que os desempenhos em cada dimensão sejam bem diferentes.

A ponderação dos papéis que integram a carteira é feita com base na sua liquidez, ajustada por regras visando evitar excessiva concentração setorial

Fonte: ISE B3, p.27

Conforme quadro abaixo o produto dessa seleção transforma-se em uma base de dados para que investidores e partes interessadas possam consultar e analisar as respostas de cada empresa ao questionário, bem como obter um relatório com análise comparativa com as demais participantes e um “feedback qualitativo sobre as evidências que apresentaram” (ISE, 2019, p.21).

Figura 3- Formas de participação B3



Fonte: ISE B3, p.24

Por fim, a metodologia e o processo de seleção do ISE B3 tornam-se pauta da sustentabilidade no Brasil, e por meio do questionário podem ser realizadas e obtidas diversas pesquisas.

2.5 DEBATE CONTEMPORÂNEO SOBRE O ISE

O presente tópico deste capítulo tem o objetivo de enriquecer o estudo e formular um “Estado da Arte” sobre o tema da pesquisa, buscando artigos na área de administração, finanças e contabilidade, utilizando-se as seguintes palavras-chave: Índice de Sustentabilidade, Sustentabilidade, Desempenho Financeiro, Geração de Valor, Desenvolvimento Sustentável. Nesse contexto, foram selecionados artigos mais relevantes para a pesquisa, descartando os que não tivessem importância segundo critérios de inclusão e exclusão formulados pelos pesquisadores já mencionados anteriormente, como as palavras-chave. Um dos primeiros critérios de inclusão do material para a amostra a ser analisada das edições *on-line*, estão ligadas às publicações que deveriam ter sido encontradas nas bases de busca, sendo elas: CAPES,

SciELO, Plataforma CNPQ, Google Acadêmico e *Microsoft Academic*. Outro critério utilizado foi dar preferência às publicações mais recentes, para serem analisadas, mas sem deixar de citar o panorama histórico delas. Foram empregados, ainda, somente textos que estivessem categorizados na área de conhecimento da administração, finanças e contabilidade.

Como forma de sistematizar os dados, a tabela abaixo relaciona o número de publicações acessadas com seus respectivos indicadores de inclusão e exclusão. Note que até aqui o leitor nem faz ideia de quais termos você pesquisou. Portanto, é até difícil ter ideia do que esperar dos seus resultados apresentados na tabela.

Quadro 4 - Número de artigos inseridos em cada fase da revisão por base de dados

Base de Busca	Publicações Identificadas	Publicações Selecionadas	Publicações Extraídas
CAPES	112	24	3
Scielo	230	25	12
Google Acadêmico	415	64	57
<i>Microsoft Academic</i>	312	8	4
Plataforma CNPQ	127	7	3
TOTAIS	1196	128	79

Fonte: Elaborado pela autora (2022).

Verifica-se uma maior concentração dos estudos no ano de 2016 com 11 artigos (6,92%) e 2017 com 6 artigos (7,59%) selecionados para a pesquisa. Logo depois vem o ano de 2010 também com 6 artigos (7,59%), 2012 com 5 dos artigos escolhidos (6,33%), 2014 com 5 artigos (6,33%), 2015 com 5 artigos (6,33%).

Assim, diante do levantamento e seleção dos estudos escolhidos para a pesquisa, realizou-se uma análise do material para a discussão acerca das temáticas elencadas que foram utilizadas no decorrer do trabalho.

No apêndice 3, encontra-se um quadro detalhado de todos os artigos pesquisados.

3 METODOLOGIA

O objetivo desta seção é apresentar as considerações metodológicas que foram elaboradas para a realização desta pesquisa, de modo a fundamentar as etapas adotadas durante o percurso percorrido.

Considerando-se que a revisão de literatura é importante para qualquer tipo de pesquisa, de forma a demonstrar resultados obtidos em diversas pesquisas e ampliar o assunto discutido em trabalhos anteriores, além de proporcionar uma nova contribuição na área de administração e finanças, com o propósito de comparar os resultados de outros estudos (LAKATOS, 2001).

Dessa forma, as pesquisas auxiliam no processo de compreensão da totalidade de estudos em determinada área do conhecimento, permitindo ordenar o conjunto de informações e resultados já obtidos de modo a integrar diferentes perspectivas, além de possibilitar a identificação de contradições, lacunas e tendências dos trabalhos publicados até então. Para tanto, alguns cuidados são necessários, como a avaliação crítica, comparação e contextualização de diversas fontes, analisando os resultados, contextos, características, abordagens e metodologias empregadas na amostra selecionada (SILVA, 2005).

3.1 TIPO DE PESQUISA

O conceito da palavra técnica advém de sua origem grega e tem o significado de arte, compreendendo também a maneira como se deve proceder nos mínimos detalhes, constituindo a operacionalização de um método padronizado (OLIVEIRA, 2011). Nesse sentido, um método padronizado exige habilidade e experiência em sua execução e pode englobar mais de um tipo de técnica.

Considerando que o tipo de pesquisa envolve os objetivos do estudo, a natureza da presente pesquisa é descritiva para que ocorra o desenvolvimento do trabalho, visto que tem como finalidade principal descrever as características das respostas elaboradas pelas empresas aos critérios do questionário do ISE. Segundo Gil (1999) as pesquisas descritivas têm como finalidade a descrição das características de determinada população ou fenômeno, estabelecendo relação entre variáveis. Constata-se que são inúmeros os estudos que podem ser classificados nessa técnica padronizadas de coleta de dados, assim Selltiz *et al.* (1965)

menciona que descrever uma situação em detalhes permite abarcar as características de um indivíduo, uma situação ou grupo, bem como desvendar a relação entre os eventos.

Nesse sentido, Lakatos e Marconi (2001) resumem que há três tipos de pesquisa cujos objetivos são diferentes: pesquisa exploratória, descritiva e experimental. Porém, Oliveira (2011) conclui que para esses diferentes tipos de pesquisa possuem os mesmos objetivos. Assim, o presente estudo descreverá as características das respostas das empresas ao questionário do ISE no período de 2014 a 2021, estabelecendo como base ou foco principal a análise das respostas aos critérios respondidos nas Dimensões Sociais, Econômicas e Ambientais.

Há que se tratar da natureza da presente pesquisa, visto que por meio das respostas do questionário ao índice de sustentabilidade se apresentaram dados numéricos e classificações para cada critério nas respectivas dimensões sociais, econômicas e ambientais. Nesse contexto, constata-se a presença de dados quantitativos e qualitativos de acordo com a descrição do comportamento de cada resposta na sua dimensão específica. Assim, conforme afirma Gil (1999) classificar a natureza da pesquisa permite o adensamento do estudo investigado, bem como das questões ligadas ao fenômeno em estudo e suas relações, na medida em que ocorre uma valorização por meio da aproximação com a situação estudada, buscam-se similaridades presentes nos dados, sem, no entanto, perder a individualidade de cada fato pesquisado e seus múltiplos significados.

Oliveira (2011) trata da pesquisa qualitativa relatando que os dados obtidos são predominantemente descritivos e são abundantes em descrições de pessoas, acontecimentos, fotografias, desenhos, documentos, etc. Enfim, todos os dados da realidade são importantes e a análise deles segue um processo indutivo em que os pesquisadores não estão focados em buscar evidências que comprovem hipóteses pré-definidas no começo da pesquisa, ocorrendo a formação de uma abstração baseada na inspeção de dados (OLIVEIRA, 2011). Por fim, na pesquisa qualitativa o problema está focado no processo e a forma como ele se manifesta (OLIVEIRA, 2011).

3.2 TÉCNICAS DE COLETA DE DADOS

Lakatos e Marconi (2001) tratam que a coleta de dados é um procedimento ou conjunto de regras que são utilizados no começo da pesquisa aplicando se instrumentos específicos de

uma ciência. Oliveira (2011) afirma que existem diferentes tipos de técnicas para coletar dados dentre as quais pode se citar: a entrevista, o questionário, a observação e a pesquisa documental.

A observação foi utilizada no presente estudo, visto que foi feita uma análise das respostas das empresas ao questionário do índice de sustentabilidade da B3 foram coletadas diretamente do site oficial do próprio ISE. Segundo Lakatos e Marconi (2001) a observação é considerada uma técnica de coleta de dados para que se possa obter informações sob aspectos específicos da realidade, contribuindo para que o pesquisador obtenha e identifique provas a respeito dos objetivos que orientam o comportamento dos indivíduos. Logo, a observação impõe que o pesquisador deve ter um contato direto com a realidade.

A pesquisa documental também foi utilizada no presente estudo buscando analisar os documentos divulgados pela B3 a respeito do índice de responsabilidade empresarial. Segundo Gil (1999), a pesquisa documental se assemelha a bibliográfica, porém essa em detrimento daquela utiliza contribuições de diversos autores, a documental usa de materiais sem embasamento analítico, dando a possibilidade de serem reelaboradas conforme os objetos da pesquisa. Assim, Lakatos e Marconi (2001) concluem que a pesquisa documental é a coleta de dados em fontes primárias, como por exemplo documentos escritos ou não pertencentes a arquivos públicos ou particulares.

Este estudo também utilizou a pesquisa bibliográfica que segundo Vergara (2000) e Oliveira (2011) é uma fonte secundária de material, sendo desenvolvida com a consulta a livros e artigos científicos já elaborados com o mesmo tema, resultando em uma vantagem pois fornecem ao pesquisador um instrumento analítico para qualquer outra pesquisa.

3.3. DADOS UTILIZADOS

Os dados analisados nesta pesquisa foram selecionados a partir da divulgação das respostas das empresas presentes no ISE B3 de 2014 a 2021. Esse período escolhido é justificado pelo início da autorização concedida a B3 pelas organizações que respondiam ao questionário do índice. As respostas anteriores a esse referido período, ou seja, referentes ao intervalo de 2005 a 2013, foram solicitadas via e-mail, porém a resposta foi negativa, o que impossibilitou a expansão do número de empresas ou do período de análise. Enfim, a presente pesquisa utilizou as respostas das organizações divulgadas pelo ISE na B3 do ano de 2014 a 2021, analisando especificamente os critérios das Dimensões: Ambiental, Social e Econômica do ISE.

Considerando o processo de formação do ISE já informado no tópico 2.4.4 do Referencial Teórico pode se constatar que o por meio do questionário de ingresso no índice as empresas presentes desde seu início foram evoluindo em suas respostas. A partir disso este estudo buscou demonstrar a evolução no atendimento dos critérios de Desempenho Ambiental, Social e Econômico pelas organizações ao responderem o questionário do ISE.

A premissa de que o índice de sustentabilidade da B3 é uma iniciativa pioneira da América Latina torna essa pesquisa importante ao relacionar os critérios do Tripple Bottom Line (TBL) com as respostas das organizações no questionário do ISE, demonstrando que há um esforço das organizações na busca pela sustentabilidade.

3.4 MÉTODO

O ISE (Índice de Sustentabilidade Empresarial) é o índice que mede o retorno médio de uma carteira teórica de ações de empresas de capital aberto e listadas na B3 com as melhores práticas de sustentabilidade (B3, 2021). Seu objetivo é de assegurar aos investidores mais confiança e suporte nas decisões, bem como estimular as organizações a adotarem práticas de sustentabilidade, perpetuando a atividade empresarial (B3, 2021).

Garcia e Orsato (2013) fazem uma distinção entre índices de sustentabilidade e fundos de investimentos sociais, visto que são produtos ofertados por organizações visando a captação de investidores. Os autores ainda afirmam que o SRI (*Socially Responsible Investment*) possui como características utilizar parâmetros socioambientais e servem como base para as empresas obterem retorno financeiro e mensurar os benefícios gerados na comunidade na qual estão inseridas (GARCIA; ORSATO, 2013). Assim, Garcia e Orsato (2013) concluem que índices de sustentabilidade servem como “benchmark para a análise comparativa da performance de empresas listadas, auxiliando no processo de decisões pelas partes interessadas, como investidores e a sociedade.”

Nesse sentido, conforme já mencionado no item 2.4.4 do presente estudo, a carteira do ISE é composta por uma quantidade variável de empresas que são selecionadas a cada ano comprovando que o índice possui requisitos necessários dentre os quais cada organização atende respondendo ao questionário.

Tais respostas são essenciais ao presente estudo na medida em que na busca de atingir os objetivos dele percorreu se 5 fases: introdução do estudo com a justificativa de sua

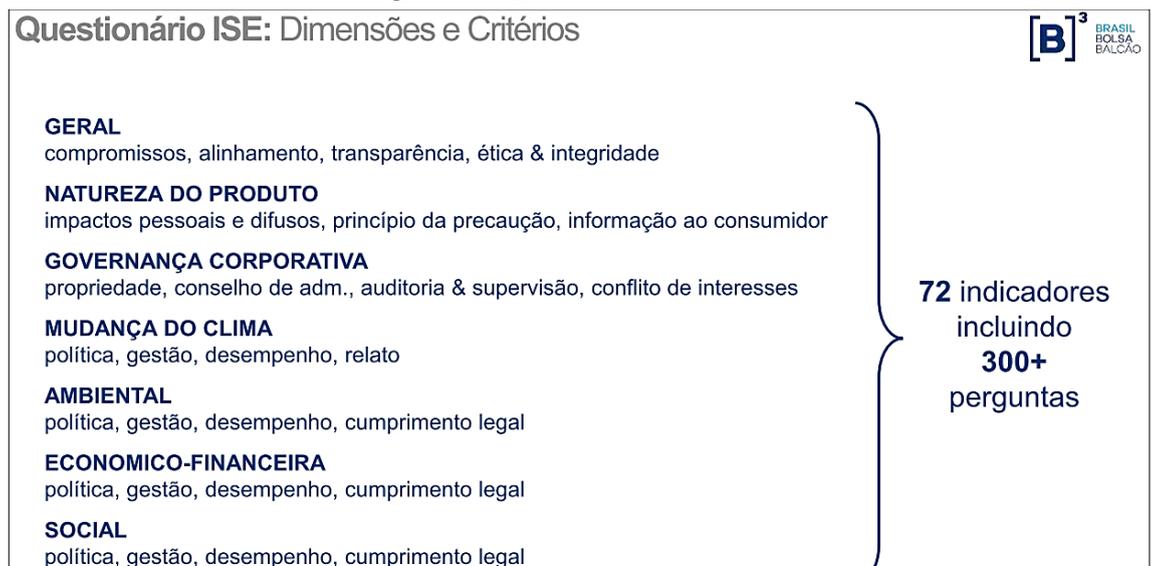
importância e definição da questão a ser pesquisada, apresentação de seus objetivos, referencial teórico embasando os objetivos, método necessário para análise dos dados e conclusão.

Dessa maneira, pode se dizer que a análise de dados é o método do estudo, pois segundo Lakatos e Marconi (1996) a partir dessa fase são apresentados os resultados da pesquisa e sua conclusão que poderá ser final ou apenas parcial, permitindo que novas pesquisas sobre o tema possam ser elaboradas. Oliveira (2011) afirma que existem várias técnicas de análise de dados tanto em pesquisas qualitativas quanto quantitativas, e a operacionalização do método que é uma tarefa do pesquisador de realizar recortes dos conteúdos posteriormente agrupados em categorias. Assim, esses recortes constituirão uma unidade de fragmento em significado próprio que será analisada posteriormente.

Como já mencionado a seleção das empresas considerou o período de 2014 a 2021. A partir dessa seleção das organizações buscou-se o questionário de ingresso solicitado pelo ISE às entidades interessadas em ingressar no índice. O questionário do índice de sustentabilidade é elaborado em cada ano pelo Conselho Deliberativo do ISE em parceria técnica com o centro de estudos em sustentabilidade da escola de administração de empresas de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas (B3, 2021)

Considerando que o ISE possui sete dimensões quais sejam: geral, natureza do produto, governança corporativa, mudança do clima, ambiental, econômico-financeira e social. O quadro abaixo exemplifica todas essas dimensões:

Figura 4 – Questionário ISE – B3



Fonte: Apresentação 15 Anos Do ISE, (ISE B3, p.18).

Sabe se que conforme caderno de metodologia do ISE (2021) todas suas dimensões são subdivididas em um conjunto de critérios e estes em indicadores, assim as dimensões ambiental,

social e econômico-financeira possuem quatro critérios: política, gestão, desempenho e cumprimento da legalidade. Em relação a dimensão ambiental há que se atentar para o fato de que os questionários variam conforme a função e atividade desempenhada pela empresa no meio ambiente (B3, 2021).

Nesse sentido, o ponto inicial da metodologia utilizada na presente pesquisa partiu do princípio de que o ISE é um índice que mede o retorno médio de uma carteira de ações as quais se diferenciam dos demais papéis negociados na B3 quanto às estratégias, políticas e práticas relacionadas à sustentabilidade que declaram adotar.

Dessa forma, o presente estudo selecionou dentre as 7 dimensões tratadas no questionário aqueles referentes aos aspectos ambientais, econômicos e sociais, visto que estão alinhadas aos pilares do Tripple Bottom Linne. Sabe se que na dimensão ambiental o ISE tem como foco: “Identificar em que medida uma companhia tem uma gestão ambiental estruturada, consistente, coerente com suas características operacionais e alinhada com as melhores práticas corporativas” (B3, 2021).

Ao selecionar a dimensão ambiental optou-se por analisar o critério de desempenho que dentro dessa dimensão avalia qualitativamente e, em aspectos específicos, quantitativamente, se o desempenho ambiental resultante do planejamento e do gerenciamento ambiental são coerentes com a política ambiental e, principalmente, se são efetivos na perspectiva de sustentabilidade ambiental. Na análise desse critério optou-se por atribuir a porcentagem de 100% para aquelas empresas que atingiam todos os itens do critério selecionado no questionário, ou seja, se a organização respondia a todas as questões atribui-se a porcentagem total e caso isso não ocorresse a porcentagem era reduzida na mesma proporção relativa ao número de total de quesitos solicitados.

A dimensão econômico-financeira tem como objetivo avaliar em que medida a companhia é influenciada por seu impacto econômico-financeiro “diretos e indiretos sobre a sociedade, além do desempenho demonstrado nos relatórios contábeis publicados” (B3, 2021, p.8). Nesse contexto, o estudo constatou no critério desempenho que as demonstrações financeiras poderiam incluir lucro econômico e as externalidades, atribuindo uma porcentagem de 100% para aquelas empresas que atingiam todos os itens do critério que eram a divulgação do lucro e as externalidades, selecionado no questionário, ou seja, se a organização respondia a todas essas questões atribui-se a porcentagem total e caso isso não ocorresse a porcentagem era reduzida na mesma proporção relativa ao número de total de quesitos solicitados. Após isso realizava uma média simples com todas as porcentagens dos requisitos atendidos.

Na análise do desempenho social buscou se identificar questões relacionadas a capacidade da organização em impactar a comunidade na qual está inserida, na medida em que esse critério avalia suas atividades de criação e distribuição de riqueza. Esse critério está intimamente ligado aos aspectos sociais e a contribuição social da organização, sua aceitação pela comunidade, bem como seu impacto no cotidiano de trabalhadores, consumidores, clientes e fornecedores, assim como habitantes de territórios e comunidades (B3, 2021, p.18). A questão da dimensão social aborda temas relacionados aos direitos humanos, trabalhistas e do consumidor, buscando analisar se a companhia valorizava a diversidade nas suas diferentes formas e maneiras (B3, 2021, p.18). Inclui se nesse critério a atuação responsável da organização sua forma de agir nas comunidades em que está inserida, e por fim suas relações éticas e as práticas de transparência e diálogo com as partes interessadas, dessa maneira incluiu-se nesse tema do questionário uma forma de identificar e quantificar “indicadores que transmitam a efetividade dessas práticas, assim como evidências de que a companhia cumpre adequadamente a legislação aplicável a esses temas” (B3, 2021, p.18).

Nesse sentido, o estudo atribui, da mesma maneira que nos critérios anteriores, uma porcentagem de 100% para as empresas que contribuíam respondendo ao questionário nos temas condições de trabalho, o respeito aos direitos humanos e aos direitos do consumidor, a valorização da diversidade e o combate à discriminação, na medida em que atingiam todos os itens atribuía-se a porcentagem total e caso isso não ocorresse a porcentagem era reduzida na mesma proporção relativa ao número de total de quesitos solicitados.

Após isso realizou-se a média simples com todas as porcentagens dos requisitos atendidos para que se pudesse observar a evolução das organizações em atender tais critérios buscados pelo questionário do índice de sustentabilidade da B3.

Nessa análise de dados busca se verificar quais empresas melhoraram no atendimento aos critérios do questionário, bem como estabelecer um ranking das organizações que buscaram atender de forma mais efetiva os pilares da sustentabilidade aplicados no Tripple Bottom Line.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

A seção de resultados está dividida em 6 partes. Na primeira parte foi elaborada uma tabela exemplificando a metodologia utilizada na análise das respostas do questionário para a Dimensão Ambiental, Social e Econômica do ISE no período de 2014 a 2021. Há que se considerar o fato de que diante das dimensões analisadas pela presente pesquisa buscou se analisar o critério de desempenho abordado no questionário do índice de sustentabilidade. Nesse contexto, a segunda seção trata da apresentação das respostas das organizações para a Dimensão Ambiental, e a evolução delas no critério III relacionado ao desempenho nessa dimensão do ISE na B3. Na terceira parte foi feita a apresentação a análise da Dimensão Social do índice, e o resultado da aplicação metodológica nas respostas ao critério III do questionário. Na seção seguinte ocorre a aplicação da metodologia as respostas das organizações no critério III da Dimensão Econômico-financeira do questionário. Na quinta seção relata se a relação das dimensões com as políticas públicas necessárias à sua efetiva aplicação. Por fim, na última seção comparam-se as dimensões e as organizações que mais se empenharam em cumprir o critério de desempenho exigido pelo questionário do ISE, considerando-se suas relações com os conceitos de *Tripple Bottom Line*.

4.1 ANÁLISE DAS RESPOSTAS AO QUESTIONÁRIO NA DIMENSÃO AMBIENTAL

Este tópico irá abordar a Dimensão Ambiental do questionário do ISE. Considerando essa análise conforme já mencionado tal questionário é dividido em sete dimensões dentre as quais a presente pesquisou selecionou três: Dimensão Ambiental, Social e Econômico-Financeira. Nesse contexto, verificou se que a Dimensão Ambiental é subdividida em critérios que foram se modificando ao longo do tempo.

Buscou-se analisar a dimensão ambiental em seus aspectos relativo ao desempenho retratado no questionário do ISE como “Critério III- Desempenho”, no entanto há que se considerar que o questionário será ofertado para diferentes organizações com atividades empresariais diversas, sendo assim os critérios solicitados em suas questões variam conforme a atividade desempenhada pela entidade. Dessa forma foram selecionadas as organizações presentes no ISE desde seu início em 2005 até o ano de 2021, incluindo dentre essas a atividade bancária que possui questões diferentes dos outros ramos de atividade conforme tabela a seguir:

Tabela 1 – Dimensão Ambiental – Modelo de questionário para o período de 2014 a 2015

DIMENSÃO AMBIENTAL - CRITÉRIO III DESEMPENHO	
Banco do Brasil e Bradesco em 2014, 2015, 2016, 2017, 2018, 2019, 2020 e 2021	Indicadores:
	6 - Produtos e Serviços Socioambientais
	7- Consumo de Recursos
	8- Sistemas de Gestão (Saúde e Segurança do Trabalho, saúde do trabalhador)

Fonte – Elaborado pela autora baseada no ISE (2021).

As organizações restantes que exercem outros tipos de atividade e são analisadas por meio de outras questões/critérios resumidos na tabela abaixo:

Tabela 2 – Dimensão Ambiental – Modelo de questionário para o período de 2016 a 2021

DIMENSÃO AMBIENTAL - CRITÉRIO III DESEMPENHO	
Braskem, Engie e Natura em 2014, 2015, 2016, 2017, 2018, 2019, 2020 e 2021	Indicadores:
	8 ou 9- CONSUMO DE RECURSOS AMBIENTAIS – INPUTS
	9 ou 10- EMISSÕES ATMOSFÉRICAS, EFLUENTES LÍQUIDOS E RESÍDUOS
	10 ou 11- EMISSÕES E RESÍDUOS CRÍTICOS/ASPECTOS AMBIENTAIS CRÍTICOS
	11 ou 12 - SEGURO AMBIENTAL

Fonte – Elaboração própria, baseada no ISE (2021).

Sabe-se que atender aos requisitos do questionário no ISE é fundamental para o ingresso e permanência das empresas no índice. Kemerich, Ritter e Borba (2014) complementam o tema na medida em que seu estudo coaduna com a ideia de que indicadores são criados com o objetivo de auxiliar nas avaliações da sustentabilidade ambiental, monitorar o desenvolvimento sustentável e orientar os agentes tomadores de decisão. Kemerich, Ritter e Borba (2014) diferentemente da presente pesquisa utilizaram três modelos: modelo Pressão-Estado-Resposta (relaciona atividade humana e meio ambiente), Força Motriz-Estado-Resposta (baseado na situação dos países industrializados) e Força Motriz-Pressão-Estado-Impacto-Resposta (interação entre as causas dos problemas ambientais, os impactos e as respostas da sociedade), os autores concluíram que indicadores de sustentabilidade contribuem para a elaboração do desenvolvimento de forma integrativa, utilizando as dimensões sociais, ambientais e econômicas, para a consolidação de uma sociedade sustentável. Nesse contexto,

pode se dizer que os índices de sustentabilidade são gerados pelos indicadores de sustentabilidade, ou seja, eles são considerados o resumo matemático de diversas informações quantitativas e semiquantitativas, associadas à sustentabilidade e ao desenvolvimento (KEMERICH; RITTER; BORBA, 2014).

Rufino *et al.* (2014) também analisa as dimensões ambientais e sociais, considerando sua relação direta com o resultado econômico, já que a organização empresarial se insere em um contexto de competição e busca se diferenciar das demais organizações não inseridas no ISE. Complementando a pesquisa de Rufino *et al.* (2014) a presente pesquisa analisou as respostas das organizações para a Dimensão Ambiental no questionário do ISE, conforme tabela abaixo:

Tabela 3 – Dimensão Ambiental

EMPRESAS	DIMENSÃO AMBIENTAL- CRITÉRIO III DESEMPENHO						
	PERÍODO						
	2014/2015	2015/2016	2016/2017	2017/2018	2018/2019	2019/2020	2020/2021
BANCO DO BRASIL	75%	67%	73%	87%	87%	93%	93%
BRADESCO	93%	93%	87%	87%	93%	93%	97%
BRASKEM	83%	78%	85%	83%	83%	83%	0%
CEMIG	75%	95%	70%	70%	68%	73%	73%
NATURA	75%	85%	98%	100%	93%	93%	95%
TRACTEBEL(ENGIE)	88%	88%	88%	95%	83%	95%	95%

Fonte – Elaboração própria, baseada no ISE (2021)

Na Dimensão Ambiental contata-se que o Banco do Brasil no período analisado apresentou no início de seu ingresso no índice pouco desempenho nos serviços socioambientais, bem como no consumo de recursos e nos sistemas de gestão. Entretanto, nos ciclos seguintes contata-se que a organização buscou cumprir com suas obrigações no atendimento dos padrões exigidos no questionário do ISE, tanto que nos ciclos seguintes o banco apresenta bom desempenho nos indicadores relativos a trabalhadores terceirizados, melhora no consumo de recursos renováveis de 100% e melhorou seu sistema de gestão. Enfim, pode se dizer que o Banco do Brasil obteve um bom desempenho ambiental conforme suas respostas ao questionário do ISE no período de 2014 a 2021.

No caso do Banco Bradesco na maioria dos ciclos anuais adequa seus padrões de uso da energia renovável, reuso da água, investimentos em saúde e segurança do trabalho e uma boa melhora no indicador do sistema de gestão em Responsabilidade Social, contribuindo para que

suas respostas ao questionário do ISE tornassem satisfatórias para sua evolução no desempenho ambiental avaliado pelo ISE.

Na empresa Braskem no período de 2014/2015 apresentou pouco reuso da água e nenhuma ação relativa aos combustíveis fosseis utilizados em suas operações, porém a organização possui metas anuais de redução da poluição. Há que se atentar para o fato de que a Braskem não contrata seguro ambiental para degradação gradual e isso implica em consequências no ISE, na medida em que deixam de ser respondidas questões que envolvem esse tipo de solicitação do índice de sustentabilidade. No período de 2015 a 2017 a Braskem não realiza muitas modificações em sua gestão ambiental, porém busca redução de poluição nos procedimentos realizados por ela. A Braskem no ciclo de respostas de 2018/2019 menciona metas de redução para os processos sobre os quais tem controle. Por fim, no período de 2019 a 2020 a Braskem complementa suas respostas ao questionário do ISE informando que aumenta o uso eficiente da água e melhora seus processos produtivos com logística reversa. A Braskem não participou do ISE no período de 2020/2021 pois não havia respondido o questionário.

Quando se analisa a empresa Cemig de Geração e Transmissão de Energia, vê-se que esta possui poucas mudanças em suas respostas ao questionário do ISE, visto que seu ramo de atividade não gera resíduos. Logo, não possui aspecto ambiental crítico e no intervalo de 2014 a 2021 a Cemig de Geração e Transmissão de Energia não possui seguro ambiental, bem como não gera resíduos críticos presentes em lei ambiental, nem faz o reuso da água, porém faz avaliação da materialidade de aspectos relacionados ao meio ambiente e a saúde e segurança do trabalho com uma ação sistemática e periódica bem definida.

Já na empresa Natura S/A no ciclo de 2014/2015 buscou cumprir todos os requisitos questionados na solicitação de ingresso no ISE como a mensuração do consumo de recursos ambientais, emissão de efluentes, emissão de resíduo crítico e o seguro ambiental estava em fase de contratação. No intervalo de 2015 a 2018 a organização referida realiza a redução do reuso da água, faz seguro ambiental e acidental, bem como aumenta a aplicação de tecnologia de uso eficiente da água. Isso contribui para que suas respostas ao questionário de ingresso no índice sejam satisfatórias, comprovando o aumento do desempenho ambiental. Por fim no período de 2018 a 2021 a Natura S/A incluiu um programa de eco eficiência no consumo de em energia, água e geração de energia, bem como de resíduos sólidos, garantindo um bom desempenho ambiental e sua permanência no índice de sustentabilidade.

A organização Engie Brasil Energia S/A (anteriormente denominada Tractebel) no ciclo de 2014/2015 relata nas respostas do questionário para ingresso no ISE que sua atividade não produz resíduos, porém o seguro de acidentes ambientais não cobre tal atividade por completo.

A Engie S/A no período de 2015 a 2021 melhora seu desempenho ambiental e cumpre vários requisitos questionados pelo índice de sustentabilidade dentre os quais pode se citar: contratação de seguro, monitoramento dos resíduos críticos, e realiza o reuso da água. A Engie S/A não tem risco a saúde pública e demonstra na dimensão ambiental um bom desempenho ao atender as solicitações do questionário do ISE.

Por fim, a dimensão ambiental demonstra o esforço das organizações em responder todas as questões para ingressas no ISE tanto é que a tabela demonstra um aumento no desempenho ambiental das organizações.

4.2 ANÁLISE DAS RESPOSTAS AO QUESTIONÁRIO NA DIMENSÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

Complementando a presente pesquisa nos aspectos relativos a Dimensão Econômico-financeira conforme já mencionado a pesquisa de Carroll e Shabana (2010) busca a relação entre desempenho financeiro e responsabilidade social, demonstrando que há muitas variáveis que influenciam essa ligação. Os referidos autores concluíram que a responsabilidade social possui várias características que necessitam se adequar aos objetivos econômicos da instituição, considerando os efeitos das variáveis e das contingências situacionais demonstrando o impacto das iniciativas de RSC no desempenho financeiro da instituição.

Nesse sentido, buscou se analisar a dimensão econômico-financeira por meio do questionário de ingresso no ISE. Nesse questionário os organizadores do ISE buscam respostas para os seguintes aspectos:

Tabela 4 – Dimensão Ambiental – Modelo de questionário para o período de 2014 a 2021

Banco do Brasil, Bradesco, Braskem, Cemig, Natura e Engie em 2014, 2015, 2016, 2017, 2018, 2019, 2020 e 2021	DIMENSÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA - CRITÉRIO III DESEMPENHO
	Indicadores:
	9 - Demonstração Financeira
	10 - Lucro
	11- Equilíbrio de Crescimento razão g/g*

Fonte – Elaboração própria, baseada no ISE (2021)

A tabela acima resume os requisitos exigidos no questionário de ingresso do ISE nos aspectos relativos à dimensão econômico-financeira durante o período de 2014 a 2021. Sabe se que na Dimensão Econômico-Financeira o questionário do ISE analisa no seu critério III os seguintes indicadores: Demonstrações Financeiras, Lucro e Equilíbrio de crescimento g/g*.

Considerando que a definição do glossário do ISE (2022) e que o equilíbrio do crescimento é usado para avaliar a adequação do nível de atividade (receitas) em relação aos recursos disponíveis, dessa forma serão considerados cálculos do equilíbrio do crescimento a partir de relatórios gerenciais atualizados monetariamente, que não precisam obrigatoriamente estar baseados nas informações das Demonstrações Financeiras atualizadas monetariamente ISE. Conforme manual de diretrizes do ISE (2022) a definição de lucro não se trata de lucro contábil nem de DVA (Demonstração do valor Adicionado), mas do resultado obtido após dedução do custo de capital investido, conforme tabela abaixo:

Tabela 5 – Respostas Das Organizações Na Dimensão Econômico-Financeira

EMPRESAS	DIMENSÃO ECONÔMICO FINANCEIRA - CRITÉRIO III DESEMPENHO						
	PERÍODO						
	2014/2015	2015/2016	2016/2017	2017/2018	2018/2019	2019/2020	2020/2021
BANCO DO BRASIL	17%	25%	27%	27%	27%	27%	83%
BRADESCO	17%	20%	43%	77%	83%	90%	87%
BRASKEM	43%	60%	47%	37%	43%	23%	0
CEMIG	27%	23%	27%	27%	53%	20%	27%
NATURA	27%	27%	43%	43%	60%	83%	83%
TRACTEBEL(ENGIE)	87%	87%	87%	87%	90%	83%	83%

Fonte – Elaboração própria, baseada no ISE (2021).

Pode se observar por meio da tabela acima que o Banco do Brasil no período de 2014 a 2019 não adequava suas demonstrações financeiras ao questionário do ISE, prejudicando suas respostas e diminuindo seu desempenho na dimensão econômico-financeira. Nesse contexto, pode se constatar por meio de análise das respostas da referida organização que durante o período não preparou as demonstrações financeiras, não abordou os benefícios para os empregados e não calculou o lucro econômico. Há que se ressaltar o fato de que em 2019 o banco divulgava seus investimentos sociais privado nas suas demonstrações contábeis. Por fim, no ciclo de 2020/2021 houve melhora nas respostas do questionário relacionadas ao desempenho econômico-financeiro, visto que o banco prepara as demonstrações financeiras e os relatórios gerenciais, mas não divulga para usuários externos.

O Banco Bradesco no intervalo de 2014 a 2018 não apresenta demonstrações contábeis questionadas pelo ISE no momento do seu ingresso, assim o banco não calcula o lucro, nem o equilíbrio econômico, não são utilizadas moedas constantes nas demonstrações financeiras e não divulga suas informações financeiras. O Bradesco melhora seu desempenho econômico-financeiro no ciclo de 2018/2019 divulgando o investimento social privado no relatório da administração, calculando o equilíbrio econômico e o lucro publicando-os internamente. Por

fim, nos ciclos de 2019/2020 e 2020/2021, prepara demonstrações financeiras atualizadas monetariamente, mas não compartilha com usuários externos. Da mesma forma que no período anterior, calcula o lucro e o divulga internamente. As práticas da companhia em relação às externalidades ocorrem de forma qualitativa, valorando a externalidade de forma quantitativa e divulgando internamente. Os investimentos sociais privados se apresentam no relatório da administração, nas notas explicativas e na demonstração de valor adicionado.

A Braskem no período de 2014 a 2018 as suas respostas ao questionário do ISE constam : a não preparação das demonstrações financeiras, elabora notas explicativas as demonstrações financeiras, não faz atualização monetária, as notas explicativas abordam benefícios pós-emprego e os investimentos sociais privados são divulgados no relatório da administração, calcula o lucro e disponibiliza para o público interno, considera e valora as externalidades de forma qualitativa e quantitativa e divulga as externalidades externamente, bem como os investimentos sociais privados são divulgados no relatório da administração. No ciclo de 2019/2020, as demonstrações financeiras não são atualizadas, porém as externalidades são valoradas e divulgadas, bem como o lucro que não é calculado nem o equilíbrio econômico. Por fim, no ciclo de 2020/2021, a Braskem não integrou o ISE, visto que a empresa deixou de atender os critérios e objetivos propostos pelo índice, conforme critérios estabelecidos em sua política de gestão de riscos.

A empresa CEMIG – Geração e transmissão S/A no quesito de desempenho econômico financeiro em suas respostas ao questionário do ISE não apresenta muitas variações no período de 2014 a 2017, visto que não atualiza suas demonstrações financeira, seus investimentos sociais privados foram divulgados na demonstração de valor adicionado e no relatório da administração, não utilizou moeda constante em suas demonstrações e as notas explicativas abordaram os benefícios para os empregados, calculou o lucro e nem o equilíbrio econômico. Por fim, no período de 2017 a 2021 a organização se mantém estável divulga as externalidades externamente, bem como seus investimentos sociais privados. As práticas da companhia em relação às externalidades, que segundo o GRI Standarts refere-se à adoção de metodologias que permitem mapear e quantificar o impacto das externalidades sobre o lucro, como por exemplo o Profit & Conservação Ambiental. A CEMIG considera as externalidades de forma qualitativa, bem como valora e divulga, de forma quantitativa as externalidades internas e externas.

A Natura S/A no intervalo de 2014 a 2016 em suas respostas ao questionário do ISE não menciona sobre suas demonstrações financeiras, não calcula o lucro e nem o equilíbrio econômico. Porém, no período de 2017 a 2019 ocorrem mudanças no questionário em que a Natura S/A buscou divulgar seus investimentos sociais privados no relatório da administração,

nas notas explicativas e na demonstração do valor adicionado, bem como realizar o cálculo do lucro econômico e o equilíbrio do crescimento, porém não os divulga. O ciclo de 2019/2020, a Natura prepara as demonstrações financeiras e outros relatórios para fins gerenciais e compartilha com usuários externos, calculando o lucro econômico e disponibilizando valores para o público interno, usa os valores obtidos como base para remuneração de seus executivos e como base de remuneração variável para os demais colaboradores. Por fim, no ciclo de 2020/2021, a companhia responde a maior parte dos critérios do ISE e os atende em quase sua totalidade, excetuando o equilíbrio do crescimento, o qual é calculado, mas não é divulgado.

A empresa Engie no período de 2014 a 2018 atende vários itens sobre suas demonstrações financeiras, e dessa forma seu desempenho econômico-financeiro avaliado pelo índice melhora em cada ciclo/período. Isso se exemplifica da seguinte forma: não prepara suas demonstrações financeiras em moeda constante, porém elabora relatórios gerenciais para uso interno, calcula o lucro econômico e o divulga internamente, bem como o equilíbrio do crescimento, a companhia possui benefícios pós-emprego e o incentivo social privado é divulgado no relatório da administração. Nesse sentido, o ciclo de 2018/2019 passa a abordar sobre as externalidades, considerando-as de forma qualitativa, quantitativa e divulgando interna e externamente. Por fim, no período de 2019 a 2021 a Engie não faz atualização monetária, mas o investimento social privado é divulgado no relatório da administração e na demonstração de valor adicionado, bem como suas demonstrações financeiras não são disponibilizadas para os usuários externos.

Enfim, constata-se nessa dimensão Econômico-financeira que as empresas evoluem nas respostas ao questionário e realizam esforços para atender os requisitos do índice, tanto isso é verdade que ocorre uma melhora na porcentagem de respostas ao ISE como se pode constatar na tabela em que a Natura e a Engie atingem 83% dos requisitos questionados pelo ISE.

4.3 ANÁLISE DAS RESPOSTAS AO QUESTIONÁRIO NA DIMENSÃO SOCIAL

Há que se notar o fato de que Carroll e Shabana (2010) constatam que deve haver coligações entre RSC e os objetivos sociais da sociedade. Dessa maneira, as organizações atuam nas atividades de RSC com o apoio de seus stakeholders, usando de seus recursos sustentáveis com argumentos racionais sob uma perspectiva econômica, financeira e corporativa. No entanto, a presente pesquisa buscou demonstrar a evolução das organizações em atender e responder o critério de desempenho solicitado pelo questionário do ISE nessa dimensão.

Na Dimensão Social, o questionário do ISE se modifica em dois períodos, visto que suas questões são alteradas ao longo do tempo, assim a Dimensão Social apresenta requisitos diferentes nos ciclos de 2014/2015 e 2015/2016 conforme tabelas abaixo:

Tabela 6 – Dimensão Social – Período de 2014 a 2015

Banco do Brasil, Bradesco, Braskem, Cemig, Natura e Engie em 2014 e 2015.	DIMENSÃO SOCIAL - CRITÉRIO III DESEMPENHO	
	Indicadores:	
	8- Diversidade e Equidade	
	9- Contratação de Terceirizados	
	10- Gestão de Fornecedores	
11- Resolução de Demandas de Clientes e Consumidores		

Fonte – Elaboração própria, baseada no ISE (2021)

No ano de 2016 ocorreram mudanças no questionário que ocasionaram alterações nos indicadores que o compõe, assim conforme tabela abaixo tem se nova forma de modelo de questionário:

Tabela 7 – Dimensão Social – Período de 2016 a 2021

Banco do Brasil, Bradesco, Braskem, Cemig, Natura e Engie em 2016, 2017, 2018, 2019, 2020 e 2021	DIMENSÃO SOCIAL - CRITÉRIO III DESEMPENHO	
	Indicadores:	
	7- Diversidade e Equidade	
	8- Gestão de Fornecedores	
9- Resolução de Demandas de Clientes e Consumidores		

Fonte – Elaboração própria, baseada no ISE (2021)

No período de 2014/2015 o questionário do índice abordava o desempenho da dimensão social sob o ponto de vista de 4 indicadores quais sejam: diversidade e equidade, contratação de terceirizados, gestão de fornecedores e resolução de demandas.

Essa alteração no questionário tornou-o mais objetivo e focado, demonstrando o desempenho social das empresas analisadas na pesquisa. Nesse contexto, pode se dizer que o cálculo utilizado valorou uma porcentagem de 100 % para cada um dos critérios existentes no questionário, assim quando a empresa atendia a todos os critérios seus valores aumentavam, caso contrário caso não respondesse as questões dos critérios correspondentes a organização decairia no critério de análise do desempenho social no qual estava sendo analisada. Assim, a tabela abaixo resume a busca das organizações em atender os critérios solicitados no questionário:

Tabela 8 – Respostas das organizações na dimensão social

EMPRESAS	DIMENSÃO SOCIAL - CRITÉRIO III DESEMPENHO						
	PERÍODO						
	2014/2015	2015/2016	2016/2017	2017/2018	2018/2019	2019/2020	2020/2021
BANCO DO BRASIL	49%	53%	58%	60%	63%	63%	53%
BRDESCO	45%	58%	67%	73%	77%	77%	78%
BRASKEM	33%	47%	57%	67%	70%	73%	0
CEMIG	63%	77%	67%	73%	77%	77%	70%
NATURA	60%	77%	80%	80%	80%	87%	83%
TRACTEBEL(ENGIE)	45%	67%	70%	77%	80%	73%	87%

Fonte – Elaboração própria, baseada no ISE (2021).

O Banco do Brasil, no período de 2014 a 2016 não buscou implantar medidas que melhorassem o cumprimento dos requisitos exigidos no questionário do índice, visto que alguns critérios deixam de ser cumpridos dentre os quais pode se citar: banco não tem gestão Sistema de gestão de saúde e segurança do trabalhador e nem sistema de gestão de Responsabilidade Social, oferecimento de canais de comunicação com clientes sobre os produtos e serviços da instituição, terceirizados não são treinados nas questões ambientais e o banco não possui ações estão implementadas visando à redução do consumo e/ou descarte adequado de combustíveis, bem como a gestão aplicados em energia renovável e reaproveitamento/reuso da água. No período de 2017 a 2020, o Banco do Brasil tem uma melhora no consumo de recursos, bem como produtos, serviços e sistemas de gestão, correndo a promoção do consumo consciente, educação financeira e uso consciente dos produtos. Há que se ressaltar que no ciclo de 2020 houve um aumento no banco do Brasil de mulheres em cargos de gerência, e isso é visto positivamente nos critérios relacionados a Responsabilidade Social e sustentabilidade. Por fim, no ciclo de 2020/2021 a instituição possui sistema interno para mensuração de recursos financeiros alocados em sua carteira de crédito para o fomento de uma economia que resulta em melhoria do bem-estar da humanidade e da igualdade social, ao mesmo tempo em que reduz significativamente os riscos ambientais e a escassez ecológica, tendo como principais pilares: baixa emissão de carbono, eficiência no uso dos recursos e inclusão social.

No Bradesco no ciclo de 2014/2015 não tem metas de melhorias, não divulga relatório de sustentabilidade com a relação entre o maior e o menor salário, assim o banco não consegue responder aos requisitos de desempenho social exigidos no questionário do ISE. Porém no período de 2016 a 2021 o Bradesco buscou melhorar em todos os aspectos sociais questionados pelo ISE, sendo assim ele buscou: melhorias na porcentagem de mulheres e negros em cargos de diretoria, na gestão de fornecedores e melhoria mais significativa foi na divulgação do relatório de sustentabilidade.

Braskem, no ciclo de 2014/2015, não possui metas de melhorias e não divulga o relatório de sustentabilidade, somente apresenta medidas para tratamento de pessoas com deficiência, incluindo capacitação profissional para o público-alvo. A empresa tem responsabilidade compartilhada com terceirizados relacionada a saúde e segurança dos trabalhadores, não possui gestão de fornecedores e somente metade dos negócios com terceirizados são monitorados. Não se aplica a Braskem os critérios de demandas com clientes. No ciclo de 2015/2016, houve melhorias na gestão de fornecedores e a empresa passou a oferecer condições de acesso aos clientes, que conseqüentemente melhorou as práticas de sustentabilidade. No ciclo de 2016/2017, a empresa decaiu na sua porcentagem, pois não divulgou o relatório de sustentabilidade, nem a relação entre o maior e o menor salário. Ademais, ela também não tem metas para melhorar a integração de raça e gênero na companhia. Houve, nesse período, melhora na gestão de fornecedores e passou a monitorar o desempenho de canais de atendimento a clientes. Já no ciclo 2017/2018, a quantidade de mulheres em cargos de gerência aumentou, melhorando a questão de gênero, bem como o retorno da licença-maternidade e a permanência no emprego. Nesse período, a Braskem passou a avaliar a satisfação dos clientes. Por fim no período de 2018 a 2021 houve melhorias nos seguintes aspectos: redução das diferenças entre raça e gênero, bem como aumento de volume nos negócios entre médios e pequenos fornecedores, e promoção da capacitação técnica de aprendizes em sua área de atuação, especificamente recrutamento e contratação por meio de organização especializada.

A empresa CEMIG – Geração e Transmissão S/A, no ciclo 2014/2015, não estabelece metas de melhorias, mas tem negros e mulheres em cargos de gerência, bem como tratamento equivalente para trabalhadores terceirizados, com equidade de remuneração para cumprimento de funções equivalentes. Nos ciclos posteriores, a Cemig realiza poucas atividades relacionadas aos aspectos de desempenho social dentre quais pode se citar: empregabilidade de pessoas com deficiência, investindo em acessibilidade, capacitação profissional e boa convivência, apresentando melhorias na gestão de fornecedores.

A Natura S/A no período de 2014 a 2018 atende poucos requisitos no questionário do ISE dentre os quais pode se citar: não apresenta metas de melhorias em questões de cargo, gênero e raça, mas incentivo e promoção a empregabilidade de pessoas com deficiência, desenvolvimento de aprendizes. Porém, no ciclo de 2018/2019, a Natura aderiu ao programa “Empresa Cidadã”, promovendo discussão com a alta liderança e adotando práticas para maximizar os benefícios sociais nos contratos dos aprendizes. Ela também passa a divulgar informações do atendimento ao cliente. No período 2019/2020 a companhia implementou um programa para apoiar e conciliar o período pós-licença com a carreira. Por fim, 2020/2021, a

companhia apresenta nos processos de gestão de fornecedores por atenderem critérios socioambientais, o restante dos critérios se manteve semelhante ao período anterior.

A Engie S/A no período de 2014 a 2017 deixa de atender as metas para melhorar a proporção entre raça e gênero nos cargos de gerência e diretoria. Nesse mesmo período ela não tem mulheres em cargos de diretoria, os terceirizados são contratados sob responsabilidade compartilhada, promove a equidade salarial, atendendo as normas da ABNT sobre acessibilidade. A Engie S/A também atende a sustentabilidade ao divulgar os salários nos seus relatórios de sustentabilidade, possuindo gestão de fornecedores, buscando por fim maximizar o benefício social de aprendizagem, promovendo capacitação técnica, promoção do desenvolvimento, autonomia, capacidade e criatividade do aprendiz; com recrutamento e contratação por meio de organização específica e adotando planos de efetivação e encaminhamento profissional. No ciclo de 2017/2018 as pessoas com deficiência são atendidas com investimentos em meios de acessibilidade, capacitação para o trabalho e profissional. No período de 2018 a 2021 a organização torna se parte do programa “Empresa Cidadã”, bem como busca reduzir a equidade de raça e gênero nos cargos de gerência e diretoria, obtendo dessa forma melhora no critério de equidade.

4.4 COMPARAÇÃO ENTRE AS ORGANIZAÇÕES QUE BUSCARAM ATENDER AOS CRITÉRIOS DA DIMENSÃO AMBIENTAL, SOCIAL E ECONÔMICA DO ISE DE 2014 A 2021

Pode se constatar por meio das tabelas já apresentadas com as devidas porcentagens de critérios respondidos que as organizações integrantes do ISE de 2014 a 2021 se esforçaram para atender quase que em sua totalidade os requisitos da Dimensão Ambiental e Econômico-Financeira, visto que o questionário foi preenchido em mais de 80% dos critérios questionados. No entanto, na Dimensão Social todas as organizações ainda necessitam evoluir nos critérios do questionário dessa dimensão, visto que a grande maioria das organizações presentes no índice desde seu início não conseguiram responder ou atender os critérios solicitados. Dessa forma, há que se concordar com o fato de que o ISE é um instrumento de incentivo às políticas públicas, incentivando o envolvimento das empresas e da sociedade no trabalho de constituição de um sistema sustentável com práticas sociais, ambientais e econômicas que resultam em benefícios para o bem-estar da humanidade e da igualdade social, ao mesmo tempo em que reduz significativamente os riscos ambientais e a escassez ecológica.

Nesse contexto, as pesquisas de Barrientos, Gereffi e Rossi (2010) desenvolveram uma estrutura com objetivo de examinar as ligações entre melhoria econômica das empresas e social dos trabalhadores, concluindo que melhorar a posição das empresas e dos trabalhadores nas cadeias de valor e nas redes de produção globais impulsionadas por empresas líderes é um desafio importante para promover o trabalho digno. No mesmo sentido, pode se citar o artigo de Brandão, Diógenes e Abreu (2017) cujo objetivo foi investigar a relação entre práticas de responsabilidade social corporativa voltadas para os colaboradores e a competitividade de bancos brasileiros, constatando se que as práticas de responsabilidade social corporativa voltadas aos funcionários impactam o desempenho financeiro dos bancos. O estudo de caso analisado por Carroll e Shabana (2010) analisaram como as organizações se beneficiam dos investimentos em políticas, atividades e práticas de Responsabilidade Social Corporativa, utilizando como base o resultado financeiro e outras políticas de práticas sustentáveis. Complementando esses estudos a presente pesquisa buscou analisar as respostas das empresas ao questionário do ISE, tomando por base a dimensão de ambiental, social e econômica do ISE.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Essa pesquisa teve como objetivo analisar as respostas das empresas ao questionário do ISE, tomando por base as dimensões ambiental, social e econômica, visando analisar o empenho das empresas em atender os requisitos do questionário de ingresso no ISE.

Trata-se de compreender que o ISE é um índice com referências sociais importantes, na medida em que sua carteira de empresas representa investimentos e incentivos às políticas públicas aplicadas em promover a sustentabilidade de todo o ecossistema.

Isso envolve conceitos tratados por Elkington (2012) no qual todos os pilares de Triple Bottom Line (TBL), sendo Profit (Lucro), Planet (Planeta), e People (Pessoas) estão interligados com a evolução e progresso econômico, buscando melhorias ambientais e progresso social, bem como criação de parâmetros que mensurem e verifiquem a atuação das organizações empresariais no campo social, ambiental e econômico.

Dessa forma, responder ao questionamento central da pesquisa inclui mencionar que na análise das respostas das empresas ao questionário de ingresso no ISE pode-se observar que elas evoluíram na medida em que buscaram atender aos requisitos e critérios do índice no período de 2014 a 2021. Tal fato demonstra que os conceitos de desenvolvimento sustentável são aplicados pelas empresas, visto que relacionar os recursos naturais e sociais sem deixar de obter lucro é o foco do Triple Bottom Line.

O tripé da sustentabilidade relaciona planeta, pessoas e lucro e possui como foco a capacidade das organizações em renovação, exploração sustentável e ganhos responsáveis, já que se faz necessário ter a consciência que os recursos naturais são finitos e imprescindíveis para a continuidade das empresas. Assim, há que se concordar com o fato de que a evolução global é constante e as organizações devem responder a isso de forma a atender as necessidades presentes sem comprometer os recursos das gerações futuras, evoluindo em todos os conceitos relacionados a sustentabilidade.

Ademais, a promoção de políticas públicas por parte do Estado como incentivos fiscais para que as organizações invistam nos aspectos sociais da comunidade em que estão inseridas, uma vez que os aspectos projetos sociais, valorização da mão de obra local e programas de apoio ao bem-estar e incentivo educacional são alguns dos melhores exemplos de como atuar nesse sentido.

Tais ações em políticas públicas comprovam que o incentivo à criação de instrumentos como o ISE promove o envolvimento das organizações e da sociedade na elaboração de um

sistema sustentável, principalmente nos aspectos relacionados a mudanças de atitude por parte da iniciativa privada. Nesse contexto, a indução de políticas públicas por parte do governo deve utilizar as organizações já inseridas e comprometidas com a sustentabilidade, já que isso se reflete em ações relevantes e mudanças estruturais nos perfis da produção, do consumo e da distribuição de renda.

Assim sendo, retomando a construção deste trabalho para compreensão do todo, o capítulo introdutório menciona que as consequências da globalização contribuíram para o aumento da degradação ambiental. No capítulo 2 apresenta que a relação meio ambiente versus sociedade se transformou com a revolução industrial, já que trouxe como consequência o aumento da degradação ambiental. A evolução da humanidade está intrinsecamente ligada com a produção em escala e o crescimento exponencial do consumo, causando aumento da degradação ambiental. Dessa forma, o conceito de sustentabilidade para Sartori *et al.* (2014) representa a capacidade de um “sistema humano, natural ou misto resistir ou se adaptar à mudança endógena ou exógena por tempo indeterminado”, incluindo o desenvolvimento sustentável como um caminho a ser percorrido.

No tópico sobre “indicadores de sustentabilidade”, o capítulo apresenta os vários indicadores de sustentabilidade existentes no mundo, dentre eles merece destaque o ISE (Índice de Sustentabilidade Empresarial) da B3 que deve fornecer ou possibilitar a comparação de resultados competitivos em um curto espaço de tempo. Assim, o índice de sustentabilidade empresarial relaciona-se diretamente com a adoção de práticas sustentáveis pelas organizações, demonstrando que o ISE foi criado para enfatizar os investidores ambientalmente responsáveis. O tópico a seguir apresenta as dimensões do ISE, dentre as quais pode se citar a Dimensão Geral, Dimensão Natureza do Produto, Dimensão Governança Corporativa, Dimensões Econômico-Financeira, Ambiental e Social, Dimensão Mudança do Clima. Há que se concordar com o fato de que diante dos objetivos e hipóteses de pesquisa o presente estudo tomou como foco a Dimensão Econômico-Financeira, Ambiental e Social. No capítulo 3 é expresso como foi realizada a pesquisa para obtenção dos resultados e discussões presentes no Capítulo 4. Constatando-se que a transformação da sociedade ocorre na medida em que se faz necessário atender aos critérios e políticas estabelecidas nos acordos globais do clima, visto que este impõe para aquela o atendimento de metas para redução da poluição. Há que se concordar com o fato de que esse progresso em busca da sustentabilidade envolve cada indivíduo e/ou organização, uma vez que para que ocorra redução da degradação ambiental deve haver a participação de toda comunidade.

O resultado desse estudo contribuiu para o alcance dos objetivos apresentados, bem como para ampliar as discussões e direcionar as próximas pesquisas.

Concluiu-se que de 2014 a 2021, as organizações integrantes do ISE se esforçaram para atender às exigências das Dimensões Ambiental e Econômico-Financeira respondendo a mais de 80% das questões do questionário, conforme evidenciado pelas tabelas já apresentadas com os respectivos percentuais de critérios respondidas. A grande maioria das organizações incluídas no índice desde o seu início não conseguiu responder às questões do questionário ou preencher os requisitos necessários; assim, todas as organizações devem continuar avançando nos critérios do questionário da Dimensão Social. Dessa forma, é preciso reconhecer que o ISE é uma ferramenta de promoção de políticas públicas, incentivando a participação das empresas e da sociedade no trabalho de estabelecimento de um sistema sustentável com práticas sociais, ambientais e econômicas que resultem em benefícios para o bem-estar de humanidade e igualdade social, reduzindo significativamente os riscos ambientais e a escassez ecológica.

Entre as sugestões de pesquisas futuras podem se indicar a necessidade de investigação da influência da responsabilidade social em variáveis que possam ser úteis no planejamento estratégico com intuito de melhorar a eficiência e performance das organizações, a satisfação dos clientes, qualidade nos produtos, satisfação dos colaboradores, empregados e diretores. Finalmente, ocorre também que uma outra possível pesquisa possa envolver a demonstração de que investimentos em sustentabilidade possam trazer benefícios tributários, visto que as organizações contribuirão para a redução dos gastos governamentais com preservação ambiental.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGUILERA-CARACUEL, Javier; HURTADO-TORRES, Nuria; ARAGÓN-CORREA, Juan Alberto. Does international experience help firms to be green? a knowledge-based view of how international experience and organisational learning influence proactive environmental strategies. **International business review**, [S. l.], v. 21, n. 5, p. 847-861, Oct. 2012.

AGUINIS, Hernan; GLAVAS, Ante. What we know and don't know about corporate social responsibility: a review and research agenda. **Journal of management**, [S. l.], v. 38, n. 4, p. 932-968, Mar. 2012. DOI: 10.1177/0149206311436079. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/0149206311436079>. Acesso em: 10 fev. 2022.

ALI, Waris; FRYNAS, Jędrzej George; MAHMOOD; Zeeshan. Determinants of corporate social responsibility (CSR) disclosure in developed and developing countries: a literature review. **Corporate social responsibility and environmental management**, [S. l.], v. 24, n. 4, p. 273-294, Mar. 2017. DOI: 10.1002/csr.1410. Disponível em: <https://doi.org/10.1002/csr.1410>. Acesso em: 10 fev. 2022.

ARTIACH, Tracy *et al.* The determinants of corporate sustainability performance. **Accounting & finance**, [S. l.], v. 50, n. 1, p. 31-51, Feb. 2010.

ASSOCIAÇÃO Brasileira de Normas Técnicas (ABNT). **Aprovada norma internacional de diretrizes para compras sustentáveis: ISO 20400:2017**. Disponível em: <http://www.abnt.org.br/imprensa/releases/5086-aprovada-norma-internacional-de-diretrizes-para-compras-sustentaveis-iso-20400>. Acesso em: 10 fev. 2022.

BANSAL, Pratima. Evolving sustainably: a longitudinal study of corporate sustainable development. **Strategic management journal**, [S. l.], v. 26, n. 3, p. 197-218, 2005.

BANSAL, Pratima. From issues to actions: the importance of individual concerns and organizational values in responding to natural environmental issues. **Organization science**, [S. l.], v. 14, n. 5, p. 510-527, Sep./Oct. 2003. DOI: 10.1287/orsc.14.5.510.16765. Disponível em: <https://doi.org/10.1287/orsc.14.5.510.16765>. Acesso em: 10 fev. 2022.

BARNEY, Jay. Firm resources and sustained competitive advantage. **Journal of management**, [S. l.], v. 17, n. 1, p. 99-120, Mar. 1991. DOI: 10.1177/014920639101700108. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/014920639101700108>. Acesso em: 10 fev. 2022.

BARNOSKY, Anthony D. *et al.* Aproximando-se de uma mudança de estado na biosfera da Terra. **Nature**, [S. l.], n. 486, p. 52-58, June 2012. DOI: 10.1038/nature11018. Disponível em: https://www.nature.com/articles/nature11018?a_aid=3598aabf?message-global=remove;a_aid=3598aabf#citeas. Acesso em: 04 mar. 2021.

BARRIENTOS, Stephanie; GEREFFI, Gary; ROSSI, Arianna. **Economic and social upgrading in global production networks: developing a framework for analysis**. Durham: Capturing the Gains, 2010. (Working Paper, 3).

BERTOLINI, Geysler Rogis Flor; ROJO, Cláudio Antonio; LEZANA, Álvaro Guilherme Rojas. Modelo de análise de investimentos para fabricação de produtos ecologicamente corretos. **Revista gestão & produção**, [S. l.], v. 19, n. 3, p. 575-588, 2012.

BRANDÃO, Isac de Freitas; DIÓGENES, Andressa Silva Miranda; ABREU, Mônica Cavalcanti Sá de Abreu. Value allocation to stakeholder employees and its effect on the competitiveness of the banking sector. **Revista brasileira de gestão de negócios (RBGN)**, [S. l.], v. 19, n. 64, p. 161-179, Apr./Jun. 2017. DOI: 10.7819/rbgn.v0i0.3199. Disponível em: https://rbgn.fecap.br/RBGN/article/view/3199/pdf_1. Acesso em: 10 fev. 2022.

BRASIL. MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE (MMA). **Convenção de Viena e protocolo de Montreal**. 2015. Disponível em: <https://antigo.mma.gov.br/clima/protecao-da-camada-de-ozonio/convencao-de-viena-e-protocolo-de-montreal.html>. Acesso em: 15 fev. 2022.

BRITO, Renata Peregrino de; BERARDI, Patricia Calicchio. Vantagem competitiva na gestão sustentável da cadeia de suprimentos: um metaestudo. **Revista de administração de empresas (ERA)**, [S. l.], v. 50, n. 2, p. 155-169, abr./jun. 2010. DOI: 10.1590/S0034-75902010000200003. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0034-75902010000200003>. Acesso em: 10 fev. 2022.

BRUNDTLAND, Gro Harlem. **Report of the world commission on environment and development: our common future**. Oslo, 20 Mar. 1987. p. 291–294. Disponível em: <https://sustainabledevelopment.un.org/content/documents/5987our-common-future.pdf>. Acesso em: 10 fev. 2021.

CARROLL, Archie B.; SHABANA, Kareem. M. The business case for corporate social responsibility: a review of concepts, research and practice. **International journal of management reviews**, [S. l.], v. 12, n. 1, p. 85-105, Jan. 2010. DOI: 10.1111/j.1468-2370.2009.00275.x. Disponível em: <https://doi.org/10.1111/j.1468-2370.2009.00275.x>. Acesso em: 10 fev. 2022.

CARVALHO, Nathália Leal *et al.* Desenvolvimento sustentável X desenvolvimento econômico. **Revista monografias ambientais (REMOA)**, Santa Maria, v. 14, n. 3, p. 109–117, set./dez. 2015. DOI: 10.5902/2236130817768. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/index.php/remoa/article/view/17768>. Acesso em: 05 jan. 2021.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. São Paulo: Paz e Terra, 1999. v. 1.

CAVE, Adam H. Environmentally responsible management in international business: a literature review. **Multinational business review**, [S. l.], v. 22, n. 1, p. 78-102, 2014. DOI: 10.1108/MBR-09-2013-0051. Disponível em: <https://doi.org/10.1108/MBR-09-2013-0051>. Acesso em: 10 fev. 2022.

CHARLO, Maria J.; MOYA, Ismael; MUÑOZ, Ana M. Sustainable development and corporate financial performance: a study based on the FTSE4Good IBEX index. **Business strategy and the environment**, [S. l.], v. 24, n. 4, p. 277–288, Nov. 2013. DOI: 10.1002/bse.1824. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/abs/10.1002/bse.1824>. Acesso em: 12 jun. 2021.

CHAVES, Débora Almeida; CASTELLO, Rebecca do Nascimento. O desenvolvimento sustentável e a responsabilidade socioambiental empresarial. *In: SIMPÓSIO DE EXCELÊNCIA EM GESTÃO E TECNOLOGIA (SEGeT)*, 10., 2013. Disponível em: <https://www.aedb.br/seget/arquivos/artigos13/16318637.pdf>. Acesso em: 05 jan. 2022.

CHE-FU Hsueh. Improving corporate social responsibility in a supply chain through a new revenue sharing contract. *International journal of production economics*, v. 151, p. 214-222, May 2014. DOI: 10.1016/j.ijpe.2013.10.017. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.ijpe.2013.10.017>. Acesso em: 10 fev. 2022.

CHINOMONA, Elizabeth; OMORUYI, Osas. The influence of CSR, innovation and supply chain partnership on firm competitiveness. *Risk governance & control: financial markets & institutions*, [S. l.], v. 6, n. 4, p. 345-354, Fall 2016. DOI: 10.22495/rgcv6i4c2art12. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/312278822_The_influence_of_CSR_innovation_and_supply_chain_partnership_on_firm_competitiveness. Acesso em: 10 fev. 2022.

COELHO Marcel S. *et al.* Economic growth and the modern environmental crisis: a critical analysis. *Neotropical biology and conservation*, [S. l.], v. 8, n. 1, p. 53-62, Jan./Apr. 2013.

CRISTÓFALO, Renan Gazarini *et al.* Sustentabilidade e o mercado financeiro: estudo do desempenho de empresas que compõem o índice de sustentabilidade empresarial (ISE). *REGE: revista de gestão*, [S. l.], v. 23, n. 4, p. 286-297, Oct./Dec. 2016. DOI: 10.1016/j.rege.2016.09.001. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S1809227616305975>. Acesso em: 10 fev. 2022.

DARNALL, Nicole; HENRIQUES, Irene; SADORSKY, Perry. Do environmental management systems improve business performance in an international setting? *Journal of international management*, [S. l.], v. 14, n. 4, p. 364-376, Dec. 2008. DOI: 10.1016/j.intman.2007.09.006. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.intman.2007.09.006>. Acesso em: 10 fev. 2022.

DAVIS, K. The case for and against business assumption of social responsibilities. *The academy of management journal*, v. 16, n. 2, p. 312-322, 1973. DOI: 10.2307/255331. Disponível em: <https://doi.org/10.2307/255331>. Acesso em: 10 fev. 2022.

DE CHIARA, Alessandra; SPENA, Tiziana Ruzzo. CSR strategy in multinational firms: focus on human resources, suppliers and community. *Journal of global responsibility*, [S. l.], v.2, n.1, p. 60-74, 2011. Disponível em: <https://doi.org/10.1108/20412561111128528>. Acesso em: 10 fev. 2022.

DE MARCHI, Valentina; DI MARIA, Eleonora; MICELLI, Stefano. Environmental strategies, upgrading and competitive advantage in global value chains. *Business strategy and the environment*, v. 22, n. 1, p. 62-72, May 2012. DOI: 10.1002/bse.1738. Disponível em: <https://doi.org/10.1002/bse.1738>. Acesso em: 10 fev. 2022.

DI AUGUSTINI, Carlos Alberto *et al.* Avaliação de impacto da escala econômica na dimensão ambiental das empresas do ISE da BM & FBOVESPA conforme parâmetros da Política Nacional do Meio Ambiente (Lei n. 10.165). *Gestão & produção*, São Carlos, v. 22, n. 1, p.

96-106, Mar. 2015. DOI: 10.1590/0104-530X1161/13. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/gp/a/ZgWcJnDrFwBDpGRCCc98GrTQ/?lang=pt#>. Acesso em: 10 fev. 2022.

DIAS, Edson Aparecido. **Índice de sustentabilidade empresarial e retorno ao acionista: um estudo de evento**. 2007. 137 f. Dissertação (Mestrado em Administração de Empresas) - Universidade Presbiteriana Mackenzie, 2007.

DIAS, Edson dos Santos. Os (des)encontros internacionais sobre meio ambiente: da conferência de Estocolmo à Rio+20: expectativas e contradições. **Caderno prudentino de geografia (CPG)**, Presidente Prudente, v. 1, n. 39, p. 06-33, jan./jun. 2017.

DINIZ, Maria Luiza Farias; CALLADO, Aldo Leonardo Cunha. Mensurando a sustentabilidade empresarial através do grid de sustentabilidade empresarial (GSE): um estudo em empresas do setor gráfico. **Amazônia, organizações e sustentabilidade (AOS)**, [S. l.], v. 6, n. 2, p. 105–122, jul./dez. 2017. DOI: 10.17800/2238-8893/aos.v6n2jul/dez2017p105-122. Disponível em: <http://revistas.unama.br/index.php/aos/article/view/413/0>. Acesso em: 10 fev. 2022.

DUNNING, John H. Location and the multinational enterprise: John Dunning's thoughts on receiving the "Journal of International Business Studies" 2008 Decade Award. **Journal of international business studies**, [S. l.], v. 40, n. 1, p. 20-34, Jan. 2009. Disponível em: https://www.jstor.org/stable/25483357?seq=1#page_scan_tab_contents. Acesso em: 10 fev. 2022.

ELKINGTON, John. **Sustentabilidade: canibais com garfo e faca**. São Paulo: M. Books do Brasil, 2012.

ERHEMAMTS, Otgontsetseg.; LI, Qian; VENKATESWARAN, Anand. Corporate social responsibility and its impact on firms' investment policy, organizational structure, and performance. **Journal of business ethics**, [S. l.], v. 118, n. 2, p. 395-412, Dec. 2013. DOI: 10.1007/s10551-012-1594-x. Disponível em: <https://link.springer.com/article/10.1007/s10551-012-1594-x>. Acesso em: 10 fev. 2022.

FEHRE, Kerstin; WEBER, Florian. Challenging corporate commitment to CSR: do CEOs keep talking about corporate social responsibility (CSR) issues in times of the global financial crisis? **Management research review**, [S. l.], v. 39, n. 11, p. 1410-1430, Nov. 2016.

GARCIA, A. S.; ORSATO R. J. Índices de sustentabilidade empresarial: por que participar? *In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO*, 37., 2013. **Anais [...]**. Rio de Janeiro: ANPAD, 2013. Disponível em: http://www.anpad.org.br/admin/pdf/2013_EnANPAD_ESO1759.pdf. Acesso em: 10 fev. 2022.

GEREFFI, Gary; FERNANDEZ-STARK, Karina. **Global value chain analysis: a primer**. 2nd. ed. North Carolina, USA: Center on Globalization, Governance, Competitiveness (CGGC): Duke University, 2016.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

GINSBERG, Jill Meredith; BLOOM, Paul N. Choosing the right green-marketing strategy. **MIT sloan management review**, [S. l.], v. 46, n. 1, p. 79-84, Fall 2004.

GLOBAL Reporting Initiative. **G4 sustainability reporting guidelines**. Amsterdam: GRI, 05 Aug. 2015. Disponível em: <https://respect.international/wp-content/uploads/2017/10/G4-Sustainability-Reporting-Guidelines-Implementation-Manual-GRI-2013.pdf>. Acesso em: 10 fev. 2022.

GOLD, Stefan; SEURING, Stefan; BESKE, Philip. Sustainable supply chain management and inter-organizational resources: a literature review. **Corporate social responsibility and environmental management**, [S. l.], v. 17, n. 4, p. 230-245, July 2010.

GOLDEMBERG, José; BARBOSA, Luiz Mauro. A legislação ambiental no Brasil e em São Paulo. **Revista Eco 21**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 96, nov. 2004. Disponível em: <http://www.eco21.com.br/textos/textos.asp?ID=954>. Acesso em: 10 fev. 2022.

GOMES, Claudia Maffini *et al.* Gestão para a sustentabilidade e desempenho empresarial: uma análise a partir da inserção internacional em empresas do setor mineral. **Sistemas & gestão**, [S. l.], v. 11, n. 1, p. 101-111, Mar. 2016.

GONZÁLEZ-BENITO, Javier; GONZÁLEZ-BENITO, Óscar. Environmental proactivity and business performance: an empirical analysis. **Omega**, [S. l.], v. 33, n. 1, p. 1-15, Feb. 2005.

GUGLER, Philippe; SHI, Jaclynn Y. J. Corporate social responsibility for developing country multinational corporations: lost war in pertaining global competitiveness? **Journal of business ethics**, [S. l.], v. 87, supl. 1, p. 3-24, 2009. DOI: 10.1007/s10551-008-9801-5. Disponível em: <http://doi.org/10.1007/s10551-008-9801-5>. Acesso em: 10 fev. 2022.

HARJOTO, Maretno A; JO, Hoje. Corporate governance and CSR nexus. **Journal of business ethics**, [S. l.], v. 100, n. 1, p. 45-67, Feb. 2011.

HART, Stuart L. A natural-resource-based view of the firm. **The academy of management review**, [S. l.], v. 20, n. 4, p. 986-1014, Oct. 1995.

HART, Stuart L.; DOWELL, G. Invited editorial: a natural-resource-based view of the firm: fifteen years after. **Journal of management**, [S. l.], v. 37, n. 5, p. 1464-1479, 2011. DOI: 10.1177/0149206310390219. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/0149206310390219>. Acesso em: 10 fev. 2022.

HART, Stuart L.; MILSTEIN, Mark B. Criando valor sustentável. **RAE Executivo**, [S. l.], v. 3, n. 2, p. 65-79, maio/jul. 2004.

HUSTED, Bryan W. Governance choices for corporate social responsibility: to contribute, collaborate or internalize? **Long range planning**, [S. l.], v. 36, n. 5, p. 481-498, Oct. 2003.

HUSTED, Bryan W.; ALLEN, David B. Strategic corporate social responsibility and value creation: a study of multinational enterprises in Mexico. **Management international review**, [S. l.], v. 49, n. 6, p. 781-799, 2009. DOI: 10.1007/s11575-009-0016-5. Disponível em: <https://doi.org/10.1007/s11575-009-0016-5>. Acesso em: 10 fev. 2022

HUSTED, Bryan W.; ALLEN, David Bruce; RIVERA, Jorge E. Governance choice for strategic corporate social responsibility: evidence from Central America. **Business & society**, [S. l.], v. 49, n. 2, p. 201-215, 2010. DOI: 10.1177/0007650308315504. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/0007650308315504>. Acesso em: 10 fev. 2022.

HUSTED, Bryan W.; SOUSA FILHO, José Milton de. The impact of sustainability governance, country stakeholder orientation, and country risk on environmental, social, and governance performance. **Journal of cleaner production**, [S. l.], v. 155, part 2, p. 93-102, July 2017. DOI: 10.1016/j.jclepro.2016.10.025. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S0959652616316237?via%3Dihub>. Acesso em: 10 fev. 2022.

HUTCHINS, Margot J.; SUTHERLAND, John W. An exploration of measures of social sustainability and their application to supply chain decisions. **Journal of cleaner production**, v. 16, n. 15, p. 1688-1698, Oct. 2008. DOI: 10.1016/j.jclepro.2008.06.001. Disponível em <https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S0959652608001455?via%3Dihub>. Acesso em: 10 fev. 2022.

INSTITUTO Ethos. **Indicadores Ethos para negócios sustentáveis e responsáveis**: aplicação essencial, 24 indicadores. São Paulo: Instituto Ethos, [2013]. Disponível em: <https://www3.ethos.org.br/wp-content/uploads/2013/11/Indicadores-Ethos-Aplica%C3%A7%C3%A3o-Essencial-24-indicadores.pdf>. Acesso em: 10 fev. 2022.

INSTITUTO Ethos. **Mobilizando as empresas por uma sociedade mais justa e sustentável**: políticas públicas. São Paulo: Instituto Ethos, [2021]. São Paulo: Ethos. Disponível em: <https://www.ethos.org.br/conteudo/mobilizando-as-empresas-por-uma-sociedade-justa-e-sustentavel/politicas-publicas/#:~:text=O%20Brasil%20vem%20buscando%2C%20por,vista%20das%20mudan%C3%A7as%20de%20atitude>. Acesso em: 10 fev. 2022.

ISAKSSON, Lars E.; WOODSIDE, Arch G. Modeling firm heterogeneity in corporate social performance and financial performance. **Journal of business research**, [S. l.], v. 69, n. 9, p. 3285-3314, Sep. 2016. DOI: 10.1016/j.jbusres.2016.02.021. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S0148296316000928?via%3Dihub>. Acesso em: 10 fev. 2022.

ÍNDICE de Sustentabilidade Empresarial (ISE B3). **Diálogos ISE B3 e Fórum ISE 15 anos**. 13 ago. 2019. Disponível em: <https://iseb3.com.br/dialogos-ise-b3>. Acesso em: 10 out. 2022.

ÍNDICE de Sustentabilidade Empresarial (ISE B3). **O que é ISE**. Disponível em: <http://iseb3.com.br/o-que-e-o-ise>. Acesso em: 23 jan. 2021.

ÍNDICE de Sustentabilidade Empresarial (ISE B3). **Questionário ISE B3. 2021**. Disponível em: <http://iseb3.com.br/questionario-ise-b3-2021>. Acesso em: 10 fev. 2022.

JAMALI, Dima; KARAM, Charlotte. Corporate social responsibility in developing countries as an emerging field of study. **International journal of management reviews**, [S. l.], v. 20, n. 1, p. 32-61, July 2016. DOI: 10.1111/ijmr.12112. Disponível em: <https://doi.org/10.1111/ijmr.12112>. Acesso em: 10 fev. 2022.

JORGENSEN, Allan Lerberg; KNUDSEN, Jette Steen. Sustainable competitiveness in global value chains: how do small Danish firms behave? **Corporate governance: the international journal of business in society**, [S. l.], v. 6, n. 4, p. 449-462, 2006. DOI: 10.1108/14720700610689568. Disponível em: <https://doi.org/10.1108/14720700610689568>. Acesso em: 10 fev. 2022.

KAPLINSKY, Raphael; MORRIS, Mike. **A handbook for value chain research**. Brighton: IDS, 2000.

KEMERICH, Pedro Daniel da Cunha; RITTER, Luciana Gregory; BORBA, Willian Fernando de. Indicadores de sustentabilidade ambiental: métodos e aplicações. **Revista Monografias Ambientais (REMOA)**, [S. l.], v. 13, n. 5, p. 3723-3736, 2014. DOI: 10.5902/2236130814411. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.5902/2236130814411>. Acesso em: 10 fev. 2022.

KEMPER, Jan *et al.* Competition-motivated corporate social responsibility. **Journal of business research**, [S. l.], v. 66, n. 10, p. 1954-1963, Oct. 2013. DOI: 10.1016/j.jbusres.2013.02.018. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.jbusres.2013.02.018>. Acesso em: 10 fev. 2022

KHATTAK Amira *et al.* Environmental upgrading of apparel firms in global value chains: evidence from Sri Lanka. **Competition & change**, [S. l.], v. 19, n. 4, p. 317-335, May 2015.

KI-HOON Lee; BYUNG Min. Green R&D for eco-innovation and its impact on carbon emissions and firm performance. **Journal of cleaner production**, [S. l.], v. 108, part A, p. 534-542, Dec. 2015. DOI: 10.1016/j.jclepro.2015.05.114. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.jclepro.2015.05.114>. Acesso em: 10 fev. 2022.

KING, Andrew A.; LENOX, Michael J. Does it really pay to be green? An empirical study of firm environmental and financial performance: an empirical study of firm environmental and financial performance. **Journal of industrial ecology**, [S. l.], v. 5, n. 1, p. 105-116, Feb. 2008.

KNORRINGA, Peter; NADVI, Khalid. Rising power clusters and the challenges of local and global standards. **Journal of business ethics**, [S. l.], v. 133, n. 1, p. 55-72, 2016.

KOLK, Ans. The social responsibility of international business: from ethics and the environment to CSR and sustainable development. **Journal of world business**, [S. l.], v. 51, n. 1, p. 23-34, Jan. 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.jwb.2015.08.010>. Acesso em: 10 fev. 2022.

KOLK, Ans; VAN TULDER, Rob. International business, corporate social responsibility and sustainable development. **International business review**, [S. l.], v. 19, n. 2, p. 119-125, 2010.

KOLK, Ans; PINKSE, Jonatan. A perspective on multinational enterprises and climate change: learning from an inconvenient truth. **Journal of international business studies**, [S. l.], v. 39, n. 8, p. 1359-1378, Aug. 2008.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Metodologia do trabalho científico**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2001.

LINS, Clarissa; WAJNBERG, Daniel. **Sustentabilidade corporativa no setor financeiro brasileiro**. Rio de Janeiro: Fundação Brasileira para Desenvolvimento Sustentável (FBDS), 2007.

LOURENÇO, Mariane Lemos; CARVALHO, Denise M. W. Sustentabilidade social e desenvolvimento sustentável. **Revista de administração, contabilidade e economia (RACE)**, [S. l.], v. 12, n. 1, p. 9-38, jan./jun. 2013. Disponível em: <https://portalperiodicos.unoesc.edu.br/race/article/view/2346>. Acesso em: 10 fev. 2022.

LUNDGREN, Tommy; ZHOU, Wenchao. Firm performance and the role of environmental management. **Journal of environmental management**, [S. l.], v. 203, part 1, p. 330-341, Dec. 2017. DOI: 10.1016/j.jenvman.2017.07.053. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.jenvman.2017.07.053>. Acesso em: 10 fev. 2022.

LUZ, Lucas Henrique da. Estratégias de desenvolvimento sustentável corporativo (DSC)? Uma abordagem complementar a RBV e a teoria institucional (TI) a luz da Economia Civil (EC). *In*: ENCONTRO DE ESTUDOS EM ESTRATÉGIAS, 4., 2013. **Anais [...]**. Bento Gonçalves: 3Es, 2013. Disponível em: <http://www.anpad.org.br/admin/pdf/3Es152.pdf>. Acesso em: 10 fev. 2022.

MACEDO, Fernanda et al. (coord.). **O valor do ISE**: principais estudos e perspectivas dos investidores, São Paulo: FGV / GVces, nov. 2012. Disponível em: <http://mediadrawer.gvces.com.br/publicacoes/original/o-valor-do-ise.pdf>. Acesso em: 10 fev. 2022.

MADORRAN, Cristina; GARCIA, Teresa. Corporate social responsibility and financial performance: the Spanish case. **Revista de administração de empresas**, São Paulo, v. 56, n. 1, p. 20-28, jan./fev. 2016. DOI: 10.1590/S0034-759020160103. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rae/a/DGtXYxrB54HXD5TsbPjrbZf/?lang=en>. Acesso em: 31 maio 2021.

MAGRINI, Alessandra. Política e gestão ambiental: conceitos e instrumentos. **Revista brasileira de energia**, Itajubá, v. 8, n. 2, 1. Sem. 2001. Disponível em: <https://sbpe.org.br/index.php/rbe/article/view/151>. Acesso em: 27 fev. 2022.

MALETIČ, Matjaz; MALETIČ, Damjan; GOMIŠČEK, Bostjan. The role of contingency factors on the relationship between sustainability practices and organizational performance. **Journal of cleaner production**, [S. l.], v. 171, p. 423-433, Jan. 2018.

MARCONDES, Adalberto Wodianer; BACARJI, Celso Dobes. **ISE**: sustentabilidade no mercado de capitais. São Paulo: Report, 2010. 173p.

MARCUS, Alfred A.; ANDERSON, Marc H. A general dynamic capability: does it propagate business and social competencies in the retail food industry? **Journal of management studies**, [S. l.], v. 43, 1, p. 19-46, Jan. 2006. DOI: 10.1111/j.1467-6486.2006.00581.x. Disponível em: <https://doi.org/10.1111/j.1467-6486.2006.00581.x>. Acesso em: 10 fev. 2022.

MARÍN, Longinos; RUBIO, Alicia; MAYA, Salvador Ruiz de. Competitiveness as a strategic outcome of corporate social responsibility. **Corporate social responsibility and environmental management**, [S. l.], v. 19, n. 6, p. 364-376, Apr. 2012.

MARTINE, George; ALVES, José Eustáquio Diniz. Economia, sociedade e meio ambiente no século 21: tripé ou trilema da sustentabilidade? **Revista brasileira de estudos de população**, Rio de Janeiro, v. 32, n. 3, p. 433-460, set./dez. 2015.

MARTINS, Elvis Silveira *et al.* Estudo da sustentabilidade empresarial: o caso de uma cooperativa gaúcha. **Gestão.Org**: revista eletrônica de gestão organizacional, [S. l.], v. 8, n. 3, p. 457- 482, set./dez. 2010. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br>. Acesso em: 31 maio 2021.

MELO, Tiago; GARRIDO-MORGADO, Alvaro. Corporate reputation: a combination of social responsibility and industry. **Corporate social responsibility and environmental management**, [S. l.], v. 19, n. 1, p. 11-31, Mar. 2011.

MILES, Morgan P.; COVIN, Jeffrey G. Environmental marketing: a source of reputational, competitive, and financial advantage. **Journal of business ethics**, [S. l.], v. 23, n. 3, p. 299-311, 2000.

MULATU, Abay. On the concept of ‘competitiveness’ and its usefulness for policy. **Structural change and economic dynamics**, [S. l.], v. 36, n. C, p. 50-62, 2016.

OLIVEIRA, Carla Montefusco de. Desenvolvimento sustentável: uma discussão ambiental e social. *In*: JORNADA INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS QUESTÃO SOCIAL E DESENVOLVIMENTO NO SÉCULO XXI, 3., 2007. **Anais** [...]. São Luís, MA: Universidade Federal do Maranhão, 2007. Disponível em: http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinppIII/html/Trabalhos/EixoTematicoI/b181e2fe3f9b7a09d90e_Carla%20Montefusco%20de%20Oliveira.pdf . Acesso em: 27 fev.2022.

OLIVEIRA, Celso Maran de. Agenda 21: propostas de integração. **Revista direito ambiental e sociedade**, [S. l.], v. 9, n. 3, p. 33-56, set./dez. 2019. Disponível em: <http://www.ucs.br/etc/revistas/index.php/direitoambiental/article/view/7976/3982>, Acesso em: 27 fev. 2022.

OLIVEIRA, Maxwell Ferreira de. **Metodologia científica**: um manual para a realização de pesquisas em administração. Catalão, GO: UFG, 2011. 72 p. Disponível em: https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/567/o/Manual_de_metodologia_cientifica_-_Prof_Maxwell.pdf. Acesso em: 11 out. 2022.

PARENTE, Tobias Coutinho; MACHADO FILHO, Cláudio Pinheiro. Corporate social responsibility: perceptions of directors in Brazil. **Management research review**, [S. l.], v. 39, n. 11, p. 1472-1493, Nov. 2016.

PO-HAN Chen; CHUAN-FANG Ong; SHU-CHIEN, Hsu. Understanding the relationships between environmental management practices and financial performances of multinational construction firms. **Journal of cleaner production**, [S. l.], v. 139, p. 750-760, Dec. 2016. Disponível em: <http://doi.org/10.1016/j.jclepro.2016.08.109>. Acesso em: 10 fev. 2022.

PORTER, Michael. E.; KRAMER, Mark R. Strategy and society: the link between competitive advantage and corporate social responsibility. **Harvard business review**, [S. l.], v. 84, n. 12, p. 78-92, Dec. 2006.

PORTER, Michael E.; VAN DER LINDE, Claas. Green and competitive: ending the stalemate. **Harvard business review**, [S. l.], v. 73, n. 5, p. 120-134, Sep./Oct. 1995. Disponível em: <http://mediadrawer.gvces.com.br/publicacoes/original/o-valor-do-ise.pdf>. Acesso em: 10 fev. 2022.

PORTER, Michael E.; VAN DER LINDE, Claas. Toward a new conception of the environment: competitiveness relationship. **Journal of economic perspectives**, [S. l.], v. 9, n. 4, p. 97-118, Fall 1995.

POTT, Crisla Maciel; ESTRELA, Carina Costa. Histórico ambiental: desastres ambientais e o despertar de um novo pensamento. Dilemas ambientais e fronteiras do conhecimento II. **Estudos avançados**. [S. l.], v. 31, n. 89, p. 271-283, jan./abr. 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/s0103-40142017.31890021>. Acesso em: 10 fev. 2022.

NAÇÕES Unidas Brasi. **A ONU e o meio ambiente**. 16 de setembro de 2020. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/91223-onu-e-o-meio-ambiente>. Acesso em: 10 fev. 2022.

QI Gy *et al.* Revisiting the relationship between environmental and financial performance in chinese industry. **Journal of environmental management**, [S. l.], v. 145, p. 349-356, Dec. 2014.

RAJEEV, A. *et al.* Evolution of sustainability in supply chain management: a literature review. **Journal of cleaner production**, [S. l.], v. 162, p. 299-314, Sep. 2017.

REVELLI, Christophe; VIVIANI, Jean-Laurent. Financial performance of socially responsible investing (SRI): what have we learned? a meta-analysis. **Business ethics: a european review**, [S. l.], v. 24, n. 2, p. 158-185, Aug. 2014. DOI: 10.1111/beer.12076. Disponível em: <https://doi.org/10.1111/beer.12076>. Acesso em: 10 fev. 2022.

ROSA, João Guimarães. **Grande sertão: veredas**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.

ROSEN, Christine Meisner. Environmental strategy and competitive advantage: an introduction. **California management review**, [S. l.], v. 43, n. 3, p. 8-15, Apr. 2001.

RUFINO, Maria Audenôra *et al.* Sustentabilidade e performance dos indicadores de rentabilidade e lucratividade: um estudo comparativo entre os bancos integrantes e não integrantes do ISE da BM&FBOVESPA. **Revista ambiente contábil**, Natal, RN, v. 6, n. 1, p. 1-18, jan./jun. 2014. Disponível em: <http://www.atena.org.br/revista/ojs-2.2.3-08/index.php/Ambiente/article/view/1928/1763>. Acesso em: 20 nov. 2021.

SÁNCHEZ, J. L. F.; SOTORRÍO, L. L.; DÍEZ, E. Can corporate reputation protect companies' value? Spanish evidence of the 2007 financial crash. **Corporate reputation review**, [S. l.], v. 15, n. 4, p. 228-239, Oct. 2012.

SANTIS, Paula; ALBUQUERQUE, Andrei; LIZARELLI, Fabiane. Do sustainable companies have a better financial performance? a study on brazilian public companies. **Journal of cleaner production**, [S. l.], v. 133, p. 735-745, Oct. 2016. DOI: 10.1016/j.jclepro.2016.05.180. Disponível em:

<https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S095965261630659X?via%3Dihub>. Acesso em: 20 nov. 2021.

SARTORI, Simone; LATRÔNICO, Fernanda; CAMPOS, Lucila M. S. Sustentabilidade e desenvolvimento sustentável: uma taxonomia no campo da literatura. **Ambiente & sociedade**, [S. l.], v. 17, n. 1, p. 1-22, jan./mar. 2014. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext;pid=S1414-753X2014000100002. Acesso em: 17 jan. 2021.

SELLTIZ, C. *et al.* **Métodos de pesquisa das relações sociais**. São Paulo: Herder, 1965.

SHARMA, Sanjay. Managerial interpretations and organizational context as predictors of corporate choice of environmental strategy. **The academy of management journal**, [S. l.], v.43, n.4, p. 681-697, Aug. 2000.

SHARMA, Sanjay; HENRIQUES, Irene. Stakeholder influences on sustainability practices in the Canadian forest products industry. **Strategic management journal**, [S. l.], v. 26, n. 2, p. 159-180, Dec. 2004.

SHRIVASTAVA, Paul. Environmental technologies and competitive advantage. **Strategic management journal**, [S. l.], v. 16, n. S1, p. 183-200, 1995.

SILVA, Edna Lúcia da; MENEZES, Estera Muszkat. **Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação**. Florianópolis: UFSC, 2005.

SILVA, Nathália Etyenne Figueira; CALLADO, Aldo Leonardo Cunha. O efeito da informação de sustentabilidade corporativa nos retornos das ações: análise de empresas incluídas no ranking Global 100. **Revista eletrônica de ciência administrativa**, Campo Largo, v. 16, n. 2, p. 84–105, May/Aug. 2017.

SIMPSON, Dayna; POWER, Damien; SAMSON, Daniel. Greening the automotive supply chain: a relationship perspective. **International journal of operations & production management**, [S. l.], v. 27, n. 1, p. 28-48, 2007.

SINKOVICS, Rudolf *et al.* Social value creation in MNEs. **Critical perspectives on international business**, [S. l.], v. 16, n. 1, p. 1-4, 2017.

SOBROSA NETO, Ruy de Castro *et al.* Desenvolvimento sustentável e desempenho financeiro corporativo: um estudo baseado no índice brasileiro de sustentabilidade empresarial (ISE). **Sustainable development**, [S. l.], v. 28, n. 4, p. 960-977, 2020. DOI: 10.1002/sd.2049. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/abs/10.1002/sd.2049>. Acesso em: 05 jan. 2022.

SOUSA, Francisco Santana; ZUCCO, Alba. Índice de sustentabilidade empresarial (ISE) e geração de valor para os investidores. **Revista capital científico eletrônico (RCCe)**, [S. l.], v. 14, n. 1, p. 1-18, jan./mar. 2016. Disponível em: <https://revistas.unicentro.br/index.php/capitalcientifico/article/view/3892>. Acesso em: 31 jan. 2022.

SOUSA FILHO, José Milton de; BARBIERI, José Carlos. Estratégia socioambiental baseada em recursos e ambiguidade causal. **Revista de administração de empresas (RAE)**, [S. l.], v. 55, n. 6, p. 699-711, nov./dez. 2015.

TEIXEIRA, Evimael Alves; NOSSA, Valcemiro; FUNCHAL, Bruno. O índice de sustentabilidade empresarial (ISE) e os impactos no endividamento e na percepção de risco. **Revista contabilidade financeira**, São Paulo, v. 22, n. 55, p. 29-44, jan./abr. 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rcf/a/Npy4byt4mpTnHbnw4Yy6zLw/?lang=pt;format=pdf>. Acesso em: 31 jan. 2022.

TURKER, Duygu. Measuring corporate social responsibility: a scale development study. **Journal of business ethics**, [S. l.], v. 85, n. 4, p. 411-427, 2009.

UNDP. **Natura cosmetics empowers women in Mexico**. Nova York, Cajamar, 8 mar.2013. Disponível em: <http://www.undp.org/content/undp/en/home/presscenter/pressreleases/2013/03/08/natura-cosmetics-empowers-women-in-mexico.html>. Acesso em: 10 fev. 2022.

VAN BELLEN, Hans Michael. Indicadores de sustentabilidade: um levantamento dos principais sistemas de avaliação. **Cadernos EBAPE.BR**, Rio de Janeiro, v. 2, n.1, p. 1-14, mar. 2004. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/cebape/v2n1/v2n1a02.pdf>. Acesso em: 10 out. 2020.

VERGARA, Sylvia Constant. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração**. 3. ed. Rio de Janeiro: Atlas, 2000.

VILANOVA, Marc; LOZANO, Josep Maria; ARENAS, Daniel. Exploring the nature of the relationship between CSR and competitiveness. **Journal of business ethics**, [S. l.], v. 87, n. 1, p. 57-69, 2009.

WALLS, Judith L.; PHAN, Phillip H.; BERRONE, Pascual. Measuring environmental strategy: construct development, reliability, and validity. **Business & society**, [S. l.], v. 50, n. 1, p. 71-115, Feb. 2011.

WANG Wei-Kang *et al.* Does corporate social responsibility influence the corporate performance of the US telecommunications industry? **Telecommunications policy**, [S. l.], v. 38, n. 7, p. 580-591, 2014.

WERNKE, Rodney; LEMBECK, Marluce. Análise de rentabilidade dos segmentos de mercado de empresa distribuidora de mercadorias. **Revista contabilidade & finanças**, [S. l.], v.15. n. 35, p. 68-83, ago. 2004.

WESSELINK, R. *et al.* Individual competencies for managers engaged in corporate sustainable management practices. **Journal of cleaner production**, [S. l.], v. 106, p. 497-506, 2015.

WORLD Commission on Environment and Development. **Our common future**: the World Commission on Environment and Development. Oxford: Oxford University Press, 1987.

WORLD Wildlife Fund (WWF). **O que é desenvolvimento sustentável?** 2021. Disponível em: <https://www.wwf.org.br/nossosconteudos/educacaoambiental/conceitos/desenvolvimentosustentavel/>. Acesso em: 27 fev. 2022.

ZADEK, Simon. The path to corporate responsibility. **Harvard business review**, [S. l.], v. 82, n. 12, p. 125-132, Jan. 2005.

APÊNDICES

APÊNDICE 1 - OBSERVAÇÕES DAS EMPRESAS DO ISE DO PERÍODO DE 2005 A 2013

2005	- A primeira carteira do ISE, vigorou de 1º de dezembro de 2005 a 30 de novembro de 2006;
2006	- A segunda carteira do ISE, vigorou de 1º de dezembro de 2006 a 30 de novembro de 2007, contando com 42 ações de 34 companhias e 14 setores, totalizando R\$ 996 bilhões em valor de mercado (42,6% do total da bolsa em 1º de dezembro de 2006);
2007	- A carteira contou com 40 ações emitidas por 32 empresas de 13 setores totalizando, naquela época, R\$927 bilhões em valor de mercado. Esse montante correspondia a 39,6% da capitalização total da Bolsa, que em dezembro de 2007 era de R\$ 2,3 trilhões.
2008	-Vigorou de 1º de dezembro de 2008 a 30 de novembro de 2009, contou com 38 ativos de 30 companhias de 12 setores que totalizaram R\$372 bilhões em valor de mercado. Esse montante correspondia a 30,7% da capitalização total das 394 empresas com ações negociadas na Bolsa (R\$ 1,21 trilhão, em 21/11/2009).
2009	- A quinta carteira do ISE vigorou de 1 de dezembro de 2009 a 31 de dezembro de 2010. Reuniu 43 ações de 35 companhias, representando 15 setores e somando R\$730 bilhões em valor de mercado - o equivalente a 32,21% do valor de mercado total das companhias com ações negociadas na Bolsa (em 24/11/2009).
2010	-A sexta carteira do ISE, vigorou de 3 de janeiro de 2011 a 29 de dezembro, reunindo 47 ações de 38 companhias que representaram 18 setores e somaram R\$ 1,17 trilhão em valor de mercado, o equivalente a 46,1% do valor de mercado total das companhias com ações negociadas na B3 (em 24/11/2010).
2011	- A sétima carteira do ISE, vigorou de 02 de janeiro a 31 de dezembro de 2012, reúne 51 ações de 38 companhias. Elas representaram 18 setores e somaram R\$961 bilhões em valor de mercado, o equivalente a 43,72% do total do valor das companhias com ações negociadas na Bolsa (em 23/11/2011).
2012	-A oitava carteira do ISE, que vigorou de 07 de janeiro de 2013 a 03 de janeiro de 2014, reuniu 51 ações de 37 companhias. Elas representaram 16 setores e somaram pouco mais de R\$1 trilhão em valor de mercado, o equivalente a 44,81% do total do valor das companhias com ações negociadas na B3 (em 29/11/2012).
2013	-A nona carteira do ISE foi anunciada no dia 28 de novembro de 2013 e vigorou de 06 de janeiro de 2014 a 02 de janeiro de 2015. A carteira reuniu 51 ações de 40 companhias, que representaram 18 setores e somaram R\$ 1,14 trilhão em valor de mercado, o equivalente a 47,16% do total do valor das companhias com ações negociadas na Bolsa (em 26/11/2013).

APÊNDICE 2 - OBSERVAÇÕES DAS EMPRESAS DO ISE DO PERÍODO DE 2014 A 2017

2014	<p>- Anunciada em 26 de novembro de 2014 e vigorou entre 05 de janeiro de 2015 a 02 de janeiro de 2016. A carteira reúne 51 ações de 40 companhias, que representaram 19 setores e somaram R\$ 1,22 trilhão em valor de mercado, o equivalente a 49,87% do total do valor das companhias com ações negociadas na B3 (em 24/11/2014).</p> <p>Das 40 empresas selecionadas, ingressaram: JSL, B2W Digital, Lojas Americanas e Lojas Renner, as três últimas responsáveis pelo ingresso do setor "Comércio" ao ISE. E55</p>
2015	<p>-Anunciada em 26 de novembro de 2015, a 11ª carteira do ISE vigorou entre 04 de janeiro de 2016 a 29 de dezembro de 2016. A carteira reuniu 38 ações de 34 companhias, que representavam 16 setores e somavam R\$ 960,52 bilhões em valor de mercado, o equivalente a 54,50% do total do valor das companhias com ações negociadas na Bolsa (em 24/11/2015). Em 21/06/2016, a OI entrou em situação especial, deixando de fazer parte da carteira do ISE em 22/06/2016.</p> <p>**Em julho de 2016 a companhia Tractebel Energia alterou seu nome para Engie Brasil Energia.</p>
2016	<p>-A 12ª carteira do ISE B3 foi anunciada em 24/11/2016 e vigorou de 02 de janeiro de 2017 a 05 de janeiro de 2018. A carteira reuniu 38 ações de 34 companhias, representando 15 setores e somando R\$ 1,31 trilhão em valor de mercado, o equivalente a 52,14% do total do valor das companhias com ações negociadas na Bolsa com base no fechamento de 22/11/2016.</p>
2017	<p>-A 13ª carteira do ISE B3 foi anunciada em 23/11/2017 e vigorou de 08 de janeiro de 2018 a 04 de janeiro de 2019. A carteira reuniu 33 ações de 30 companhias, representando 12 setores e somando R\$ 1,28 trilhão em valor de mercado, equivalente a 41,47% do total do valor das companhias com ações negociadas na B3, com base no fechamento de 21/11/2017.</p>
2018	<p>-A 14ª carteira do ISE B3 foi anunciada em 29/11/2018 e vigora no período de 07 de janeiro de 2019 a 03 de janeiro de 2020. A carteira reúne 33 ações de 28 companhias. Além disso, representa 12 setores e soma R\$ 1.474.540.575.401,55 em valor de mercado. Esse montante equivale a 38,74% do total do valor das companhias com ações negociadas na B3, conforme base atualizada em 06/05/2019.</p>
2019	<p>-A 15ª carteira do ISE B3 foi anunciada em 29/11/2019 e vigora no período de 06 de janeiro de 2020 a 01 de janeiro de 2021. A carteira reúne 36 ações de 30 companhias. Além disso, representa 15 setores e soma R\$ 1.640.789.376.818,99 em valor de mercado. Esse montante equivale a 37,62% do total do valor das companhias com ações negociadas na B3, conforme base atualizada em 26/11/2019.</p>
2020	<p>-A 16ª carteira do ISE B3 foi anunciada em 01/12/2020 e vigorou no período de 04 de janeiro de 2021 a 30 de dezembro de 2021. A carteira reúne 46 ações, de 40 companhias, pertencentes a 15 setores. Juntas, as companhias somam R\$ 1,8 trilhão em valor de mercado, 38% do total do valor das companhias com ações negociadas na B3, com base no fechamento de 25/11/2020.</p>
2021	<p>- A 17ª carteira do ISE B3 foi anunciada em 29/12/2021 e vigora no período de 03 de janeiro de 2022 a 30 de dezembro de 2022. A carteira anunciada naquela ocasião reunia 46 ações, de 46 companhias, pertencentes a 27 setores. Juntas, essas companhias somam R\$ 1,74 trilhão em valor de mercado, 38,26% do total do valor de mercado das companhias com ações negociadas na B3, com base no fechamento de 30 de dezembro de 2021. Em 02/05/2022 ocorreu um rebalanceamento dos critérios de inclusão, quando duas novas empresas passaram a fazer parte da carteira do ISE B3.</p> <p>A carteira 2022 do ISE B3 foi a primeira selecionada por meio de uma nova metodologia, que além das respostas ao questionário e análise de evidências, considerou informações de duas fontes externas. A primeira fonte externa foi o resultado das empresas no CDP 2021, incorporando informações referentes à dimensão Mudança do Clima. A segunda foram as análises de reputação das companhias, realizadas pela RepRisk.</p>

APÊNDICE 3 – DESCRIÇÃO DOS ARTIGOS SELECIONADOS PARA O ESTUDO

Com base nas palavras-chave mencionadas acima, o estudo foi composto e desenvolvido, baseado em 79 artigos conforme demonstrados no quadro a seguir:

Quadro 1- Descrição dos artigos selecionados para o estudo

Nr	AUTOR	ANO	TÍTULO	PERÍODICO
1	Aguilera-Caracuel, J., Hurtado-Torres, N. E.; Aragón-Correa, J. A	2012	Does international experience help firms to be green? A knowledge-based view of how international experience and organisational learning influence proactive environmental strategies	International Business Review
2	Aguinis, H; Glavas, A	2012	What we know and don't know about corporate social responsibility a review and research agenda	Journal of Management
3	Ali, W.; Frynas, J. G.; Mahmood; Z	2017	Determinants of corporate social responsibility (CSR) disclosure in developed and developing countries: A literature review	Corporate Social Responsibility and Environmental Management
4	Associação Brasileira de Normas Técnicas.	2017	norma internacional de diretrizes para compras sustentáveis - ISO 20400	http://www.abnt.org.br
5	Bansal, P.	2003	From issues to actions: The importance of individual concerns and organizational values in responding to natural environmental issues.	Organization Science
6	Barney, J	1991	Firm resources and sustained competitive advantage	Journal of Management
7	Barrientos, S., Gereffi, G.; Rossi, A	2010	Economic and social upgrading in global production networks:	International Labour Review
8	Brandão, I. de F., Diógenes, A. S. M.; Abreu, M. C. S. de	2017	Value allocation to stakeholder employees and its effect on the competitiveness of the banking sector	Revista Brasileira de Gestão de Negócios
9	Brito, R. P. De; Berardi, P. C.	2010	Vantagem competitiva na gestão sustentável da cadeia de suprimentos: Um metaestudo	RAE-Revista de Administração de Empresas
10	Carroll, A. B.; Shabana, K. M.	2010	The business case for corporate social responsibility: A review of concepts, research and practice	International Journal of Management Reviews

11	Cave, A. H.	2014	Environmentally responsible management in international business: A literature review	Multinational Business Review
12	Chen, P.H., Ong, C.F.; Hsu, S. C	2016	Understanding the relationships between environmental management practices and financial performances of multinational construction firms.	Journal of Cleaner Production
13	Chinomona, E.; Omoruyi, O.	2016	The influence of CSR, innovation and supply chain partnership on firm competitiveness	Risk governance; control: Financial Markets and Institutions
14	Darnall, N., Henriques, I.; Sadowsky, P.	2008	Do environmental management systems improve business performance in an international setting?	Journal of International Management
15	Davis, K	1973	The case for and against business assumption of social responsibilities.	Academy of Management Journal
16	De Chiara, A.; Spena, T. R.	2011	CSR strategy in multinational firms: focus on human resources, suppliers and community	J. Glob. Responsib
17	Dunning, J. H	2009	Location and the multinational enterprise: John Dunning's thoughts on receiving the Journal of International Business Studies 2008 Decade Award	Journal of International Business Studies
18	Erhemjamts, O., Li, Q.; Venkateswaran, A	2013	Corporate social responsibility and its impact on firms' investment policy, organizational structure, and performance	Journal of Business Ethics
19	Fehre, K., et al.	2016	Challenging corporate commitment to CSR: Do CEOs keep talking about corporate social responsibility (CSR) issues in times of the global financial crisis?	Management Research Review
20	Gereffi, G.; Fernandez-Stark, K.	2016	The governance of global value chains	Review of International Political Economy
21	Ginsberg, J. M.; Bloom, P. N.	2004	Choosing the right green-marketing strategy	MIT Sloan Management Review
22	Global Reporting Initiative.	2015	G4 Sustainability	Reporting Guidelines
23	Gold, S., Seuring, S.; Beske, P.	2010	Sustainable supply chain management and inter-organizational resources: A literature review	Corporate Social Responsibility and Environmental Management
24	Gomes, C. M., et al.	2016	Gestão para a sustentabilidade e desempenho empresarial: Uma análise a partir da inserção	Sistemas; Gestão

			internacional em empresas do setor mineral	
25	González-Benito, J; González-Benito, Ó	2005	Environmental proactivity and business performance: An empirical analysis	Omega
26	Gugler, P. Shi, J. Y. J.	2009	Corporate social responsibility for developing country multinational corporations: Lost war in pertaining global competitiveness?	Journal of Business Ethics
27	Harjoto, M. A.; Jo, H.	2011	Corporate governance and CSR nexus	Journal of Business Ethics
28	Hart, S. L.	1995	A natural-resource-based view of the firm	Academy of Management Review
29	Hart, S. L.; Dowell, G.	2011	Invited editorial: A natural-resource-based view of the firm: Fifteen years after.	Journal of Management,
30	Hart, S. L.; Milstein, M. B	2004	Criando valor sustentável	RAE Executivo
31	Hsueh, C.F.	2014	Improving corporate social responsibility in a supply chain through a new revenue sharing contract	International Journal of Production Economics
32	Hsueh, C.F.	2014	Improving corporate social responsibility in a supply chain through a new revenue sharing contract	International Journal of Production Economics
33	Husted, B. W.	2003	Governance choices for corporate social responsibility: To contribute, collaborate or internalize?	Long Range Planning
34	Husted, B. W.; Allen, D. B.	2009	Strategic corporate social responsibility and value creation.	Management International Review
35	Husted, B. W.; Sousa, J. M. de., Filho	2016	The impact of sustainability governance, country stakeholder orientation, and country risk on environmental, social, and governance performance.	Journal of Cleaner Production
36	Husted, B. W., Allen, D. B, Rivera, J. E.	2010	Governance choice for strategic corporate social responsibility evidence from Central America.	Business; Society
37	Hutchins, M. J.; Sutherland, J. W	2008	An exploration of measures of social sustainability and their application to supply chain decisions	Journal of Cleaner Production
38	Instituto Ethos	2016	Indicadores Ethos para negócios sustentáveis e responsáveis: ciclo 2015/2016	https://www3.ethos.org.br
39	Isaksson, L. E, Woodside, A. G.	2016	Modeling firm heterogeneity in corporate social performance and financial performance.	Journal of Business Research

40	Jamali, D.; Karam, C.	2018	Corporate social responsibility in developing countries as an emerging field of study	International Journal of Management Reviews
41	Jorgensen, A. L.; Knudsen, J. S.	2006	Sustainable competitiveness in global value chains: How do small danish firms behave?	The International Journal of Business in Society,
42	Kaplinsky, R.; Morris, M.	2000	A Handbook for Value Chain	Brighton
43	Kemper, J., et al.	2013	Competition-motivated corporate social responsibility	Journal of Business Research
44	Khattak, A., Stringer, C., Benson-Rea, M.; Haworth, N.	2015	Environmental upgrading of apparel firms in global value chains: Evidence from Sri Lanka.	Competition; Change
45	King, A. A; Lenox, M. J.	2001	Does it really pay to be green? An empirical study of firm environmental and financial performance: An empirical study of firm environmental and financial performance	Journal of Industrial Ecology
46	Kolk, A.	2016	The social responsibility of international business: From ethics and the environment to CSR and sustainable development	Journal of World Business
47	Kolk, A.; Pinkse, J.	2008	A perspective on multinational enterprises and climate change: Learning from “an inconvenient truth.”	Journal of International Business Studies,
48	Kolk, A.; Van Tulder, R.	2010	International business, corporate social responsibility and sustainable development	International Business Review
49	Knorringa, P.; Nadvi, K.	2016	Rising power clusters and the challenges of local and global standards.	Journal of Business Ethics
50	Lee, K.H.; Min, B.	2015	Green R; D for eco-innovation and its impact on carbon emissions and firm performance	Journal of Cleaner Production
51	Lundgren, T.; Zhou, W	2017	Firm performance and the role of environmental management	Journal of Environmental Management
52	Maletič, M., Maletič, D.; Gomišček, B	2018	The role of contingency factors on the relationship between sustainability practices and organizational performance	Journal of Cleaner Production
53	Marchi, V. de et al.,	2013	Environmental strategies, upgrading and competitive advantage in global value chains.	Business Strategy and the Environment
54	Marcus, A. A; Anderson, M. H.	2006	A general dynamic capability: Does it propagate business and social competencies in the retail food industry?	Journal of Management Studies

55	Marín, L., Rubio, A.; Maya, S. R.	2012	Competitiveness as a strategic outcome of corporate social responsibility	Corporate Social Responsibility and Environmental Management
56	Melo, T.; Garrido Morgado, A.	2012	Corporate reputation: A combination of social responsibility and industry.	Corporate Social Responsibility and Environmental Management
57	Miles, M. P.; Covin, J. G	2000	Environmental marketing: A source of reputational, competitive, and financial advantage	Journal of Business Ethics
58	Mulatu, A.	2016	On the concept of 'competitiveness' and its usefulness for policy.	Structural Change and Economic Dynamics
59	Parente, T. C.; Machado, C. A. P. Filho	2016	Corporate social responsibility: Perceptions of directors in Brazil.	Management Research Review,
60	Porter, M. E; Kramer, M. R	2006	Strategy and society: The link between corporate social responsibility and competitive advantage	Harvard Business Review
61	Porter, M. E; Van Der Linde, C.	1995	Toward a new conception of the environment-competitiveness relationship.	Journal of Economic Perspectives
62	Qi, G. Y., et al.,	2014	Revisiting the relationship between environmental and financial performance in Chinese industry	Journal of Environmental Management
63	Rajeev, A., Pati, R.K., Padhi, S.S., Govindan, K	2017	Evolution of sustainability in supply chain management: A literature review	Journal of Cleaner Production
64	Rosen, C. M.	2001	Environmental strategy and competitive advantage: An introduction	California Management Review
65	Sánchez, J. L. F., Sotorrió, L. L.; Díez, E. B.	2012	Can corporate reputation protect companies' value? Spanish evidence of the 2007 financial crash.	Corporate Reputation Review
66	Sharma, S.	2000	Managerial interpretations and organizational context as predictors of corporate choice of environmental strategy	Academy of Management Journal,
67	Sharma, S., Henriques, I.	2005	Stakeholder influences on sustainability practices in the Canadian forest products industry	Strategic Management Journal
68	Shrivastava, P.	1995	Environmental technologies and competitive advantage.	Strategic Management Journal
69	Simpson, D., Power, D., Samson, D.	2007	Greening the automotive supply chain: A relationship perspective	International Journal of Operations and Production Management

70	Sinkovics, R., Forsgren, M., Sinkovics, N.; Holmström-Lind, C.	2017	Social value creation in MNEs	Critical Perspectives on International Business
71	Sousa, J. M. de, Filho, Barbieri, J. C.	2015	Estratégia socioambiental baseada em recursos e ambiguidade causal	Revista de Administração de Empresas
72	Turker, D.	2009	Measuring corporate social responsibility: A scale development study.	Journal of Business Ethics
73	UNDP	2013	Natura Cosméticos empowers women in Mexico	http://www.undp.org/
74	Vilanova, M., Lozano, J. M.; Arenas, D. (2009	Exploring the nature of the relationship between CSR and competitiveness. J	Journal of Business Ethics
75	Walls, J. L., Phan, P. H.; Berrone, P.	2011	Measuring environmental strategy: Construct development, reliability, and validity	Business; Society
76	Wang, W.K., et al.,	2014	Does corporate social responsibility influence the corporate performance of the US telecommunications industry?	Telecommunications Policy
77	Wesselink, R. et al.,	2015	Individual competencies for managers engaged in corporate sustainable management practices.	Journal of Cleaner Production
78	World Commission on Environment and Development	1987	Our Common Future: the World Commission on Environment and Development	Oxford: Oxford University Press
79	Zadek, S.	2004	The path to corporate responsibility.	Harvard Business Review

Fonte: Elaborado pela autora, 2022.

APÊNDICE 4 - LEVANTAMENTO DAS EMPRESAS QUE PARTICIPARAM DO ISE DESDE O INÍCIO

A compreensão do funcionamento do ISE contribui para a avaliação e análise da evolução das organizações ao longo do tempo. Nesse sentido, este capítulo trará os resultados da análise e da observação de como as empresas presentes no ISE desde seu início em 2005 até 2021 evoluíram nas respostas das questões relacionadas ao desempenho econômico, ambiental e social. Há que se atentar ao fato de que conforme contato por e-mail e no site da B3 sobre o ISE (2021) no período de 2005 até 2013 as empresas não autorizavam a divulgação das suas respostas ao questionário do índice, porém a B3 mantém em sua página virtual somente a identificação e o período no qual a empresa integrou o ISE. Assim, na tabela abaixo encontram-se as organizações que estavam presentes nesse intervalo de tempo:

Tabela 1 – Empresas participantes de 2005 a 2013

EMPRESAS DO ISE DO PERÍODO DE 2005 A 2013									
ANO	2005/2006	2006/2007	2007/2008	2008/2009	2009/2010	2010/2011	2011/2012	2012/2013	2013/2014
EMPRESAS	ALL America Latina	Acesita	AES Tietê	AES Tietê	AES Tietê	AES Tietê	AES Tietê	AES Tietê	AES Tietê
	Aracruz	ALL America Latina	Acesita	Banco do Brasil	Aracruz	Anhanguera	Anhanguera	Bicbanco	Bicbanco
	Belgo Mineira	Aracruz	Aracruz	Bradesco	Banco do Brasil	Bicbanco	Bicbanco	Banco do Brasil	Banco do Brasil
	Banco do Brasil	Arcelor BR	Banco do Brasil	Braskem	Bradesco	Banco do Brasil	Banco do Brasil	Bradesco	Bradesco
	Bradesco	Banco do Brasil	Bradesco	Celesc	Braskem	Bradesco	Bradesco	Braskem	Braskem
	Braskem	Bradesco	Braskem	Cemig	Cemig	Braskem	Braskem	BRF Brasil Foods	BRF
	CCR Rodovias	Braskem	CCR Rodovias	Cesp	Cesp	BRF Foods	BRF Brasil Foods	CCR	CCR
	Celesc	CCR Rodovias	Cemig	Coelce	Coelce	Cemig	CCR	Cemig	Cemig
	Cemig	Celesc	Cesp	CPFL Energia	Copel	Cesp	Cemig	Cesp	Cesp
	Cesp	Cemig	Coelce	DASA	CPFL Energia	Coelce	Cesp	Copel	Cielo
	Copel	Coelce	Copel	Duratex	DASA	Copasa	Copel	Coelce	Coelce
	Copesul	Copel	CPFL Energia	Eletróbras	Duratex	Copel	Coelce	Copasa	Copasa
	CPFL Energia	CPFL Energia	DASA	Eletropaulo	Eletróbras	CPFL Energia	Copasa	CPFL Energia	Copel
	DASA	DASA	Eletróbras	Embraer	Eletropaulo	Duratex	CPFL Energia	Duratex	CPFL
	Eletróbras	Eletropaulo	Eletropaulo	Energias do Brasil (EDP)	Embraer	Eletróbras	Duratex	Energias do Brasil	Duratex
	Eletropaulo	Embraer	Embraer	Gerdau	Energias BR	Eletropaulo	Energias do Brasil	Ecorodovias	Ecorodovias
	Embraer	Energias do Brasil (EDP)	Energias do Brasil (EDP)	Metalúrgica Gerdau	Even	Embraer	Ecorodovias	Eletróbras	EDP
Gol	Gerdau	Gerdau	Itaubanco	Gerdau	Energias BR	Eletróbras	Eletropaulo	Eletróbras	

Iochpe-Maxion	Metalúrgica Gerdau	Metalúrgica Gerdau	Light	Gerdau Met	Even	Eletropaulo	Even	Eletropaulo	
Itaubanco	Gol	Iochpe-Maxion	Natura	Inds Romi	Fibria	Embraer	Fibria	Embraer	
Itausa	Iochpe-Maxion	Itaubanco	Odontoprev	Itau S/A	Gerdau	Even	Gerdau	Even	
Natura	Itaubanco	Light	Perdigão	Itau Unibanco	Gerdau Met	Fibria	Gerdau Met	Fibria	
Perdigão	Itausa	Natura	Sabesp	Light S/A	Inds Romi	Gerdau	Itausa	Fleury	
Suzano Papel	Localiza	Perdigão	Sadia	Natura	Itau AS	Gerdau Met	Itau Unibanco	Gerdau	
Tractebel	Natura	Petrobrás	Suzano Papel	Perdigão	Itau Unibanco	Itausa	Light S/A	Itaú-Unibanco	
Unibanco	Perdigão	Sabesp	Telemar	Redecard	Light S/A	Itau Unibanco	Natura	Itausa	
VCP	Petrobrás	Sadia	TIM Participações	Sabesp	Natura	Light S/A	Sabesp	Klabin	
Weg	Suzano Papel	Suzano Papel	Tractebel	Sul América	Redecard	Natura	Santander	Light	
	Suzano PETR	Suzano Petroquímica	Unibanco	Sadia	Sabesp	Redecard	Sulamérica	MET Gerdau	
	TAM	Tractebel	VCP	Suzano Papel	Santander	Sabesp	Suzano Papel	Natura	
	Tractebel	VCP		Telemar	Sul América	Santander	Telefonica	OI	
	Ultrapar	Weg		TIM Participações S/A	Suzano Papel	Sul América	Telemar	Sabesp	
	Unibanco			Tractebel	Telemar	Suzano Papel	Tim Part S/A	Santander	
	VCP			Usiminas	Tim Part S/A	Telemar	Tractebel	SulAmerica	
				Vivo	Tractebel	Tim Part S/A	Ultrapar	Suzano	
					Ultrapar	Tractebel	Vale	Telefonica	
					Vale	Ultrapar	Weg	TIM	
					Vivo	Vale		Tractebel	
								Vale	
								Weg	
TOTAL DE EMPRESAS	28	34	32	30	35	38	38	37	40

Fonte: <http://iseb3.com.br/carteiras-e-questionarios> - elaborado pela autora

A Tabela 1 demonstra que no começo do ISE no ano de 2005 havia 28 empresas e a carteira teve sua vigência até 30 de novembro de 2006 (ISE, 2021). Sartore (2011) afirma que quando surgiu o ISE, os índices antes dele representavam carteiras com investimentos cujos reflexos eram os retornos econômicos, porém o ISE inicia um período em que as empresas são agrupadas por critérios econômicos, sociais e ambientais. Assim, no ano de 2005 em que ocorre o lançamento do ISE, pode-se constatar o surgimento de uma divisão entre aquelas organizações com investimentos tradicionais e aquelas que adotam critérios de Sustentabilidade baseados nas atividades socioambientais das empresas (SARTORI *et al.*, 2014).

A década anterior ao surgimento do ISE foi composta por muitas discussões e pesquisas sobre as vantagens e necessidades de transformar o modo de atuação da sociedade e das organizações em relação ao meio ambiente tanto que o Relatório Brundtland (1987), estabelece o atendimento das necessidades presentes, sem comprometer a capacidade das gerações futuras de suprir suas próprias necessidades. Concluindo que o Relatório Brundtland aponta para a incompatibilidade entre desenvolvimento sustentável e os padrões de produção e consumo, trazendo à tona mais uma vez a necessidade de uma nova relação “ser humano versus meio ambiente” (BRUNDTLAND, 1987).

No ano de 2006 a B3 apresenta a segunda carteira do ISE cujo período vigorou de 1º de dezembro de 2006 a 30 de novembro de 2007, de acordo com ISE (2021) a referida carteira contava com 42 ações de 34 companhias, somando R\$ 996 bilhões em valor de mercado representando 42,6% do total da bolsa em 1º de dezembro de 2006.

O número de empresas participantes varia de ano para ano conforme pode se notar nos anos que se seguem tanto que em 2007, a terceira carteira do ISE, observa se que possuía 40 ações emitidas por 32 empresas totalizando R\$927 bilhões em valor de mercado (ISE, B3) cuja participação representava 39,6% da capitalização total da bolsa.

No ano das 2008 às 38 empresas foram selecionadas para o período de dezembro de 2008 a 30 de novembro de 2009 totalizando R\$ 372 bilhões em valor de mercado, representando 30,7% da capitalização total da B3 (ISE, B3). Seguindo por 2009 na qual a carteira do ISE perdurou de 1 de dezembro de 2009 a 31 de dezembro de 2010, representando 43 ações de 35 companhias, negociando uma soma de “R\$730 bilhões em valor de mercado - o equivalente a 32,21% do valor de mercado total das companhias com ações negociadas na Bolsa (em 24/11/2009)”.

No período de dezembro de 2009 a 31 de dezembro de 2010 perdurou a quinta carteira do ISE, reunindo 43 ações de 35 companhias as quais representam 15 setores e

tem como valor de mercado R\$730 bilhões os quais representam 32,21% do valor total das negociações de mercado da bolsa.

Com a mesma quantidade de organizações no ano de 2010 a carteira do ISE possuía 38 companhias e suas negociações somaram R\$ 1,17 trilhão em valor de mercado, representando “46,1% do valor de mercado total das companhias com ações negociadas na B3 (em 24/11/2010)” (ISE, B3). Nesse contexto, em 2011 a sétima carteira do ISE também possuía 38 empresas e suas negociações “somaram R\$961 bilhões em valor de mercado, o equivalente a 43,72% do total do valor das companhias com ações negociadas na Bolsa (em 23/11/2011)”.

Diferentemente disso na oitava carteira, em 2012 o ISE apresentou 37 empresas de 16 setores com R\$1 trilhão em valor de mercado, o equivalente a 44,81% do total do valor das companhias com ações negociadas na B3 (em 29/11/2012). Por fim, no ano de 2013 tem se a nona carteira e última antes das divulgações das respostas dos questionários, reunindo 40 organizações cuja representação equivale a R\$ 1,14 trilhão em valor de mercado, o equivalente a 47,16% do total do valor das companhias com ações negociadas na Bolsa (em 26/11/2013).

Há que se atentar para o fato de que a presente pesquisa buscou realizar uma análise com as organizações constantes no índice de sustentabilidade desde seu surgimento no ano de 2005 até o ano de 2021, porém só obteve acesso as respostas do questionário divulgadas pelas organizações de 2014 a 2021 conforme mencionado no capítulo de metodologia.

Tais organizações que faziam parte do índice no período inicial se questionavam sobre as vantagens de se investir em sustentabilidade. Tanto isso é verdade que conforme já mencionado no referencial teórico da presente pesquisa o aumento da degradação ambiental e a pressão da sociedade impulsionaram as organizações na busca por tecnologias limpas, no estudo Carroll e Shabana (2010) concluem que as empresas necessitam de entender os diferentes aspectos da RSC e suas características para que haja a convergência dos objetivos econômicos da empresa e os objetivos sociais da sociedade. Esse trabalho pode ser complementado pela presente pesquisa cujo foco é demonstrar por meio das respostas das organizações ao questionário do ISE o esforço das empresas em atender os critérios exigidos pelo índice. Conforme já explicado no capítulo de metodologia as organizações só autorizaram a divulgação de suas respostas a partir do ano de 2014, sendo assim a tabela abaixo resume as organizações presentes no índice da B3 no ano de 2014 a 2021:

Tabela 2 - Empresas Participantes 2014 a 2021

EMPRESAS DO ISE DO PERÍODO DE 2014 A 2021								
ANO	2014/2015	2015/2016	2016/2017	2017/2018	2018/2019	2019/2020	2020/2021	2021/2022
EMPRESAS	AES Tietê	AES Tietê	AES Tietê	AES Tietê	AES Tietê	AES Tietê	AES Brasil Energia	AES Brasil Energia
	B2W Digital	B2W Digital	B2W	B2W	B2W	B2W	B2W	Americanas S. A
	Banco do Brasil	Banco do Brasil	Banco do Brasil	Banco do Brasil	Banco do Brasil	Banco do Brasil	Banco do Brasil	Ambipar
	Bradesco	Bradesco	Bradesco	Bradesco	Bradesco	BR Distribuidora	BR Distribuidora	Arezzo
	Braskem	Braskem	Braskem	Braskem	Braskem	Bradesco	Bradesco	Azul
	BRF S. A	BRF S. A	BRF	CCR	CCR	Braskem	BRF	Bradesco
	BicBanco	CCR S. A	CCR	Celesc	Cemig	BRF	BTG Pactual	Banco do Brasil
	CCR S. A	Cemig	Celesc	Cemig	Cielo	CCR	CCR	BTG Pactual
	Cemig	Cesp	Cemig	Cielo	Copel	Cemig	Cemig	Braskem
	Cielo	Cielo	Cielo	Copel	Duratex	Cielo	Cielo	BRF
	Coelce	Copel	Copel	CPFL	Ecorodovias	Copel	Copel	CCR
	Copel	CPFL Energia	CPFL	Duratex	EDP	Duratex	Cosan	Cemig
	CPFL Energia	Energias BR (EDP)	Duratex	Ecorodovias	Eletrobras	Ecorodovias	CPFL	Cia Brasileira de Distribuição
	Duratex	Duratex	Ecorodovias	EDP	Eletropaulo	EDP	Duratex	Cielo
	Ecorodovias	Ecorodovias	EDP	Eletropaulo	Engie	Eletrobras	Ecorodovias	Copel
	Eletrobrás	Eletrobrás	Eletrobras	Engie	Fleury	Engie	EDP	Cosan
	Eletropaulo	Eletropaulo	Eletropaulo	Fibria	Itaúsa	Fleury	Eletrobras	CPFL
	Embraer	Embraer	Embraer	Fleury	Itaú Unibanco	Itaúsa	Engie	Dexco
	Energias BR (EDP)	Engie Brasil Energia (ANTES TRACTEBEL)	Engie	Itaúsa	Klabin	Itaú Unibanco	Fleury	Ecorodovias
Even	Even	Fibria	Itaú Unibanco	Light	Klabin	GPA	EDP	

Fibria	Fleury	Fleury	Klabin	Lojas Americanas	Light	Itaú Unibanco	Eletróbrás
Fleury	Klabin S/A	Itaúsa	Light	Lojas Renner	Lojas Americanas	Itaúsa	Engie
Gerdau	Fibria	Itaú Unibanco	Lojas Americanas	MRV	Lojas Renner	Klabin	Fleury
Gerdau Met	Itaú Unibanco	Klabin	Lojas Renner	Natura	Movida	Light	Iochpe Maxion
Itaú Unibanco	Itaúsa	Lojas Americanas	MRV	Santander	MRV	Lojas Americanas	Itaú Unibanco
Itaúsa	Light S/A	Lojas Renner	Natura	Telefônica	Natura	Lojas Renner	Itaúsa
JSL	Lojas Americanas	Light	Santander	TIM	Santander	M. Dias Branco	Klabin
Klabin S/A	Lojas Renner	MRV	Telefônica	Weg	Telefônica	Marfrig	Light
Light S/A	Natura	Natura	TIM		TIM	Minerva	Lojas Renner
Lojas Americanas	Telef Brasil (Telefônica)	Santander	Weg		Weg	Movida	M Dias Branco
Lojas Renner	Tim Part S/A	SulAmerica				MRV	Magazine Luiza
Natura	Santander	Telefônica				Natura	Marfrig
Sabesp	SulAmerica	TIM				Neoenergia	Minerva
Santander	Weg	Weg				Petrobras	Movida
SulAmerica						Santander	MRV
Telef Brasil (Telefônica)						Sendas (Assaf)*	Natura
Tim Part S/A						Suzano	Neoenergia
Tractebel						Telefônica	Raia Drogasil
Vale						Tim	Rumo
Weg						Weg	Santander
							Simpar
							Sul America
							Suzano

								Telefônica
								Tim
								Via
								Vibra
								Weg
TOTAL DE EMPRES AS	40	34	34	30	28	30	40	48

Fonte: <http://iseb3.com.br/carteiras-e-questionarios> - elaborado pela autora

Nesse período tem se segundo o ISE (2021) em 2014 uma carteira com 40 organizações representantes de “R\$ 1,22 trilhão em valor de mercado, o equivalente a 49,87% do total do valor das companhias com ações negociadas na B3 (em 24/11/2014)”. Nesse período ingressaram no índice as seguintes empresas conforme “JSL, B2W Digital, Lojas Americanas e Lojas Renner, as três últimas responsáveis pelo ingresso do setor “Comércio” ao ISE” (ISE, 2021).

No ano de 2015 o ISE apresentava 34 companhias que representavam o equivalente a 54,50% do total do valor das companhias com ações negociadas na Bolsa, há que se evidenciar o fato de que a Tractebel Energia alterou seu nome para Engie Brasil Energia. Nesse contexto, no ano de 2016 a carteira reuniu a mesma quantidade de empresas, ou seja, as 34 companhias representavam “52,14% do total do valor das companhias com ações negociadas na Bolsa com base no fechamento de 22/11/2016” ISE (2021).

Nesse contexto, no ano de 2017 a décima terceira do ISE teve seu período de vigência de 08 de janeiro de 2018 a 04 de janeiro de 2019, reunindo 30 organizações representando “R\$ 1,28 trilhão em valor de mercado, equivalente a 41,47% do total do valor das companhias com ações negociadas na B3” ISE (2021).

No ano de 2018 a quantidade de empresas pertencentes ao ISE reduziu para 28 companhias que representavam uma soma de R\$ 1.474.540.575.401,55 em valor de mercado que significa 38,74% do total do valor das companhias com ações negociadas na B3 ISE (2021). A 15ª carteira do no ano de 2019 possui 30 companhias somando R\$ 1.640.789.376.818,99 em valor de mercado que equivale a 37,62% do total do valor das companhias com ações negociadas na B3 ISE (2021).

Em 2020 o ISE apresentava 40 organizações que representavam 38% do total do valor das companhias com ações negociadas na B3 ISE (2021). Por fim em 2021, na sua carteira atual o número de empresas aumentou consideravelmente reunindo de 46 companhias, “pertencentes a 27 setores, somando R\$ 1,74 trilhão em valor de mercado, 38,26% do total do valor de mercado das companhias com ações negociadas na B3” ISE (2021).

Diante do exposto pode se concluir que de 2005 a 2021 as organizações sempre constantes no ISE são Banco do Brasil, Bradesco, Braskem, Cemig, Natura e Tractebel (que se transforma em Engie em 2015). A presença constante dessas entidades no índice foi um dos critérios para escolha da análise na presente pesquisa, visto que a partir de 2014 com aumento na transparência na divulgação de suas respostas ao índice de sustentabilidade pode se notar aquelas mais dispostas a investir em sustentabilidade.

Tal fato é comprovado pela pesquisa de Bacarji (2010) no qual demonstra que investimentos em organizações sustentáveis geram valores para acionistas, bem como torna-as capazes de enfrentar riscos econômicos, sociais e ambientais. Sabe-se que de acordo com o Guia de Sustentabilidade da BM&FBOVESPA (BM&FBOVESPA, 2010), as “empresas sustentáveis” são mais capazes de identificar novas oportunidades de negócio, se antecipar a pressões legais e da sociedade, reduzir os custos de produção, devido à diminuição de desperdícios e à economia de insumos, aumentar a atração e retenção de talentos, acessar capital mais facilmente, reduzir a exposição a riscos, fidelizar consumidores e melhorar o alinhamento interno com relação a práticas e políticas adotadas.

Nesse contexto, avaliou-se as respostas das organizações sustentáveis constantes no índice de 2014 a 2021 nas dimensões ambiental, econômico-financeira e social, buscando analisar o critério classificado como Desempenho Ambiental, conforme já mencionado na metodologia do ISE cuja denominação varia conforme a dimensão abordada como por exemplo: “DIMENSÃO AMBIENTAL - CRITÉRIO III DESEMPENHO”, “DIMENSÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA - CRITÉRIO III DESEMPENHO” E “DIMENSÃO SOCIAL - CRITÉRIO III DESEMPENHO”.